

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ANDRÉIA BELUSSO

**SEXUALIDADE E CAMPESINIDADE: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS
DE JOVENS EM ESCOLA DO CAMPO NO SUDOESTE DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

**PATO BRANCO
2019**

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANDRÉIA BELUSSO

**SEXUALIDADE E CAMPESINIDADE: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS
DE JOVENS EM ESCOLA DO CAMPO NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável. Linha de pesquisa: Educação e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Pontarolo
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Josiane Carine Wedig

PATO BRANCO
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

B453s Belusso, Andréia.
Sexualidade e campesinidade: percepções e vivências de jovens em escola do campo no sudeoeste do Paraná / Andréia Belusso. – 2019.
125 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Pontarolo
Coorientador: Prof. Dr. Josiane Carine Wedig
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2019.
Bibliografia: f. 104 - 113.

1. Camponeses. 2. Juventude. 3. Sexualidade. I. Pontarolo, Edilson, orient. II. Wedig, Josiane Carine, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 152

A Dissertação de Mestrado intitulada “**Sexualidade e campesinidade: percepções e vivências de jovens em escola do campo no Sudoeste do Paraná**”, defendida em sessão pública pela candidata **Andréia Belusso**, no dia 20 de maio de 2019, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, área de concentração Desenvolvimento Regional Sustentável, e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Edilson Pontarolo - Presidente – UTFPR

Prof. Dr. Emerson Martins – UFFS

Profª Drª Elisa Guaraná de Castro – UFRRJ

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Pato Branco, 19 de junho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Em um episódio da minha vida, desses do qual a gente vai realizar uma coisa que considera importante, eu ouvi de uma pessoa que admirava muito a seguinte colocação: “Andréia olha para essa sala, olha para as pessoas que estão aqui, só tem gente bacana. É a sua energia que traz essas pessoas para perto de você.” Essa frase me marcou profundamente e ao revisitar minhas lembranças para expressar minha gratidão às pessoas e aos grupos, que me cercaram durante a escrita desse trabalho, me dei conta de que a rede social que formei nesses dois anos de mestrado é realmente linda, cheia de gente que quer melhorar esse mundo seja por meio da política, da sexualidade, da alimentação, do feminismo, do respeito, das resistências, da empatia ou da sororidade. Sou o que sou porque vocês são!

Sendo assim, agradeço de antemão à todos e todas que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram com a minha formação pessoal.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- UTFPR, especialmente a Hieda, Marlise, Norma, Nilvania e Gilson que permitiram a ampliação do meu conhecimento nas mais distintas áreas e por diversas vezes foram o incentivo e o apoio que eu necessitava.

Agradeço também a Adriani, secretaria do PPGDR, que sempre solicita e gentil nos ajuda tanto com as burocracias do mestrado.

À Camila, Pahola, Raiana, Daniele, que mesmo quando as lágrimas e o mau humor me acompanharam se fizeram presentes, amáveis, bem como facultaram momentos de pura alegria e descontração.

À Mayza, companheira desde a graduação, por ter acompanhado esse processo e me cedido seu abraço em inúmeras situações. Que nos caminhos da vida os nossos sempre se cruzem, seja para projetos de vida, para estudos ou para viagens juntas.

À Aline, presente do mestrado e que quero a vida toda comigo. Obrigada por todas as vezes que me fez pensar de novo, me reconstruir, me subverter e resistir.

Ao Diogenes pelos momentos de tolerância, incentivo e carinho, bem como toda a sua família que mostrou-se estar ao meu lado em cada etapa percorrida.

Às pessoas do Grupo de pesquisa em Gênero, Etnicidade e Juventude (ARTEMIS), que compartilharam conhecimento, reflexão e vivências. A todas as mulheres desse grupo que fizeram sentido a colocação de Angela Davies de que “precisamos nos esforçar para erguer-nos enquanto subimos”.

À minha família pelo amor e apoio, principalmente ao Govani e a Daiane por terem me acolhido em sua própria casa quando eu só tinha uma matrícula na mão e a incerteza sobre como faria para cursar o mestrado em uma cidade distante da que eu pertencia.

E obviamente agradecer aos agricultores mais importantes da minha vida, meus pais. Mãe, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada. Lembro, com humor, da sua reação quando lhe expliquei o tema da minha pesquisa e ficou toda assustada, no início pensei que sua reação tinha a ver com preconceito sobre a temática. Depois ao revelar sua felicidade, quando cheguei com os termos assinados, me dizendo estar aliviada pois achava que eu não obteria o consentimento dos pais dos jovens, eu entendi que, na verdade, só estava mais uma vez preocupada e tentando fazer minha jornada mais leve como sempre o fez, seja pelas orações, pelos telefonemas, mesmo àqueles em que fazia silêncio para permitir que eu chorasse o suficiente.

Meu amado pai, a você que construiu a minha primeira mesa de estudos, agradeço por todos os aprendizados e por todas as vezes que sentamos por horas para conversar sobre agricultura familiar, perceber seu orgulho sobre ter uma filha que se interessa em estudar o que você mais ama é o que mais me movia nessa escrita.

À minha orientadora Josiane, gratidão por todos os momentos de reflexão, aprendizado, motivação e por ter construído esse trabalho comigo. Você me mostrou que resistência e amorosidade são as qualidades mais bonitas que um ser humano pode ter.

Ao meu orientador Edilson que chegou nesse trabalho de paraquedas e abraçou a temática da sexualidade e campesinidade comigo. Lembro-me de nosso primeiro encontro e do seu primeiro email, o qual salvo com carinho, quando diz que mesmo não sendo sua área manteria o tema proposto pois, o importante era eu trabalhar com algo que me "brilha os olhos". Obrigado por sempre ter acreditado e depositado confiança em mim e por todas as orientações e ajudas.

Agradeço à todas e todos as/os jovens camponeses participantes dessa pesquisa que aceitaram expor suas concepções e vivências permitindo que este estudo tivesse se concretizado.

Ao Colégio Estadual do Campo São Francisco do Bandeira por ter cedido seu espaço e tempo.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste mestrado.

Nós devemos compreender que, com nossos desejos, por meio deles, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação.

*“Uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade”
Michel Foucault.*

BELUSSO, Andréia. SEXUALIDADE E CAMPESINIDADE: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE JOVENS EM ESCOLA DO CAMPO NO SUDOESTE DO PARANÁ. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa buscou apresentar algumas reflexões sobre a dimensão da sexualidade no campo, delineando inquietações sobre quais são os saberes e práticas que os jovens estudantes de uma escola do campo do Sudoeste do Paraná (des)constroem e acionam para viver sua sexualidade. No que concerne a literatura especializada, há pouco enfoque sobre as percepções e vivências da sexualidade em contextos vinculados às atividades no campo ou em áreas não-urbanas. Metodologicamente, este trabalho é realizado em um Colégio Estadual do Campo do Sudoeste Paranaense. A coleta de dados se deu por meio de Grupo Focal e a interpretação dos dados foi baseada na análise de conteúdo de acordo com recomendações para pesquisas que utilizam o Grupo Focal e a abordagem qualitativa. As jovens e os jovens que participaram deste estudo revelaram aspectos significativos que marcam de forma intensa o processo de constituição de suas sexualidades no meio em que vivem. Procuramos fazer uma reflexão sobre como as significações de gênero estão presentes no trabalho, nas casas, nas coisas, nas instituições, nos valores, nas relações sociais desse meio extrapolando o nível das ações sexuadas. Os jovens do rural do Sudoeste ainda constituem suas identidades a partir da existência de um padrão assimétrico nas relações de gênero. Desigualdade que ainda naturaliza a dupla jornada de trabalho das mulheres entre a casa e a roça. Desigualdades que naturalizam as restrições a livre circulação das mulheres em alguns espaços sociais. Outro ponto que surgiu em nossa investigação foi a influência de instituições socializadoras, como a família, a escola e a igreja nas práticas e concepções e na construção da sexualidade desses jovens. Constituindo o corpus principal da pesquisa descrevemos como esse rural se compõe por corpos constituídos de desejos, afetos, vivências sexuais e corpos que fogem a norma heteronormativa.

Palavras-chave: Camponeses. Juventude. Sexualidade.

BELUSSO, Andréia. SEXUALITY AND CAMPESINITY: PERCEPTIONS AND LIFE EXPERIENCES OF YOUNG PEOPLE IN SCHOOL OF THE FIELD IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ. Master Thesis (Master Degree in Regional Development) – Postgraduate Program in Regional Development. Federal University of Technology - Paraná. Pato Branco, 2019.

ABSTRACT

This research sought to present some reflections about the dimension of sexuality in rural space, outlining concerns about what are the knowledge and practices that the young students of a school in the Southwest of Paraná construct/deconstruct and activate to live their sexuality. The specialized literature does not focus on the perceptions and experiences of sexuality in contexts linked to activities in the field or in non-urban areas. The research locus was a state high school located in Southwest Paraná. According to a qualitative approach, the data collection process employed Focus Group interviews whose data interpretation applied the content analysis technique. The young women and girls who participated in this study revealed significant aspects that marked the intense process of the constitution of their sexualities in the environment in which they live. We seek to reflect on how the meanings of gender are present in work, in homes, in things, in institutions, in values, in social relations in this way, by extrapolating the level of sexual actions. Young people from rural Southwest still constitute their identities from the existence of an asymmetric pattern in gender relations. The inequality that still naturalizes the double working day of women between the home and the farm. Inequalities that naturalize restrictions on the free movement of women in some social spaces. Another issue that emerged in our investigation was the influence of socializing institutions such as the family, school, and church on the practices and conceptions and the construction of the sexuality of these young people. As the main corpus of the research, we describe how this rural is composed of bodies composed of desires, affections, sexual experiences and bodies that escape the heteronormative norm.

Keywords: Peasants. Youth. Sexuality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema da categorização analítica dos dados.....	30
Figura 2 - Localização geográfica do Colégio Estadual do Campo Francisco do Bandeira.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Momentos-Chave das sessões dos grupos focais da pesquisa.....	25
Quadro 2 - Síntese dos resultados sobre o tópico da “família e trabalho” nos grupos focais	43
Quadro 3 - Síntese dos resultados sobre o tópico da “Sucessão geracional” nos grupos focais.....	52
Quadro 4 - Síntese dos resultados sobre o tópico da “percepção e vivência da sexualidade” nos grupos focais.....	62
Quadro 5 - Síntese dos resultados sobre o tópico da “homossexualidade” nos grupos focais	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CANGO	Colonização Agrícola Nacional General Osório
CITLA	Clevelândia Industrial Territorial Ltda.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FETAEP	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PER	Programa Empreendedor Rural
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político pedagógico
PVR	Projeto Vida na Roça
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná

SUMÁRIO

1	CORPO E TERRA EM CONEXÃO: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS	15
1.1	O QUE A LITERATURA JÁ PLANTOU SOBRE A TEMÁTICA?	18
1.2	DO PLANTIO ATÉ A COLHEITA: QUAIS AS ETAPAS DESSA PESQUISA.....	20
2	TÉCNICAS DE PRODUÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	22
2.1	COMO ESCOLHEMOS AS SEMENTES?	22
2.2	QUE FERRAMENTAS USAMOS? COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	23
2.3	ONDE ESCOLHEMOS AS SEMENTES? DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO	31
2.4	POR QUE ESCOLHEMOS UMA ESCOLA DO CAMPO COMO LOCAL DA PESQUISA?	33
2.5	QUEM SÃO OS JOVENS DO CAMPO NA ATUALIDADE? QUEM SÃO OS JOVENS RURAIS DESSA PESQUISA?.....	35
3	RELAÇÕES DE GÊNERO, CAMPESINIDADE E JUVENTUDE	42
3.1	DIVISÃO DO TRABALHO E GÊNERO NA JUVENTUDE CAMPONESA DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	44
3.2	O GÊNERO COMO DEFINIDOR DA SOCIABILIDADE E DA ESPACIALIDADE NO RURAL	48
3.3	COMO GÊNERO E SEXUALIDADE ESTÃO IMBRICADOS NO PROCESSO SUCESSÓRIO DOS JOVENS CAMPONESES DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	52
3.4	ELES FICAM E ELAS SAEM: PERSPECTIVAS DAS/DOS JOVENS DE PERMANECER OU NÃO NO CAMPO	55
4	SEXUALIDADE CAMPESINA, DIVERSIDADE E RESISTÊNCIA	61
4.1	O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NA MODERNIDADE	63
4.2	AS EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS SEXUAIS NO CAMPO	65
4.3	O LAZER E A SEXUALIDADE: CORPOS QUE ENTRAM EM CAMPO NO CAMPO.....	70
4.4	SEXUALIDADE, FAMÍLIA E ESCOLA: O MEDO DELAS É A GOZAÇÃO DELES.....	72
4.5	SEXUALIDADE CAMPONESA E RELIGIÃO: DO SAGRADO AO PECADO.....	79
4.6	VIRA, VIRA HOMEM: A DIVERSIDADE CAMPONESA COMO NEGAÇÃO OU ESTRANHAMENTO.....	83
4.7	DAS EXPERIÊNCIAS HOMOAFETIVAS: BUSCANDO PRAZERES, SACIANDO CURIOSIDADES E DESCONSTRUINDO “CERTEZAS”.....	88
4.8	“ESSE CARA NEM PARA CONTAR PARA GENTE!”: BISSEXUALIDADE CAMPONESA E O COMING OUT DURANTE O GRUPO FOCAL	90
4.9	O ARCO-ÍRIS TAMBÉM É COLORIDO POR MULHERES CAMPONESAS	96
5	A TERRA PRODUZ GENTE E SEXUALIDADES: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	100
	REFERÊNCIAS	104

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os pais ou responsáveis dos estudantes 114

APÊNDICE B - Termo de assentimento livre e esclarecido (tale) para os alunos participantes 116

APÊNDICE C – Guia empregado no grupo focal 118

APÊNDICE D – Imagens utilizadas no grupo focal 120

APÊNDICE E – Cartazes produzidos no grupo focal com as jovens mulheres sobre feminismo camponês 122

APÊNDICE F - Roteiro da entrevista semiestruturada 124

Anexo A – Atividade sobre não violência no namoro realizada com o grupo focal dos jovens homens 125

1 CORPO E TERRA EM CONEXÃO: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

Orgânicos, com ciclos vitais e partes interdependentes, assim é a natureza e assim, pode-se dizer, são também os corpos humanos. Alguns povos concebem, inclusive, que os ciclos da lua têm influência sobre as plantações e sobre os ciclos menstruais e sexuais da mulher.

Nas antigas civilizações ou na mitologia Grega, a Terra, chamada de Gaia, pertencia ao mundo dos instintos e representava a sexualidade. Para Campbell (1990), a Grande-Mãe, a Mãe-Terra está intimamente associada às sociedades agrárias. Enquanto a mulher gera filhos, a terra gera plantas. O mito da Gaia relaciona-se de forma a entender a magia da terra como a magia do mistério sexual, do mistério da geração da vida. Porém, Gaia era feminina e com o fortalecimento do patriarcado, os mitos, os ritos e os símbolos foram substituídos por imagens que atribuíram tudo o que era mensurável e racional ao masculino e, portanto, Gaia não pertencia a essa esfera (ANGELIN, 2006). Para silenciar Gaia é preciso combater e controlar tudo o que é do campo do instinto, do sexual. Anula-se, portanto, todo desejo e tudo o que é do campo da sexualidade, principalmente feminina, e a partir desse momento para nascer, para crescer, para sobreviver, para sentir prazer é preciso resistir, assim como a semente resiste à terra para brotar. Mas onde queremos chegar com essa relação corpo e terra, sexualidade e natureza?

Alguns corpos estabelecem desde muito cedo essa relação mais concreta com a terra, com o cultivo e com a natureza, esses corpos trazem consigo conhecimentos de gerações sobre os ciclos naturais, a cura do corpo pelas plantas e as maneiras de sustentar o corpo a partir da fertilidade da terra. Representados pelos indígenas, camponeses(as), agricultores(as) e outras tantas denominações, cada qual com suas culturas e modos de viver, esses corpos tem uma vasta literatura sobre seus territórios, suas formas de se organizar, suas políticas e economias, mas infelizmente contam com um silenciamento naturalizado sobre as estruturas de gênero e sexualidade que os constitui.

Este processo de pesquisa surge a partir das minhas vivências práticas e acadêmicas. Tendo a roça como quintal durante toda infância e adolescência foram poucas, ou quase nenhuma, as oportunidades de falar ou saciar as curiosidades relativas a preconceitos e tabus que envolvem a sexualidade. Tendo também

estudado biologia na graduação sempre me identifiquei com os temas que envolvem a terra e o ambiente, mas havia algo que me despertava ainda mais, sendo o corpo e suas capacidades subjetivas de sentir. É a partir da vontade de saber e da necessidade de pesquisa nessa área que construímos a problemática dessa pesquisa: Quais saberes e práticas os jovens da Escola do Campo (des)constróem e acionam para viver sua sexualidade? O objetivo geral que guiou essa pesquisa foi analisar que saberes e práticas são acionados pelos jovens da escola do campo, buscando compreender quais mecanismos eles (des)constróem e acionam para viver sua sexualidade.

A partir deste, propomos os objetivos específicos que conduziram a investigação, sendo eles: (a) identificar os diferentes saberes sobre sexualidade no que concerne valores, medos, afetividades, desejos e curiosidades que circulam entre estudantes do ensino médio de uma Escola do Campo; (b) analisar as configurações familiares, as composições conjugais, a divisão sexual do trabalho e as práticas de sexualidade de cada família desses jovens camponeses, tendo como contexto as situações sociais geradas pelas ruralidades contemporâneas; (c) analisar se as práticas e saberes sobre a sexualidade vivenciados e acionados pelos jovens rurais contemporâneos tem conexão de alguma forma com a permanência (ou não) desses jovens no meio rural.

Escolhemos como *lócus* dessa pesquisa uma escola do campo por perceber essa instituição como possibilitadora de sociabilidade, interação, manifestações de afetividade. Ademais, enquanto dispositivo de saber, a escola, influencia diretamente nos saberes construídos em relação aos desejos, estigmas, informações de saúde ligadas à sexualidade operados a partir do currículo, da formação docente e mesmo das nomenclaturas utilizadas.

A sexualidade, em geral, é tratada como uma dimensão privativa e particularmente constituinte da vida adulta e isso acaba por deixar em aberto um leque de questões sobre as suas representações e vivências até se chegar a essa fase. Por esse motivo é que definimos a juventude como fase de análise para entender a sexualidade rural contemporânea. A categoria “juventude” é constantemente definida por múltiplos significados que vão desde uma definição a partir do biológico ou comportamental, incluindo aqui as definições que descrevem faixa-etária e mudanças físicas, a definições de juventude enquanto categoria associadas à determinados problemas sociológicos ou agentes de transformação social.

Para Castro (2005, p. 09) essas múltiplas definições do “ser jovem” ainda são mais complexas quando nos debruçamos para entender a “identidade da juventude rural” onde os referenciais interpretam o “jovem rural”, “jovem da roça”, “jovem do campo” a partir de uma associação ao “problema da migração rural/urbano, e da herança e sucessão da pequena propriedade familiar”.

As transformações que vem ocorrendo nas últimas décadas vêm afetando as dimensões da vida humana no que concerne ao social, ao econômico e ao cultural. Por essas afirmações é possível apontar que vem afetando também as práticas, as concepções e identidades sexuais da juventude contemporânea. Louro (2000, p.1) afirma que “jovens ocidentais de grandes cidades do final do século XX terão, sem dúvida, outras respostas (seguramente, outras perguntas) se comparados com a jovem que ela foi e com jovens de outras épocas, outras regiões”. Como jovem moradora do campo que fui, quero apontar aqui - aproveitando-me das palavras de Louro - que os jovens rurais participantes dessa pesquisa demonstraram outros saberes, outras vivências, outras formas de vivenciar a sexualidade se comparados a maneira como eu, enquanto jovem rural, as vivenciei.

Entender as especificidades de um contexto que nos últimos 30 anos vem sofrendo transformações relevantes como acesso à internet, criação de novas formas de lazer, modificações na acessibilidade e, portanto, mudanças no ir e vir entre o rural e o urbano, certamente permitirá abrir um leque de indagações, desconstruções e outras construções sobre as representações que construímos acerca do tema da sexualidade e da juventude do campo.

Outro ponto necessário de esclarecimento aqui é porque um trabalho com essa temática se torna relevante em um programa de Desenvolvimento Regional. Para responder essa questão, nos afirmamos nas colocações de Durston (1998) que é assertivo ao declarar que toda estratégia de desenvolvimento regional deve dar atenção à juventude e às políticas que se elaboram para a mesma, tendo em vista, estes serem o futuro dessa região. O autor também aponta que não se pode pensar na juventude sem destacar suas especificidades e suas complexidades. Assim sendo, trabalhos de desenvolvimento regional requerem a discussão significativa das relações de poder e saber que constituem aqueles que são o futuro da região e nesse viés é preciso ter em mente que "nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade utilizável no

maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias" (FOUCAULT, 2017, p. 112).

1.1 O QUE A LITERATURA JÁ PLANTOU SOBRE A TEMÁTICA?

O tema da sexualidade e gênero vem ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas nos últimos anos, porém, ainda são escassos os trabalhos específicos sobre a sexualidade nos contextos rurais.

Alguns trabalhos como a tese de Nascimento (2006) e a dissertação de Ferreira (2006) abriram caminho para que indagações sobre as experiências da diversidade sexual e de gênero no universo rural. Na região Sudoeste do Paraná a tese de Martins (2017) sobre a temática da homossexualidade e sua relação com os territórios não urbanos, cidades pequenas e transversalizadas pelo modo de vida rural. A partir desses, outros textos e pesquisas se construíram tendo a temática como basilar ou parte dos estudos. Mas mesmo depois de passada uma década dessas pesquisas o estado da arte sobre temas de ruralidade e sexualidade são poucas e quase inexistentes tanto nos estudos rurais quanto de gênero e sexualidade (GONTIJO, 2017).

Quanto às conceituações e interpretações que a produção discursiva contemporânea constrói sobre o ser camponês, há uma nova explanação sobre o meio rural se construindo nos textos brasileiros contemporâneos, principalmente referente ao isolamento, a estagnação entre outros olhares pejorativos a que esse meio era associado. Surgem positivamente olhares para a melhoria da qualidade de vida, da relação sociedade-natureza e a descaracterização da dicotomia rural e urbano para a "configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades" (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Seguindo essa afirmativa, a aproximação não anula as particularidades de cada lugar, mas aponta para uma abordagem na perspectiva territorial (ABRAMOVAY, 1999), ou seja, além do *continuum* rural-urbano (MARQUES, 2002a) se incorporam ao discurso as particularidades de cada espaço e o rural, para além da dualidade, torna-se ruralidades.

Em meio a textos que discutem a caracterização de uma identidade camponesa ligada à família, à terra, ao trabalho e às relações sociais mais pessoais, tidas como

predominantes entre os habitantes do campo, essas novas interpretações sobre o rural, que vem se modificando junto a globalização. Estas novas sociabilidades se fazem importantes no contexto desse trabalho, haja vista, que devido a elas tornam-se necessárias discussões a respeito de novas conjugalidades e sexualidades vividas no meio rural.

No entanto, é necessário atentarmos ao fato de que ainda a maioria dos textos produzidos sobre o campesinato, seguem os estudos de Chayanov (1974) como base teórica, considerando uma perspectiva familiar que se afirma sobre a força de trabalho e de consumo de cada membro da mesma (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Isso torna os discursos sobre o campesinato, mesmo aqueles que se propõem a problematizar questões de gênero e sexualidade, calcados num modelo de camponês já definido, onde os papéis sexuais são definidos por “uma idealização que corrobora para engessar, fixar e valorar as sociedades camponesas e suas sexualidades de acordo com o pretense modelo ideal de parentela e de sexualidade oficiais” (FERRERA, 2006, p.30).

Assim, se torna relevante entender como esse contexto - cada vez mais permeado pelas transformações do mundo globalizado, formando novas ruralidades e, conseqüentemente, novas formas de sociabilidades - vem construindo saberes e práticas para a vivência da sexualidade.

Cabe aqui uma reflexão sobre o conceito de campesinidade que nomeia esse trabalho como um todo. Entendendo que os sujeitos do campo do Sudoeste do Paraná são dotados de uma história marcada politicamente e socialmente por lutas como, por exemplo, a revolta dos posseiros, não cabia outra caracterização que a de campesinidade para pensá-los enquanto categoria social marcada pelas lutas de superação da condição subalterna historicamente constituída.

Esse termo, emprestado de Woortmann e Woortmann (1997), oferece elementos que permitem uma interpretação da realidade, aqui na dimensão da sexualidade, que se distancia da perspectiva de economicismo que normalmente vem atrelada às narrativas universalizantes de campesinato. Sendo assim, esse trabalho é o que Woortmann e Woortmann (1997, p. 13) descrevem como uma empreitada analítica para pensar o campo além do econômico e entender a campesinidade “como uma qualidade presente em maior ou menor grau em grupos específicos”, apresentando-se como tradicionalmente foi referenciado, mas, constantemente, sendo reelaborado a partir das dinâmicas sociais e históricas de cada época.

O que quero apontar aqui é que as características de campesinidade dos sujeitos dessa pesquisa estão muito atreladas às relações que esses jovens estabelecem com a sociedade dita dominante, ou seja, com a cidade, com as tecnologias, com a indústria, reproduzindo e recriando assim suas características para definir o grau de campesinidade com especificidades que são próprias de sua região e de seu tempo compondo o universo significativo que constitui o grupo estudado.

Considerando o que a literatura nos oferece e se afirmando sobre a necessidade de que ainda há muito o que plantar no que se refere a sexualidade rural, construímos esse trabalho de modo a pensar que os espaços de vida desses sujeitos não são apenas o pano de fundo da construção da sexualidade dessa juventude, mas é fundamental a sua análise para que, por meio dos conflitos, das resistências, das emoções e visões de mundo possamos construir uma reflexão sobre o modo de agir, pensar e viver a sexualidade nesse território.

1.2 DO PLANTIO ATÉ A COLHEITA: QUAIS AS ETAPAS DESSA PESQUISA

Assim, entendendo que as experiências e vivências da sexualidade são marcadas pelos sentidos atribuídos em cada contexto sociocultural, sendo influenciadas por fatores de classe, gênero, geração, religião, idade, etnia, território e pelo tempo-espaço, começaremos no Capítulo 2 desenhando uma pequena historiografia do campesinato, situando o/a leitor/a sobre como essa categoria se constitui e sobre como o modo de vida rural tem sofrido transformações significativas com a modernização. A partir dessa revisão de literatura, a segunda parte do Capítulo 2 traz algumas referências sobre quem são os sujeitos que habitam a região Sudoeste do Paraná, principalmente, quem são as/os agricultoras/es, bem como suas características geográficas, culturais e modos de viver.

No Capítulo 3, elaboramos uma síntese sobre o que são as escolas do campo e nos aprofundamos sobre como a educação do campo se construiu e se constrói atualmente na região Sudoeste com referência à escola escolhida como *lócus* dessa análise.

No Capítulo 4, são expostos os métodos e as técnicas de pesquisa, explicitando o caminho metodológico percorrido desde a escolha das/dos participantes, a coleta até a análise dos dados desse trabalho.

No Capítulo 5, apresentamos o aporte teórico construído nacionalmente sobre a juventude rural, ou seja, nessa parte encontramos a descrição sobre as sementes que escolhemos para esse plantio. Descrevemos quem são as/os jovens mulheres e homens rurais que verbalizaram suas trajetórias no campo das representações e práticas sexuais para que esse trabalho se construísse.

No Capítulo 6, analisamos as vivências das/dos jovens pesquisadas/os, que tem se construído sobre a idealização de uma atividade agrícola que se monta sobre um saber patriarcal e envolve mais do que “transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis”, gerando o material simbólico do que se estabelece entre casa e roçado, trabalho e ajuda e de modo geral “constrói não só o espaço agrícola, mas também espaços de relações sociais de gênero e geração” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 11).

O Capítulo 7 traz uma discussão em torno do processo sucessório de jovens camponeses do Sudoeste do Paraná, que envolve as questões de gênero e sexualidade e como as reiteraões ritualísticas instituídas nesse processo podem revelar comportamentos sexistas e excludentes na constituição das identidades sexuais desses jovens.

O Capítulo 8 detalha o cerne deste trabalho, em que se descreve como a sexualidade se constrói na modernidade fazendo um alinhamento histórico de modo a colocar em tensionamento o modelo heteronormativo e problematizar as margens de equidade produzidas nos jogos normativos que constituem as formas de inteligibilidade que definem o que é adequado para a sociedade. A partir dessa análise referencial, abordamos num primeiro momento as experiências e vivências das/dos jovens das pesquisas quanto as práticas sexuais e os desdobramentos destas para questões como o lazer e as relações de afetividade. Na segunda parte do capítulo nos atentamos em retratar sobre como a família, a escola e a religião têm se constituído enquanto instituições reguladoras da sexualidade no espaço rural.

O Capítulo 9 fecha este trabalho com uma análise sobre as percepções e vivências da sexualidade das/dos jovens que não estão dentro da lógica normativa e são sexualmente silenciados e esquecidos, ou em prol do bem da tríade “família, terra e trabalho”, ficam à margem dos discursos e, portanto, são o indizível nas relações camponesas (FERREIRA, 2006).

2 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos desenvolvidos para o cumprimento dos objetivos deste estudo, partindo da escolha dos jovens, aos métodos de coleta e análise de dados.

2.1 COMO ESCOLHEMOS AS SEMENTES?

A partir dos primeiros contatos com a Escola Estadual São Francisco do Bandeira e de conversas iniciais com a pedagoga e direção decidimos por incluir duas turmas do ensino médio na pesquisa. A faixa etária dos jovens participantes é de 13 a 18 anos, matriculados no 2º e 3º ano do ensino médio. As duas turmas são compostas de aproximadamente 25 alunos no total.

Para atender as considerações bioéticas do estudo, o projeto só foi aplicado mediante aprovação do comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Quanto à abordagem da escola participante, foi realizado um contato inicial para demonstrar o objetivo da pesquisa como enriquecedora do conhecimento científico e a realização da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Entendemos que isto é uma maneira de confiar à escola nossa responsabilidade ética de pesquisadores quanto a preservação fiel das informações coletadas durante as observações na análise final da pesquisa.

É válido destacar que, tendo em vista a força do tabu e dos preconceitos nos quais o fenômeno da sexualidade está envolto, foram tomados uma série de cuidados visando a preservação do anonimato dos participantes, omitindo-se qualquer dado que possa identificar os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa.

Um total de 20 alunos, entre eles 13 jovens homens e 7 jovens mulheres, entregaram os termos e participaram das pesquisas, os demais alunos alegaram não ter tido o consentimento dos pais para participar ou declararam ter esquecido de solicitar a assinatura dos termos.

2.2 QUE FERRAMENTAS USAMOS? COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

O objeto de pesquisa deste estudo requer um olhar mais voltado para as ciências humanas, tendo em vista o fato de abordar questões subjetivas e relações humanas, por este motivo adentramos ao campo por meio dos métodos qualitativos de pesquisa, por compreender que eles nos possibilitam abordar a complexidade dessas questões e seus significantes:

Assim, a abordagem qualitativa aplica-se ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2008, p.57)

Dentre as possibilidades de pesquisa no âmbito qualitativo, o método escolhido para realização da coleta e análise dos dados precisa ser coerente com uma realidade que não é estática, mas engendrada por relações e estilos de vida atravessados por saberes e poderes, por esse motivo o percurso metodológico leva em consideração esses fatores.

Para coleta dos dados foi utilizado o método de grupo focal. Os grupos focais permitem a discussão e o diálogo sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Ou seja, é uma forma de coletar dados a partir de um grupo que relata suas experiências e percepções em torno de um tema de forma sempre mediada por um/a moderador/a. De acordo com Silva e Assis (2010), o grupo focal permite ampliar as discussões científicas sobre temas pouco explorados pela academia, inclusive, visando o delineamento de pesquisas futuras e a produção de sentido e significados sobre determinado tema.

A escolha do grupo focal para a pesquisa sobre sexualidade levou em conta que esse método “tem como objetivo obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representações de pequenos grupos acerca de um determinado tema (KIND, 2004, p. 126).

Como decidido *a priori*, nossos grupos focais aconteceram em dois momentos distintos, com duração de cerca de 4 horas/aula, sendo assim ocupamos todos os períodos de aula daquele dia para a atividade. O primeiro grupo focal aconteceu com 6 jovens mulheres que aceitaram participar da pesquisa e entregaram os termos. O segundo grupo focal aconteceu com os jovens homens, no segundo dia, e também

teve uma duração de 4 horas/aula, orientado pelo guia de temas/questões disponível no Apêndice C.

Nossa intenção não foi caracterizar identidades e estilos de vida antes de uma interação mínima, mas devido a leitura de outras pesquisas que usaram o método e pela realização de pesquisas anteriores sobre o tema pudemos perceber que um grupo focal misto poderia tornar algumas falas, principalmente femininas mais inibidas e menos dialógicas quando o tema diz respeito a sexualidade e essa questão foi nitidamente percebida e até declarada pelas jovens mulheres que disseram se sentir mais à vontade para falar algumas experiências e concepções sem ter os rapazes por perto. Outra questão que a pesquisadora percebeu é que o diálogo ocorreu muito tranquilamente entre as próprias jovens, houve brincadeiras, risos e momentos mais descontraídos, mas diferentemente do grupo dos jovens meninos, não houve nenhum episódio de interrupção de fala ou de gozação e preconceito em relação às concepções uma das outras. O grupo com os jovens homens ocorreu de forma mais conturbada, tanto por ser em um número maior de participantes, quanto pela necessidade aparente que alguns sentiam em tecer gozações ou expressar sua opinião divergente durante as colocações dos colegas. O grupo separado também nos possibilitou entender a interpretação de crenças, valores, conceitos, conflito e pontos de vista a partir do lugar de jovem mulher no campo e do jovem homem nesse meio.

Nos dois grupos, os diálogos partiam dos mesmos temas, mas a separação dos grupos permitiu a pesquisadora a percepção de pontos que necessitavam de uma ação mais específica em cada um dos grupos. Por exemplo, os cartazes de feminismo produzidos pelas jovens, além da inclusão de uma atividade que discutia o machismo em situações de afetividade com os jovens, atividades que serão descritas detalhadamente mais adiante.

Buscou-se, ao longo de cada encontro com os grupos facilitar as discussões, encorajando os depoimentos e assegurando espaço para que todas as/os participantes se expressassem. Durante a discussão realizamos intervenções no sentido de resgatar memórias de vivências e opiniões sobre os temas pré-definidos para a pesquisa, retomando o foco da discussão e confirmando informações sempre que se sentia necessidade.

Para os estímulos utilizamos imagens, vídeos, músicas, projetados com a ajuda de um multimídia, e indagações que remetiam a sexualidade e temas

relacionados como a homossexualidade, o casamento, o ato sexual, as diferenças sobre o ser mulher ou ser homem no campo, as formas de lazer, as mudanças que eles percebem que ocorreram devido a conversas com os pais ou com as gerações anteriores, como eles percebiam essas mudanças e as influências que elas acarretam para sua permanência no meio rural como delineado no quadro 1:

Quadro 1 - Momentos-Chave das sessões dos grupos focais da pesquisa

Tópico-Guia	Objetivo	Métodos de instigação	Seções da pesquisa
<i>Abertura e apresentação</i>	Destacar aos jovens os cuidados éticos sobre todas as informações obtidas no grupo	Entrega dos crachás e escolha dos nomes que aparecerão na pesquisa. Enquanto eles escreviam os nomes deixamos rodar a música "Como é seu nome" disponível em https://www.youtube.com/watch?v=YZ1iKfFgFNO >	Nomes fictícios escolhidos: Nayara; Milena; Sofia; Isabele; Maria Rita; Carol; Ronaldinho Coutinho; Lula; Joao; Andrômeda; Daniel; Jonas; Pedro; Iuri; Khauan; Arthur; Irineu; Jorge.
<i>Dinâmica de abertura da discussão do grupo focal</i> Tema: Igualdade de Gênero	Analisar as expectativas sociais relativas ao comportamento que se espera de uma mulher ou um homem do campo, ou seja, os estereótipos de gênero que moldam as definições de masculino e feminino no rural pesquisado	A Pesquisadora colocou-se no centro do círculo de participantes com uma bola na mão. Diz aleatoriamente "As mulheres são..." ou "Os homens são..." e, em simultâneo, atira a bola a qualquer dos/das participantes. Quem apanhar a bola devia responder de imediato, sem tempo para refletir, dizendo um adjetivo que defina ser mulher (M) ou ser homem (H), consoante a afirmação feita pelo/a dinamizador/a. ¹	Grupo Focal das Jovens M= Poderosa; Linda; Guerreira; trabalhadora; Companheira. H = Especial; Amigo; cuidadoso; Complicado (Depois de uma discussão entre elas o adjetivo para homem foi substituído de complicado para fácil) Grupo Focal dos Jovens M= Legal; Atarefada; Dedicada; Ligeira; Esforçada H=Forte; trabalhador; Saudável; Bruto; Esperto
<i>Família e trabalho</i>	Entender a constituição familiar de cada jovem e o trabalho no meio em que vivem e se	Com imagens (apêndice D) reproduzidas no projetor multimídia perguntamos, a cada uma/um dos jovens, qual atividade faziam em suas casas e propriedades e como cada	A DIMENSÃO SEXUAL DO TRABALHO E DOS ESPAÇOS NO RURAL COMO CONSTRUTORES DE PAPÉIS DE GÊNERO

¹ Atividade extraída do recurso educativo Coolkit Jogos para a Não-Violência e Igualdade de Gênero- Disponível em <http://www.coolabora.pt/publicacoes/coolkit.pdf>

	percebem diferenças entre o trabalho exercido pelas mulheres e pelos homens.	tarefa estava dividida entre os membros familiares.	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão do trabalho e gênero na juventude camponesa do sudoeste do paraná; - O gênero como definidor da sociabilidade e da espacialidade no rural.
<i>Sucessão geracional</i>	Entender as perspectivas de cada jovem pesquisado sobre permanecer ou não no campo	Abrimos a discussão sobre a inten�o desses jovens permanecerem ou não no campo com o auxílio de imagens. Foram levantadas questões sobre acesso à terra, perspectivas futuras de sucessão e questionamentos sobre se eles percebiam alguma diferença entre meninos e meninas no que se refere ao processo de sucessão familiar em suas f�mlias.	<p>COMO GÊNERO E SEXUALIDADE ESTÃO IMBRICADOS NO PROCESSO SUCESSÓRIO DOS JOVENS CAMPONESES DO SUDOESTE DO PARANÁ</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso à terra e transmissão de saberes do campo; - Eles ficam e elas saem: perspectivas dos jovens de permanecer ou não no campo.

<p><i>Lazer e mudanças de hábitos no rural e as vivências de namoro e afetividade</i></p>	<p>Entender que lazeres fazem parte das vivências desses jovens e analisar as percepções sobre as mudanças que ocorreram nas questões de lazer no campo. Analisar como se dá as questões de namoro e afetividade e em quais espaços acontecem. Compreender se há diálogo com as famílias, a escola ou outras instituições sobre essas questões e se há diferenças entre as jovens mulheres e os jovens homens</p>	<p>Utilizamos imagens (apêndice D) e os jovens foram questionados sobre o que fazem para se divertir, se ainda há festas em suas comunidades e se há deslocamento para a cidade em busca de entretenimento.</p> <p>Se conduziu também a um diálogo sobre o que eles acham que mudou com a chegada da internet, com a facilidade de locomoção e se eles conversam sobre essas mudanças com os pais ou mais velhos. Adentrando para um diálogo sobre o uso da internet para relacionamentos, questionando se eles usam redes sociais, se a internet já possibilitou relações afetivas ou os encontros são exclusivamente por outros meios.</p> <p>Conduziu-se a discussão para que os jovens relatassem suas vivências de namoro e afetividade e quais os espaços para esses relacionamentos: família, escola, festas e outros. A partir desses comentários questionamos sobre o ato sexual, o que pensam a respeito, como é a permissividade da família em relação ao tema, como é o diálogo com a família e a escola em relação a essa questão ou com quem eles falam abertamente sobre o mesmo.</p>	<p>VIVENCIAR A SEXUALIDADE NO CAMPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - O dispositivo da sexualidade na modernidade; - As experiências e práticas sexuais no campo; - O lazer e a sexualidade: corpos que entram em campo no campo ; - Sexualidade, família e escola: o medo delas é a gozação deles; - Sexualidade camponesa e religião: do sagrado ao pecado.
<p><i>Homossexualidade:</i></p>	<p>Conhecer as concepções dos jovens sobre a homossexualidade e outras orientações sexuais e enumerar casos de representatividade de que ocorrem no espaço da pesquisa</p>	<p>Partimos da questão sobre o que eles entendiam como homossexualidade, a partir das verbalizações se eles percebem mudanças sobre essas questões no meio em que vivem em relação aos relacionamentos afetivos, se conversam com a família sobre esse assunto. Se conhecem alguém homossexual, com orientação sexual ou com identidades de gêneros que não correspondem ao binário/heteronormativo. Após a discussão, passamos a Música "Elevação Mental" de Triz.</p>	<p>A DIVERSIDADE CAMPONESA COMO NEGAÇÃO OU ESTRANHAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vira, vira homem: a homossexualidade pelos olhos e discursos dos/das jovens do campo;

			<ul style="list-style-type: none"> - Das experiências homoafetivas: buscando prazeres, saciando curiosidades e desconstruindo “certezas”; - “Esse cara nem para contar para gente!”: bissexualidade camponesa e o coming out durante o grupo focal; - O arco-íris também é colorido por mulheres camponesas.
<i>Atividade sobre respeito no namoro</i>	Sensibilizar os Jovens para algumas características que ajudam a distinguir entre uma relação saudável e uma relação potencialmente abusiva ou violenta. Refletir sobre o modo como as relações de poder e de controle podem estar presentes no namoro.	A pesquisadora lia frases anteriormente escritas, de modo que os jovens deveriam dizer se concordavam ou discordavam da frase. Frases como “Os namorados às vezes gritam, mas isso é normal” e “Não deixo que a minha namorada use decotes grandes ou saias curtas, para a proteger dos olhares dos outros.” Foram lidas e as posições dos jovens frente cada frase foi questionada pela pesquisadora.	Anexo A
<i>Atividade sobre feminismo camponês</i>	Discutir as questões de feminismo no espaço rural	Durante o grupo focal das jovens, houve o questionamento sobre o que significa feminismo, a partir disso a pesquisadora usou um espaço do grupo focal para trabalhar o tema que culminou com a produção de cartazes e um <i>flash mob</i> apresentado para toda a comunidade escolar.	Apêndice E
<i>Síntese</i>	Dialogar sobre os tópicos discutidos no grupo focal	A pesquisadora norteou um diálogo de encerramento de modo a abordar as questões discutidas que lhe pareceram importante de tomada reflexiva, por exemplo questões sexistas quanto ao trabalho, a discussão dos termos “ajuda” e “trabalho leve” para designar a ação feita pelas mulheres e as consequências desses, bem como as lutas das mulheres camponesas pelos direitos de acesso à terra e previdência. No que diz respeito às questões de afetividade a pesquisadora demarcou uma reflexão sobre preconceitos, autoconhecimento,	

		e a importância do respeito e da igualdade de direitos.	
--	--	---	--

Toda a discussão foi gravada com um gravador de som e foram tomados alguns cuidados como agendamento prévio do local e horário mais apropriado para esses jovens, preparo da sala, manutenção do gravador, seleção e preparo antecipado do material específico para cada encontro e organização do ambiente.

Antecipadamente haviam sido previstos apenas os grupos focais como métodos de coletas de dados tendo em vista que o interesse principal dessa pesquisa era conhecer não apenas as experiências e opiniões individuais de cada sujeito, mas as vivências coletivas desse grupo que por fim nos remeteriam as posições comuns da juventude rural perante a vivência da sexualidade, mas entendendo cada sujeito como fundamental na identificação coletiva do determinado tema. Todavia, durante as atividades de campo algumas experiências levaram a pesquisadora a perceber a necessidade de entrevistar dois jovens.

O primeiro jovem foi convidado para uma entrevista semiestruturada que ocorreu dois dias após o grupo focal por ter assumido a bissexualidade durante o encontro. A segunda jovem convidada para uma entrevista foi uma aluna que se matriculou na escola após o grupo focal ter ocorrido e que por atender os requisitos para ser participante aceitou participar da pesquisa. O roteiro das entrevistas encontra-se no Apêndice F.

Além dos grupos focais e das entrevistas este trabalho contém observações, verbalizações e vivências em outros espaços da instituição escolar, como encontros com os jovens sujeitos da pesquisa durante os intervalos de aula, durante o transporte escolar ou mesmo diálogos com os professores da referida escola.

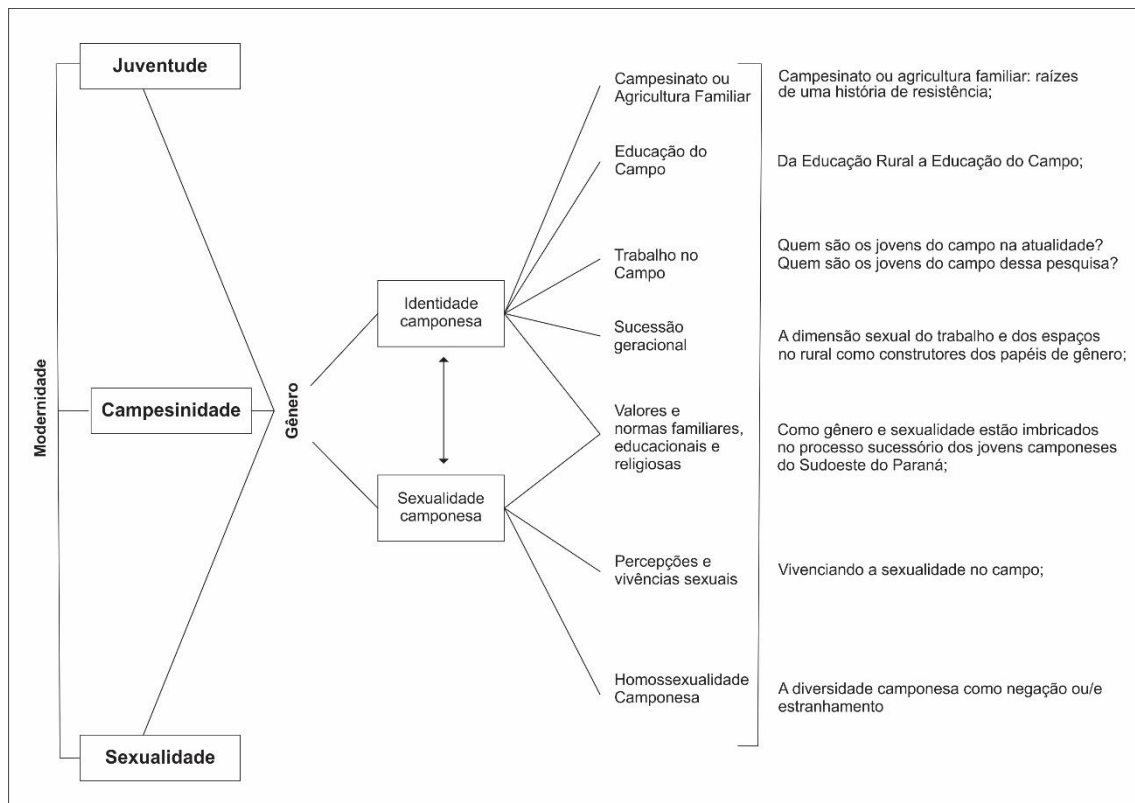
Após o trabalho de coleta de dados o primeiro movimento que a pesquisadora realizou foi a organização de todo material coletado. Foram transcritas todo material gravado nos grupos focais e nas entrevistas e realizado uma leitura atenta dos dados transcritos das gravações e diário de campo.

A partir dessa leitura, foi feita uma primeira organização dos dados de modo a unir todas as questões semelhantes. Nosso ponto de partida para essa organização foram as três grandes dimensões norteadoras dessa pesquisa, sendo elas a juventude, a campesinidade e a sexualidade. A partir dessas dimensões, ordenamos nosso material e identificamos as categorias chave do trabalho como um todo. Durante a análise foi concluído que todo o material produzido estava de algum modo

atravessado pelas questões de gênero por esse motivo essa categoria caracteriza todos os indicadores significantes desse trabalho. As categorias identificadas enquanto “identidade camponesa” e “sexualidade camponesa” abriram um leque de subcategorias que resultaram nos temas descritores desse trabalho, como explanado na Figura 1.

É válido ressaltar que muitas das subcategorias foram condicionadas a priori e diziam respeito às nossas hipóteses de pesquisa, inclusive norteando as discussões do grupo focal como temas guias. Mas a partir dessas categorias iniciais, surgiram outras no decorrer da análise, que emergiram a partir dos dados.

Figura 1 - Esquema da categorização analítica dos dados



Depois do processo de categorização, os dados foram estudados de forma a se abstrair componentes para a discussão com a literatura e produção de novos conhecimentos para o campo científico (MINAYO, 2008) da sexualidade camponesa. Nesse ponto da análise, fizemos a produção da escrita desse material levando em consideração interpretações teóricas já presentes na literatura.

2.3 ONDE ESCOLHEMOS AS SEMENTES? DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo está em questão nesse trabalho porque o campo é a questão. A educação faz parte da dinâmica social desses sujeitos. A escola, o currículo, os projetos educacionais, os sujeitos que estão se constituindo, que essa escola está formando, os jovens, as suas percepções, vivências, e os instrumentos que constroem a subjetividade desses estão atrelados ao objetivo da nossa análise. A escola é o nosso local de pesquisa não porque se vincula ao mundo da produção como bem reitera Arroyo e Fernandes (1999), mas porque: “a escola se vincula sobretudo aos processos culturais inerentes aos processos educativos e sociais. A escola se vincula, sobretudo, as matrizes culturais do povo, da comunidade, as matrizes culturais do campo” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 22).

A educação para a população do campo é uma expressão de luta por direitos de uma sociedade que se contrapõe às relações capitalistas que se estruturaram inclusive no meio educacional (BORBA, 2008). Embrionariamente ligada aos movimentos sociais, a educação do campo se propõe a realizar o embate com o paradigma da educação hegemônica que é construída pelos interesses capitalistas:

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Diante dessas problematizações, deparamo-nos com práticas pedagógicas e processos de formação que abordam a educação a partir da realidade e com enfoque de respeito às necessidades daquelas crianças filhas de camponeses e trabalhadores rurais.

É importante ressaltar que a partir do desenvolvimento agrícola, que nasce com a modernização da agricultura nos anos de 1960, inicia-se no Brasil uma escolarização rural voltada a atender às demandas do mercado globalizado. Nesse viés, surgem as escolas agrícolas que desvinculam os saberes autóctones dos filhos de camponeses, ligando-os ao saber hegemônico do pacote tecnológico da Revolução Verde: as máquinas agrícolas, os biocidas e toda a mecanização advinda do modelo de agronegócio que se impôs no meio rural (ZANONI, 2004).

Nesse âmbito, cresce o índice de êxodo rural devido a impossibilidade de muitos camponeses resistirem frente às pressões do mercado agrícola ou da ideologia criada dentro das próprias escolas rurais, sobretudo a de que o ensino e a vida urbana têm mais a oferecer. Devido a isso, as escolas rurais, ou seja, as escolas situadas no campo passam por um absurdo número de cessações durante a década de 1990 e 2000, justificadas pela falta de alunos, nuclearização das escolas, pouca disponibilidade no transporte escolar e necessidade da melhoria no ensino (FARIAS, 2013).

A região Sudoeste do Paraná mesmo apresentando um número elevado de cessações nesse período, é uma das regiões que concentra maior número de escolas do campo no estado, graças a luta dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR²) (PEREIRA, 2013; FARIAS, 2013).

A primeira Conferência Nacional para discutir a educação do campo ocorreu em 1998, em Curitiba e foi organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo MST. Esse evento tornou-se um marco na organização em prol da educação para os camponeses. A segunda conferência ocorreu em 2000, no município de Porto Barreiro também no Paraná e dá início a “Articulação Paranaense de Educação do Campo” que se destaca pela reivindicação e implementação em 2003 de uma coordenação de educação do campo na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED) (PEREIRA, 2013).

Segundo Pereira (2013), a criação dessa coordenação deu sequência a uma série de aprovações documentais que regem e reconhecem a educação do campo como política pública do estado do Paraná. Em 2004, o “1º Seminário Estadual da Educação do Campo”, ocorrido em Faxinal do Céu/PR, tem como resultado de suas discussões a construção de um primeiro material didático sobre o tema que é reconhecido como o primeiro “Caderno Temático da Educação do Campo- SEED/PR.” Em 2005, outros seminários e simpósios aconteceram, também em Faxinal, com a participação de movimentos sociais e educadores para a criação das Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo que se efetiva em 2006.

² A ASSESOAR é uma associação constituída e dirigida por agricultoras e agricultores familiares. É uma entidade jurídica de direito privado, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, Brasil.

A região Sudoeste do Paraná também esteve articulada e organizou vários seminários e conferências regionais a partir da criação em 2001 da “Articulação Sudoeste por uma Educação do Campo”. Na década de 1980, as entidades do Sudoeste já se preocupavam com a criação de uma alternativa para superar o modelo de desenvolvimento industrial e urbanocêntrico que acometia a agricultura familiar camponesa e por consequência sua educação. É nesse contexto que surge um dos projetos para pensar o campo a partir das várias dimensões sociais que o constituem:

[...] a ASSESOAR juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão criam o projeto Vida na Roça, na intenção de iniciar um processo de construção de referências de desenvolvimento da agricultura familiar a partir dos próprios sujeitos do campo (PEREIRA, 2013, p. 52).

A partir de 2001, o Projeto Vida na Roça (PVR) expande-se para o município de Dois Vizinhos, abrangendo a Escola Municipal de São Francisco do Bandeira, *lócus* desta pesquisa. Em 2007, surge a preocupação de pensar a educação camponesa no âmbito do Ensino Médio e o Colégio São Francisco do Bandeira também incorpora em sua dimensão estadual a preocupação de estabelecer no currículo uma educação voltada para realidade do campo e constituir as escolas do campo como espaços de participação política, em que as/os filhas/filhos de agricultores busquem estratégias de desenvolvimento a partir do seu meio, superando e problematizando a ideia da “busca pelo progresso” pautada pela visão economicista de desenvolvimento consequente da Revolução Verde (PEREIRA, 2013).

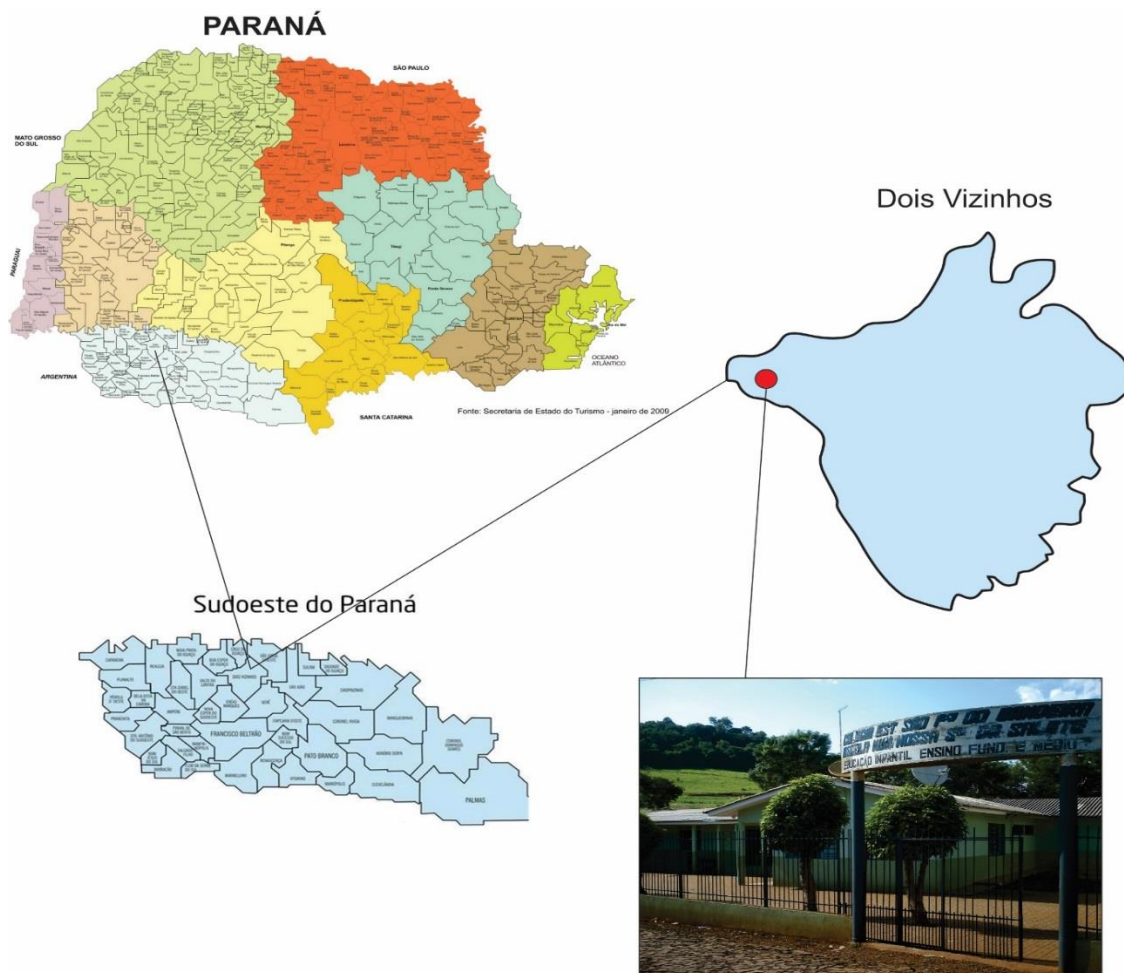
O Sudoeste do Paraná, recorte espacial dessa pesquisa é percebido, por meio desses indicativos, como protagonista da educação do campo no Paraná e no Brasil, tendo em vista estar historicamente à frente das reivindicações para o seu desenvolvimento, norteado a partir de organizações populares, a exemplo da ASSESOAR e do MST (PEREIRA, 2013).

2.4 POR QUE ESCOLHEMOS UMA ESCOLA DO CAMPO COMO LOCAL DA PESQUISA?

O Colégio Estadual do Campo São Francisco do Bandeira já foi referência de trabalhos sobre a educação do Campo (ROTTA; ONOFRE, 2010; PEREIRA, 2010; PEREIRA, ROSSETTO; SCHLOSSER, 2012) e atende jovens filhos/as de agricultores/as residentes da comunidade de São Francisco e de comunidades vizinhas. É, portanto, esse o espaço onde os adolescentes e jovens passam grande parte de seu tempo, de seu desenvolvimento e da sua vivência na sociedade.

Localizada no município de Dois Vizinhos, a comunidade de São Francisco do Bandeira (Figura 2) surgiu por volta dos anos 1960, quando neste local instalaram-se várias famílias vindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no processo de colonização já destacado nesse trabalho. Ainda na década de 1960 as famílias construíram uma escola, onde seus filhos estudavam, e aos domingos a comunidade utilizava o espaço para práticas religiosas. Em 1996, com o grande número de educandos pertencentes à Escola São Francisco, as famílias decidiram ir em busca de sua ampliação para atender também alunos de 5ª a 8ª série.

Figura 2 - Localização geográfica do Colégio Estadual do Campo Francisco do Bandeira



No ano seguinte, em 1997, foi encaminhada a proposta para criação do Ensino Médio, que começava em 1998 gradativamente, atendendo estudantes nessas séries, garantindo assim, aos/as jovens agricultores/as o direito de estudar no lugar onde

vivem. Em 2007, iniciou-se uma proposta de educação do campo a partir de iniciativas locais e a partir do projeto Vida na Roça em parceria com a ASSESOAR (SEED-PR).

Atualmente, as comunidades atendidas pela escola são formadas por famílias de agricultores familiares que possuem pequenas e médias propriedades agrícolas e atuam principalmente na produção de leite, frango e fumo. Os jovens dessa pesquisa destacaram ainda no que concerne às atividades familiares, a produção de cachaça artesanal, cultivos de milho e soja e fabricação de móveis artesanais.

Nesse sentido, escolhemos uma escola do campo como *lócus* da pesquisa por ser o principal ponto de encontro da juventude que mora no espaço rural e por entendermos que as concepções e representações acerca da sexualidade são fruto das relações constituídas, nos ambientes familiar, religioso e escolar, sendo esse o lugar onde na maioria das vezes ocorre os primeiros contatos com as questões de afetividade e práticas sexuais e também por ser espaço de desenvolvimento social efetivado por meio de conhecimento e informação.

2.5 QUEM SÃO OS JOVENS DO CAMPO NA ATUALIDADE? QUEM SÃO OS JOVENS RURAIS DESSA PESQUISA?

Como forma de delimitarmos o objeto de estudo, faremos algumas observações para refletir sobre as definições e concepções que tem se construído sobre a questão da juventude na contemporaneidade.

A temática juvenil é hoje abordada por uma diversidade de perspectivas que abrangem questões sociológicas, psicológicas, antropológicas, pedagógicas, entre outras. Durante muito tempo, a definição de juventude esteve calcada, na academia brasileira, em torno da idade, pertencer a uma idade, tal qual definida no Brasil entre os 15 e 29 anos pelo estatuto da juventude (LEI Nº 12.852/2013) e a idade entre 15 e 24 anos por definição da Organização das Nações Unidas (ONU).

Atualmente, é possível afirmar que os estudos sobre o tema têm dado mais ênfase aos aspectos de diversidade que constroem essa categoria e os discursos e saberes sobre juventude tem se valido muito mais da noção de juventude como construção social e, portanto, se perfazendo por múltiplas definições e caracterizações. Deste modo, tem-se reconhecido a existência de uma diversidade de culturas juvenis e se investigado juventudes em seus plurais. É seguindo essa concepção da necessidade de olhar para as juventudes a partir da heterogeneidade,

lendo-as não apenas pelas noções biológicas ou psicológicas, mas considerando as condições culturais, sociais, econômicas e políticas, que construímos esse trabalho nos reportando a um grupo de jovens ou a uma condição juvenil específica, mas diversa em suas especificidades: a juventude rural.

Estamos aqui nos remetendo a jovens que tem o meio rural como espaço de vida e, portanto, que vivenciam o período juvenil de forma específica. Como nossa pesquisa se dá em um pequeno município do Sudoeste do Paraná, que conta com um pouco mais de 40000 habitantes, segundo o censo estimado de 2018 (IBGE, 2018), admitimos que enquanto uma pequena cidade o espaço urbano também faz parte do mundo rural, onde não há total desvinculação com a natureza e até pelas relações sociais mais próximas. Wanderley (2001) descreve que essas cidades impõem um certo limite para a vivência de uma experiência verdadeiramente urbana. Mas nos possibilitamos reinventar essa afirmação neste trabalho a partir das concepções trazidas pelos sujeitos dessa pesquisa, que remetem a cidade desse município como a única experimentação do que é uma área urbana a partir de sua logística social e estrutural. Quando em meio a expressões como “eu vou para a cidade” (NAYARA, GF, 2018) ou “eu quero morar na cidade” (ANDRÔMEDA, E, 2018) demonstram que para esses jovens a “cidade” desse pequeno município corresponde ao que eles experienciam enquanto diferenciação do espaço em que vivem: o rural. Trataremos então nesse trabalho do espaço cidade e campo, com a ênfase de que a cidade se revela em um espaço geográfico interiorano com características totalmente distintas das grandes metrópoles.

Retomando, se mapearmos o estado da arte sobre juventude rural encontraremos em inúmeras pesquisas sobre a temática o apontamento de que esta categoria foi invisibilizada ou relegada a segundo plano por diversas décadas nos estudos sobre o rural. Alguns autores (DURSTON, 2001; CASTRO, 2005; WEISHEIMER, 2005) destacam que essa marginalização se deve ao fato de que os estudos sobre o campo estiveram sempre focados nas questões familiares e de trabalho e os estudos sobre juventude sempre tiveram sua centralidade nas problemáticas urbanas.

Na conclusão do seu trabalho sobre juventudes rurais em um assentamento, Castro (2005) discute o quanto a construção da identidade desses jovens está ligada ao diálogo com as autopercepções, as quais colocam sempre em movimento a relação do universo rural e os espaços “urbanos”.

Sendo assim, as características de campesinidade que serão encontradas nos diferentes jovens rurais estão muito atreladas as relações que esses sujeitos estabelecem com a sociedade dita dominante no processo de desenvolvimento, ou seja, com a cidade, com as tecnologias e com a indústria. Deste modo, reproduz e recria suas características nesse contexto, para definir o grau de campesinidade com as especificidades que são próprias de sua região e de seu tempo, compondo o universo significativo que constitui cada forma de agricultura familiar.

Mesmo que haja uma nova interpretação sobre o rural sendo construída e certa dissolução da dicotomia rural e urbano, como propõe Wanderley (2001), as nuances provocadas pela sociedade moderna ainda estabelecem pretensiosamente discursos que demarcam a cidade como o referencial de vida a ser seguido, espaço de desenvolvimento e civilização e o rural como característica de atraso, que não se encaixa nos preceitos de modernização determinantes como valores da era da globalização.

Diante disso, torna-se importante pensar acerca dos papéis que a juventude camponesa desempenha e como se comporta nos contextos rurais, sendo que também vivenciam os desafios da agricultura familiar e das novas configurações desse contexto.

Os/as jovens rurais têm vivido em um momento que divide o rural entre a ruptura e continuidade dos valores camponeses, entre a tradicional e característica vida comunitária e a vida virtual como revelado pelos jovens quando destacam que a internet tem reconfigurado inclusive as relações familiares em seus lares, “acho que na minha casa foi a comunicação entre os pais e filhos. Meus pais são viciados e eles se desligaram um pouco de mim e dos meus irmãos pra ficar na net” (ISABELE, GF, 2018).

Essas relações, transformações de realidade e esse maior contato com a cidade, destacada por Castro (2005), despertou outras perspectivas de futuro para a juventude rural. Para além de conceituações, rótulos e redução da juventude rural à questão do êxodo e da sucessão familiar, torna-se necessário entender como esses jovens se reconhecem e vivem a agricultura familiar hoje, levando em consideração a diversidade de configurações territoriais e modos de ser camponês.

Há a necessidade da desconstrução de um estereótipo normalizado sobre a juventude rural criada a partir de discursos e saberes que focaram apenas nas características da saída do campo, invisibilizando aqueles que formaram raízes no

campo e criam constantemente em contraposição a essas pesquisas formas de “ser jovem” nesse contexto:

hay un muy difundido estereotipo del joven rural: “un muchacho campesino de 16 años analfabeto funcional, que ya se casó, ya tiene hijos y trabaja en la agricultura familiar de subsistencia”. Este estereotipo parece estar implícita en muchas de las reflexiones y propuestas poco concretas que se hacen relativo a la juventud rural. Es obvio que no corresponde a todos los jóvenes rurales; pero ni siquiera se acerca a un promedio de ellos (DURSTON, 1998b, p.4)

A partir dos dias compartilhados e vivenciados com os jovens sujeitos dessa pesquisa, proponho refletir esses dentro do contexto, definido por Carneiro (2007), das novas mentalidades do rural. Novas mentalidades decorrentes de questões como a intensificação de comunicação via redes sociais, bem como de mobilidade e aproximação entre o rural e o urbano e das novas configurações que se estruturam não somente pelos atrativos da urbanidade, mas também pela revalorização do campo. Novas configurações que influem diretamente nos projetos desses jovens, bem como naquilo que percebem de si próprios e em como constituem suas identidades rurais (CARNEIRO, 2007).

Entendendo a juventude como construção social, buscamos apreender a condição juvenil e o dispositivo da sexualidade, dessa categoria, no contexto específico de uma escola do campo. Para tanto, ao iniciar essas análises, primeiramente, consideramos a necessidade de identificar qual a ideia do “eu” que compõe e define esses sujeitos nesse espaço ou como esses jovens se representam a si mesmo e para os outros por meio de palavras e comportamentos apresentados durante a pesquisa.

Uma das questões é a variante lexical “piá” para definir o jovem homem nesse contexto. Proveniente da língua indígena Tupi, a expressão tem sua maior ocorrência no estado do Paraná (ROMANO; SEABRA, 2014), mas para alguns autores a expressão mais do que regionalismo é acionada a partir da percepção de caracterização de um jovem ainda incapaz, menor. Ou seja, nela está introjetada, mesmo que inconscientemente, a ideia de que o jovem a que eu chamo de “piá” é aquele que ainda não sabe das coisas, que ainda deve obedecer. A expressão surgiu tanto dos tratamentos próprios dos meninos durante o grupo focal, quanto das meninas ao se referirem aos homens jovens.

Ao que se refere a identidade foi possível perceber que a/o jovem rural contemporâneo, participantes dessa pesquisa, rompem com as construções de um

sujeito que esconde a identidade. Em vários momentos da pesquisa as expressões “somos da colônia”, “a gente é da roça” e “a gente do interior” são acionadas. Nesse mesmo viés, os/as jovens pesquisados/as destacam o ato de produzir como referencial daquilo que os/as tornam jovens do campo: “nós produzimos alimento” ou “aqui no campo da para produzir quase toda comida, diferente da cidade”. É o reconhecimento do lhe é próprio, o produzir, cuidar da terra.

Outro ponto que nos ajudou a construir a caracterização da população desse estudo foi a observação de que o grupo de jovens se mostrou polarizado entre jovens do campo que vem se constituindo frente a racionalidade moderna e resistindo enquanto camponês, criando seus espaços de representatividade e pertencimento a esse meio e jovens que pretendem sair do campo. Iuri (GF, 2018) destaca: “quero fazer faculdade na UTFPR, algum curso que envolva o campo, vou ficar em casa e ir de casa, quero continuar ajudando na propriedade”; ou na descrição de Isabele (DC, 2018), que afirma a identidade camponesa a partir da valorização do modo de vida camponês, compreendendo o campo como espaço vivido, com seus sujeitos e suas tradições, espaço de democratização das relações sociais, de justiça social e ambiental:

Ser jovem do campo é ter muitos desafios, porém é ter uma paz interior muito grande, é ter alguns privilégios que alguns jovens da cidade não têm, é ser feliz de verdade. Ser jovem do campo é muito bom, pois todos se conhecem e tem uma amizade muito grande, tem escolas ótimas. Ser do campo é ter um amor incondicional por tudo da natureza e por si próprio (ISABELE, DC, 2018).

E, e de outro lado, há jovens que demonstram interesse pela cidade, como na afirmação: “vou sair para estudar e não voltarei para o campo, quero arrumar um emprego fixo e ter *uma vida melhor*” (CAROL, GF, 2018, *grifo nosso*). A fala nos remete a algo retratado nos estudos de Wanderley (2001), de que as nuances provocadas pela sociedade moderna ainda estabelecem pretensiosamente discursos que demarcam a cidade como o referencial de vida a ser seguido, espaço de desenvolvimento e civilização e o rural como característica de atraso, que não se encaixa nos preceitos de modernização determinantes como valores da era da globalização.

Diferentes perspectivas (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003) têm explorado mais significativamente os postulados da modernidade e do desenvolvimento no que diz respeito a relação homem-natureza. E em muitos casos esses textos se fazem críticos a uma modernidade que está associada às problemáticas sociais e

ambientais, bem como, aos riscos que o projeto moderno de desenvolvimento oferece. Mas mesmo assim, a hermenêutica do desenvolvimento tem se pautado na ideia de projeto moderno, representado historicamente por princípios ocidentais universalizantes, como condição imprescindível à sobrevivência das sociedades.

A idealização da modernidade como condição de vida universal deve-se em grande escala ao discurso hegemônico de um modelo civilizatório que sintetiza os pressupostos básicos sobre o humano, a riqueza, o progresso, o conhecimento e a vida. Essa associação da noção de desenvolvimento com o ideário de modernidade, que projeta a noção de homogeneização de valores e comportamentos, tem levado a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais dos povos que passaram pela violência colonial (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003; ALMEIDA, 2013).

Foucault (2000) nas suas análises sobre as questões que envolvem o poder em suas microesferas destaca o emaranhado de instituições pelo qual esse perpassa:

A ideia de que existe em um lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada numa análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 2000, p. 248).

O Estado, em consonância com a ciência e outras instituições como a família, definem políticas de normatividade, que criam perfis de subjetividade, ou seja, dispositivos de saber/poder (FOUCAULT, 2000) que constroem representações do que é ser homem moderno e ocultam identidades culturais e sociais “outras”.

Destacamos essas considerações sobre a modernidade nessa seção, pois suas consequências atingem a construção identitária desses jovens. Identidade essa que se constrói num emaranhado de ambiguidades refletidas nas perspectivas em conflito entre as positivities de viver no campo: como a tranquilidade apontada na fala de Jonas (GF, 2018) “na roça é mais tranquilo”; ou nas possibilidades de uma alimentação mais saudável e economicamente mais viável, “no campo você pode plantar, cultivar algumas coisas e na cidade tudo o que você quer comer você tem que comprar, tem mais gastos [...]” (NAYARA, GF, 2018). E por outro lado, as positivities de sair do campo e a possibilidades de ganhar dinheiro e ter “a vida melhor” que os discursos desse desenvolvimento capitalista desenham.

É importante destacar que a decisão de sair do campo não está ancorada unicamente na lógica que dita que a cidade é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é uma área atrasada, as questões materiais e estruturais, propriedades desestruturadas, falta de políticas públicas voltadas para o jovem camponês, dependência financeira e acesso a escolaridade acabam por também serem fatores determinantes da saída desses/dessas jovens.

Os discursos registrados nos grupos focais também apontaram as influências das relações de gênero na construção e representação que esses sujeitos elaboram sobre o entendimento de suas condições juvenis. Foi possível perceber que a representação do que é ser jovem do campo se difere, dependendo do ser jovem mulher camponesa ou ser jovem homem camponês, diferenças refletidas sobre as responsabilidades adquiridas na propriedade agrícola e nas permissões ou limitações para fazer-se jovens dentro de certas espacialidades.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO, CAMPESINIDADE E JUVENTUDE

Gênero foi um conceito elaborado pelas teóricas feministas contemporâneas para compreender, problematizar e desconstruir as diferenças e desigualdades entre os sexos, engendradas a partir da diferença sexual (PISCITELLI, 2009). Para a autora, os estudos de gênero se estabeleceram com a perspectiva de desmontar as naturalizações sobre os papéis sexuais e as desigualdades sociais, consequências também da naturalização das diferenças entre os sexos:

O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças (PISCITELLI, 2009, p. 119).

Segundo a autora, a representação sobre o ser homem e ser mulher na sociedade, se estabelece por gama de expectativas de comportamentos e formas de viver já pré-estabelecidas, resultando nas “normalidades” de comportamentos sociais e auxiliando na manutenção das relações de poder, baseadas no gênero.

Característica da terceira onda do feminismo ou da teoria pós-estruturalista feminista (DAVIES; GANNON, 2005), o gênero passa a ser explorado por perspectivas socioculturais sobre sexualidade e identidade, para além da fisiologia dos corpos e da naturalização do binário. A partir do pressuposto que a ideologia dominante de gênero, a heteronormatividade, é assumida como natural para manter mulheres e a comunidade LGBTQI em subjugação.

Ao considerar a sexualidade de jovens camponeses, se faz necessário remeter-se ao conceito de gênero, para além da condição biologizante, desenhando-se e produzindo-se enquanto efeito dos discursos articulados a elementos como raça, classe, orientação sexual, espacialidades e outros. Ou seja, o gênero não é algo que se é, ele é construído por atos, ou seja, é performativo como bem enuncia Butler (2003) e seu caráter performativo o torna muito mais amplo e diverso aos binarismos a que os discursos de poder estão atrelados quando definem gênero na intenção da manutenção da heteronormatividade.

É na perspectiva de que o gênero engloba não apenas os discursos e ideias, mas também as instituições, as estruturas, as práticas cotidianas, os costumes e as demais relações sociais (SCOTT, 1995) que se torna necessário articular

conhecimento a partir das experiências de opressão que as mulheres agricultoras ou que vivem no campo sofrem, por conta de elementos como gênero e sexualidade.

Quadro 2 - Síntese dos resultados sobre o tópico da “família e trabalho” nos grupos focais

Tópico-Guia	Objetivo	Grupo focal com as jovens mulheres	Grupo focal com os jovens homens
<i>Família e trabalho</i>	Entender a constituição familiar de cada jovem e o trabalho no meio em que vivem e se percebem diferenças entre o trabalho exercido pelas mulheres e pelos homens	A divisão do trabalho relativa às questões de gênero apareceram em muitas colocações sobre como as atividades eram elaboradas nas propriedades das jovens participantes. A mãe sempre ligada aos trabalhos domésticos e o pai ao trabalho na roça. Houve também a exposição sobre como romperam barreiras familiares para aprender atividades que os pais consideravam exclusivamente masculinos, como a direção de máquinas agrícolas, por exemplo. É importante destacar que diferentemente dos meninos as jovens apontavam a divisão sexual do trabalho sempre perfazendo uma crítica a questão, definiam como injusta as maneiras como o trabalho era definido apenas pela condição do ser homem ou ser mulher. Todas as jovens destacaram participar ativamente das atividades domésticas de suas propriedades. Também apontaram dificuldades no que tange a liberdade de espaços que o gênero feminino pode ocupar.	Os jovens também descreveram todas as atividades pautadas na divisão sexual do trabalho. Sempre que se referiam ao âmbito doméstico destacavam enquanto trabalho da mãe/mulher e o espaço da produção como lugar do pai/homem e também se colocavam nesse lugar destinado ao trabalho masculino. Poucos jovens apontaram já ter colaborado nas atividades domésticas.

Portanto, neste trabalho, como ferramenta de análise, o conceito de gênero estabelece um recorte sobre aspectos da realidade social existente centralizando-se na produção das conexões que a cultura engendra entre corpo, sujeito, conhecimento

e poder a partir da organização do gênero, baseada numa imagem socialmente construída acerca do que foi consolidado como sendo masculino ou feminino no rural, por exemplo.

3.1 DIVISÃO DO TRABALHO E GÊNERO NA JUVENTUDE CAMPONESA DO SUDOESTE DO PARANÁ

A visão patriarcal, originada no arranjo político-econômico colonial tornou a diferença biológica entre os sexos uma justificativa da diferença socialmente construída entre os gêneros, deliberando ao homem ou à masculinidade um lugar de superioridade que afeta entre muitos campos a questão da divisão sexual do trabalho (WELZER-LANG, 2001).

Woortmann e Woortmann (1997, p. 11) consideram que a atividade agrícola se monta sobre um saber patriarcal e envolve mais do que “transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis”, gerando o material simbólico do que se estabelece entre casa e roçado, trabalho e ajuda, ou seja, uma condição que “constrói não só o espaço agrícola, mas também espaços de relações sociais de gênero e geração”.

Neste sentido ser homem no meio rural requer características específicas, características estas presentes no discurso do cotidiano seja no espaço da casa (privado), quanto do roçado (público), onde estes espaços são definidores de variantes masculinos e femininos socialmente concebidos por indivíduos de comunidades rurais (BARDUNI FILHO et al., 2010, p. 9).

Quando essas relações são criadas baseadas em assimetrias de gênero se constitui as desigualdades de oportunidades de direitos, se geram hierarquias e principalmente se criam ideologicamente os estereótipos que atribuem valores negativos e desqualificantes aos indivíduos.

A temática da divisão sexual do trabalho não é o foco central do estudo, mas está diretamente ligada às vivências e percepções da sexualidade e à questão foi se desvelando fortemente ao longo da realização da pesquisa.

As relações tecidas por rapazes e moças estão ancoradas em papéis sociais distintos durante o processo de socialização a que foram submetidos no meio rural. O entendimento das diferenças entre a vida das moças e a vida dos rapazes é necessário para saber como as relações entre estes são estabelecidas (SILVA, p. 5, 2010).

A organização da produção camponesa está, em sua maioria, baseada na perspectiva familiar que se afirma sobre a força de trabalho e da lógica de consumo de cada membro da mesma (CHAYANOV, 1974). A organização do trabalho na

unidade se dá segundo as especificidades da composição familiar, ou seja, as tarefas são delegadas de acordo com idade e gênero. Nesse sentido, o trabalho doméstico, as hortas e até mesmo o trabalho na roça, feito pelas mulheres, é secundarizado e considerado como auxílio ou “ajuda” (BRUMER & PAULILO 2004; SABBATO et.al, 2009), como expresso na verbalização da jovem Maria Rita: “[...] lá em casa a mãe *ajuda* o pai em tudo (GF, 2018)”.

Os/as jovens são considerados parte dessa ajuda familiar, seus afazeres são vistos do ponto de vista de aprendizado para a constituição de suas próprias propriedades quando adultos. Essa ajuda é reconhecida como parte do trabalho e, portanto, todas as necessidades básicas são atendidas, mas a remuneração para o lazer ou outros depende da assistência financeira dos pais (BRUMER; PAULILO, 2004).

Nos grupos focais, quando se perguntou sobre a dinâmica de trabalho na unidade familiar, foi possível constatar nitidamente a divisão sexual do trabalho:

A mãe fica mais em casa fazendo comida e limpando (NAYARA, GF,2018).

Lá em casa a mãe fica dentro de casa, lava roupas, tudo dentro de casa é com ela, as vezes eu ajudo. E nós tiramos leite e temos alambique, meu pai faz mais as coisas de fora (KAUAN, GF, 2018).

A mãe tira o leite e cuida da casa e o pai vai na roça (PEDRO, GF, 2018).

As falas dos/das jovens explicitam a desigualdade existente na relação entre o trabalho considerado produtivo e, portanto, atribuído aos homens na propriedade, na lavoura ou na roça e o trabalho como os cuidados com a casa e a alimentação é atividade delegada as mães/mulheres.

Advinda do ocidente, por meio do colonialismo, a ideia de que as tarefas domésticas pertencem às mulheres e tem um valor secundário frente a outras atividades ainda é expressamente vivenciada por esses jovens rurais em suas casas, ou seja, a divisão sexual do trabalho é naturalizada desde muito cedo nesses sujeitos.

O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa... O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres... O pano, a pá, a vassoura e o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes (PERROT, 2007, p. 115).

Estudiosa dos contextos rurais brasileiros, Paulilo (1987) verificou nas famílias camponesas a existência de categorias para demonstrar as desigualdades de valor atribuído ao trabalho elaborado pela mulher frente aos trabalhos efetivados pelos

homens. A autora coloca que as categorias trabalho “leve” e trabalho “pesado” circundam a vida cotidiana e laboral dos camponeses de modo a atribuir a primeira categoria, “trabalho leve”, a todas as atividades elaboradas pelas mulheres e a categoria do “trabalho pesado” às tarefas realizadas pelos homens. Importante destacar que caráter “leve” referindo-se às atividades das mulheres não diz respeito às características da atividade, ou seja, não significa trabalho que exige pouco esforço ou tempo:

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas (PAULILO, 1987, p. 4).

Nesta perspectiva, homens e mulheres são vistos em esferas completamente distintas, mas outros olhares vão se construindo para além das naturalizações dessas assimetrias de gênero. Enquanto as falas, tanto dos jovens quanto das jovens, destacam que o espaço doméstico ilustra a vida das mães, invisibilizando sua parte no trabalho produtivo, foi possível perceber que, do mesmo modo, os saberes transmitidos em relação ao trabalho se dão nesse mesmo âmbito como descrito na fala “[...] tenho uma irmã e ela ajuda só dentro de casa” (JOÃO, GF, 2018). Os filhos homens são preparados desde muito cedo para gerenciar a produção, enquanto, as filhas mulheres são treinadas para a vida doméstica e a maternidade. Dessa forma, a vida das jovens no campo ainda é marcada pela invisibilidade e inferioridade de seu trabalho.

É importante analisar a sucessão da divisão sexual do trabalho nesses/nessas jovens, porque a partir dessas contribuições foi possível traçar também algumas mudanças sociais que vem ocorrendo, mesmo que de maneira lenta, nesse meio e uma juventude feminina do campo mais ativa e reivindicativa no que tange a sua participação na propriedade familiar. Ilustrado por inúmeros trabalhos sobre divisão sexual do trabalho rural, a limitação das mulheres no que tange a preparação e o gerenciamento da propriedade e o controle técnico do processo produtivo, especialmente quando se refere às novas tecnologias, tem sido um dos fatores de mudança que aparecem nas falas das jovens.

Três meninas do grupo destacaram que aprenderam a dirigir o trator porque era preciso, mas assim que foram questionadas sobre se percebiam que os pais preferiam ensinar essa tarefa aos meninos, elas concordaram, apontando que os pais sentiam mais facilidade para ensinar aos irmãos e que suas mães não sabiam dirigir o trator. Quando interrogadas sobre como se sentiam, percebendo que eram ensinadas para as tarefas domésticas, enquanto os rapazes eram preparados para as tarefas produtivas, foram assertivas ao demonstrar descontentamento e declarar até um sentimento de injustiça: “Eu não acho justo!” (ISABELE, 2018, GF).

Essa inferência é importante para os estudos contemporâneos sobre as questões de gênero no rural, haja vista que com a entrada da modernização na agricultura houve uma intensificação da qualificação para a gestão dos novos equipamentos agrícolas de forma exclusivamente masculina. Os cursos e técnicas voltadas para o empreendedorismo rural é até hoje quase que em totalidade voltada para os homens. No período da pesquisa, foi possível acompanhar uma aula do Programa Empreendedor Rural (PER) no Sudoeste do Paraná, que incentiva o empreendedorismo no campo e oferece suporte ao desenvolvimento de projetos de negócios para as propriedades, oferecido pelo Sistema Faep/Senar-PR, em parceria com Sebrae/PR e a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do estado do Paraná (Fetaep), e constatou-se que 90% dos participantes eram jovens homens.

Outra questão que apareceu nas falas dos jovens foi sobre o reconhecimento do trabalho múltiplo que as mulheres (representado por suas mães) exercem na propriedade. Muito discutida por Abramovay e Silva (2000), a invisibilidade do trabalho feminino agrícola é um dos principais fatores da subalternidade da mulher na propriedade e nas relações econômicas que se estabelecem nesse espaço.

Enquanto os/as jovens destacavam em sua maioria que as mães ficavam responsáveis pelo trabalho doméstico e os pais pelo trabalho na roça, as falas eram complementadas com a noção de que as mães tinham papel fundamental em toda organização laboral da propriedade:

Minha mãe trabalha mais que todos lá em casa (LULA, GF, 2018).

E o pai não ajuda a mãe em nada dentro de casa (ISABELE, GF, 2018).

Esses reconhecimentos das situações de desigualdades indicam que embora ainda prevaleçam situações de hierarquia no trabalho rural e de invisibilidade da

mulher, estão se formando enfrentamentos de uma geração que pode possibilitar a melhoria na realidade do campo no que tange o empoderamento social e político das mulheres desse meio.

Fazer essas considerações sobre como a divisão sexual do trabalho permeia o contexto analisado de modo a produzir relações assimétricas e de poder entre os gêneros e as gerações, nos leva a análise de outro fator importante na compreensão da realidade rural e suas manifestações de sexualidade. A divisão sexual do trabalho não desenha a vida das mulheres, homens e jovens apenas no que tange o campo laboral, mas também demarca seus espaços de convivência.

3.2 O GÊNERO COMO DEFINIDOR DA SOCIABILIDADE E DA ESPACIALIDADE NO RURAL

A partir da observação de que existe uma divisão de papéis no rural, e onde certas atividades humanas são mais ou menos valorizadas, essas práticas também constroem definidores de espaço e o lugar de trabalho definido acaba também por demarcar os limites de espacialidade, ou seja, o ir e vir social também é demarcado pelo gênero.

O espaço, o lugar, o ambiente, e até o tempo integram o dispositivo normatizador, fazem parte da conduta e da organização do contexto rural e do funcionamento dos papéis sociais que ditam o saber e o fazer para cada gênero que habita nesse espaço. Como destacado no texto de Esmeraldo (2008), ao produzir cartografias de tempos e lugares que forjam subjetividades de gênero de sujeitos sexuados que transitam nas casas, quintais, nas áreas de produção, nos espaços de trabalho e da fala política, enfim na vida cotidiana das famílias camponesas:

Como o espaço, o tempo também é usado para organizar e dar vida social e sexuada aos corpos de homens e de mulheres. São construções que se eternizam na história, na economia e na cultura e são transmitidas na forma de normas, condutas, comportamentos e valores. Encobertas e naturalizadas, fazem uso de bens simbólicos que se corporificam nos objetos, nas coisas e criam gêneros. Dão a homens e mulheres destinos, funções e representações (ESMERALDO, p. 199, 2008).

Mesmo que no rural o espaço de convivência entre os gêneros, seja o produtivo, as mulheres têm como espaço demarcado o âmbito doméstico, a horta, o lote. Já o espaço dos homens é o da esfera pública, a roça, os bares, os sindicatos, as cooperativas, os bancos e os espaços de decisão.

É importante destacar que as mudanças que ocorreram no campo também atingiram a organização interna das propriedades e que a longa trajetória de enfrentamento pelas mulheres rurais tem resultado em conquistas nesse meio. Muitos trabalhos sobre gênero no rural destacam o quanto o protagonismo do feminismo vem avançando no que diz respeito ao espaço das mulheres nos sindicatos, no acesso à terra e a gerencia da propriedade. Mas frases como “[...] a mãe fica dentro de casa” (COUTINHO, GF, 2018) demonstram que as atribuições socialmente definidas para homens e mulheres, ainda permanecem nas vivências das famílias dos jovens pesquisados e conseqüentemente constroem concepções culturais desses sujeitos.

Nos grupos focais, em diversos momentos foi possível perceber que dependendo do gênero os espaços de circulação laboral ou social são demarcados. Quando questionados sobre o que faziam para se divertir, onde saíam e se os pais ditavam horas para voltar, os dois grupos começaram a apontar questões como:

Se fosse menino era mais fácil, mais permitido sair (MARIA RITA, GF, 2018).

É que para o piá é mais fácil de sair e para menina, não (RONALDINHO, GF, 2018).

[...] para as meninas é um pouco mais difícil, elas são mais reguladas (JONAS, GF, 2018).

Nas colocações das/dos jovens é possível perceber que a autonomia dos meninos para o “sair de casa” é nitidamente maior que a das meninas, mesmo que ambos tenham a mesma idade e vivam nas mesmas condições econômicas. Esses maiores obstáculos, a mobilidade enfrentada pelas meninas demonstra que o cenário doméstico ainda é o espaço legitimado como feminino.

A visão patriarcal, originada no arranjo político-econômico colonial tornou a diferença biológica entre os sexos uma justificativa da diferença socialmente construída entre os gêneros, deliberando ao homem ou à masculinidade um lugar de superioridade.

Esta seção torna-se muito importante em um trabalho sobre sexualidade, ao se perceber que sua vivência e construção no meio rural depende e muito dos limites de espacialidade que é permitido a cada jovem. Os/as jovens constroem e delineiam suas identidades nas socializações e no exercício da sexualidade, onde confrontam valores, crenças e controles culturais. Abramovay (2004, p. 69) afirma que é “em uma dinâmica de relações consigo e com outros, que a sexualidade se vai processando,

colaborando para demarcar fases, trajetórias individuais e formas de ser e estar no mundo”.

A mobilidade de cada jovem influi diretamente nas interações sociais e por isso as concepções sobre o ser, o dizer e o fazer sexual de meninos e meninas que vivem no mesmo meio rural, mas desfrutam de espaços distintos, pode ser tão diferente.

Foucault (1999) deu o nome de biopoderes para as normatizações que docilizam os corpos e controlam a vida por práticas governamentais que ditam as normas de higiene, sexo, natalidade, beleza, produção e modo de ser e viver. O autor também traça uma linha histórica para fundamentar a constituição dos biopoderes e das mudanças sobre o cuidado de si. A opressão mecanismos de controle antes individualizados passam, com a emergência da produção capitalista, a serem ressignificadas para um caráter coletivo. A implantação dessas normatizações estrutura-se por técnicas de poder disseminadas e legitimadas por instituições como a escola, a família, as prisões, os hospitais e os mesmos corpos que, devido a moralidade religiosa, já haviam renunciado o cuidado de si, agora são disciplinados para a produção, o ritmo e o tempo da modernidade (FOUCAULT, 1990).

Numa abordagem mais feminista em relação as questões dos biopoderes, Federici (2017) destaca o quanto esse controle do corpo e da sexualidade foi distinto entre homens e mulheres, inclusive tecendo uma crítica a abordagem foucaultiana sobre a questão:

[...] a análise de Foucault sobre as técnicas de poder e as disciplinas a que o corpo se sujeitou ignora o processo de reprodução, funde as histórias femininas e masculinas num todo indiferenciado e se desinteressa pelo “disciplinamento” das mulheres, a tal ponto que nunca menciona um dos ataques mais monstruosos perpetrados na Era Moderna contra o corpo: a caça às bruxas (FEDERICI, 2017, p.19).

Segundo a autora (FEDERICI, 2017), o sexismo, vigorou como pauta política importante dos programas de Estado, que regulavam as relações sexuais e os hábitos reprodutivos das mulheres conforme as demandas de produção do trabalho/econômicas exigiam. Ou seja, as mulheres eram subordinadas a uma política sexual e reprodutiva que seguia as necessidades capitalistas. Federici (2017) inclusive estabelece uma reflexão sobre como os picos ou as quedas de natalidade coincidem e se relacionam com as fases do desenvolvimento capitalista e sua necessidade de aumento ou diminuição de mão de obra. Para a autora, as expropriações de terras, sobretudo mulheres viúvas e sem maridos, as expulsões das camponesas das terras comunais, as guerras, a criminalização dos conhecimentos

sobre a manipulação das ervas e as conhecidas guerras santas ou “caça às bruxas”, são claros referenciais da imposição de uma disciplina social e da subordinação feminina tidos como controles necessários ao desenvolvimento do capitalismo. Para Federici (2017), identificar as mulheres como bruxas foi uma estratégia para controlar as práticas femininas vistas como resistências ao Estado e a expansão capitalista que vigoravam, sobretudo nas sociedades camponesas.

A análise de Federici (2017) evidencia como o corpo da mulher foi constituído como principal alvo das técnicas de poder e violência nos ajudando a entender como a dominação, repressão e domesticação do feminino iniciou. Partindo dessa premissa torna-se compreensível porque os discursos e as práticas sociais negam a sexualidade feminina restringindo-as ao cenário do casamento. A ideia é tão arraigada culturalmente que os espaços que extrapolam o âmbito doméstico são proibidos a esses corpos, principalmente aqueles com conotação sexual. Um exemplo é quando perguntei sobre o lazer e os jovens destacaram os bares da comunidade e levantei a questão sobre quem os frequentava e Lula logo interveio “os homens, né? porque as mulheres não podiam ir nas bodegas, porque eram julgadas” (GF, 2018).

Desde muito cedo essas jovens aprendem padrões morais que as colocam em lugares passivos e ao dever de demonstrar adequação ao modelo da mulher recatada e pronta para casar. Em várias ocasiões, os meninos as diferenciavam das jovens urbanas com colocações como “[...] as meninas da cidade são mais soltas, mas mais enjoadinhas (LULA, GF, 2018) ou “elas (as jovens do campo) são mais trabalhadoras, sabem tirar leite” (RONALDINHO, GF, 2018).

Por outro lado, foi possível perceber que esses modelos de comportamento impostos vêm perdendo fôlego naquela localidade rural, as jovens têm tido acesso a outros modelos e constituído sua própria identidade comportamental, o que tem quebrado um ciclo geracional ao expressar outros projetos de vida que não exclusivamente a referência ao doméstico rural. Mesmo com as restrições de horários, a que os meninos não eram subordinados, ou as prescrições de lugares que alguns pais as pediam para não frequentar, durante as observações na comunidade, percebi as jovens nas lanchonetes, nas mesas de sinuca (uma atividade tida como masculina pela cultura heteropatriarcal) e constituindo seus próprios espaços de lazer ao lado do campo de futebol, por exemplo. E ainda, durante algumas de nossas conversas, apontavam as metas para sair de casa e estudar, metas de relacionamento e cabe

aqui adiantar nem sempre enquanto desejos heterossexuais e até mesmo sobre a liberdade que o acesso à internet as possibilitava.

As limitações para participar da vida pública das comunidades e a reprodução das desigualdades, econômica, física e política de gênero no campo leva a outra questão: a saída das mulheres jovens do rural. As jovens que tem sua autonomia cerceada no espaço rural acabam por ver oportunidades em outros espaços, e toda essa dinâmica de movimentação dos/das jovens, do ficar ou sair do campo está ligada a questão do processo sucessório.

3.3 COMO GÊNERO E SEXUALIDADE ESTÃO IMBRICADOS NO PROCESSO SUCESSÓRIO DOS JOVENS CAMPONESES DO SUDOESTE DO PARANÁ

Mesmo em meio a reestruturações causadas pelas dinâmicas da modernidade a atividade agrícola e/ou camponesa permanece sendo uma atividade herdada. A continuidade de uma propriedade rural depende e é condicionada pelo fator geracional (SPANVELLO, 2008). A questão sucessória é reconhecida como a transferência de poder entre as gerações que se sucedem. As gerações mais idosas dão espaço para que os jovens gestem o patrimônio e se caracterizem como o camponês daquela propriedade. (ABRAMOVAY, 1998).

Esse processo de sucessão entre gerações relaciona-se diretamente as questões de sexualidade, já que a ideia de perpetuidade de uma geração liga-se a fatores pré-determinados como a relação com alguém que também tenha como objetivo compartilhar da vida rural, com o fator matrimonial e depois com o nascimento daqueles que darão prosseguimento ao que a geração precedente iniciou.

Quadro 3 - Síntese dos resultados sobre o tópico da “Sucessão geracional” nos grupos focais

Tópico-Guia	Objetivo	Grupo focal com as jovens mulheres	Grupo focal com os jovens homens
<i>Sucessão geracional</i>	Entender as perspectivas de cada jovem pesquisado sobre permanecer ou não no campo	Nesse tópico surgiram questões sobre: o acesso à terra, nas quais as jovens demonstraram não ter muitas perspectivas sobre serem as herdeiras das propriedades dos pais, algumas relatam que os irmãos é que ficarão com a terra e outras demonstram desinteresse em permanecer no campo. Essa segunda questão nos levou a discussão sobre a vontade de permanecer ou sair do rural e as meninas se encontram divididas em um grupo que aponta a saída como	Quanto ao grupo de jovens homens a maioria destacou a perspectiva positiva sobre sua permanência no campo. Tendo contado, desde cedo, com o incentivo e a transmissão de saberes para tomar

		<p>alternativa e outro grupo que destaca o desejo de seguir na atividade agrícola. O permanecer ou não no campo, no que diz respeito a essas jovens está muito ligado a transmissão de saberes que receberam de seus familiares. As mulheres que só aprenderam as atividades domésticas demonstram pouco ou quase nenhuma vontade de ficar na propriedade, enquanto as jovens que recebem estímulos dos pais para a produção, seja dirigindo as máquinas agrícolas ou tomando conta da atividade leiteira, demonstram vontade de seguir no campo e ainda destacam o desejo de buscar conhecimento por meio de graduações ligadas à área agrícola.</p>	<p>conta da propriedade, revelam que provavelmente ficarão com as terras de seus pais e darão continuidade a atividade agrícola.</p>
--	--	---	--

Os/as jovens, protagonistas dessa pesquisa, assumem a posição de pretensos sucessores e precisam lidar com mecanismos sociais, econômicos e simbólicos ligados ao processo de sucessão. Durante os encontros com os/as jovens a questão da sucessão foi apontada direta ou indiretamente de inúmeras formas, de modo que foi possível analisar que a cultura da sucessão não tem se extinguido mas tem recebido novos delineamentos com as mudanças contemporâneas do rural.

Ligado diretamente ao processo de sucessão rural temos a transmissão de saberes. Desde muito cedo as crianças, filhas de agricultores, são introduzidas no trabalho agrícola, numa dinâmica que segue tarefas e condições possíveis de serem executadas pelas crianças e adolescentes, o que se diferencia totalmente do que poderia ser considerado exploração do trabalho infantil. Os pais ensinam os filhos por meio da prática na própria propriedade e esse aprendizado por meio da ação, ou o aprender fazendo. Como destaca Woortmann e Woortmann (1997), é o que assegura a vontade dessa criança/ adolescente seguir na e com a propriedade no futuro (SPANVELLO, 2008).

A transmissão de saberes é ligada à produção e a diversos fatores que regem o fazer camponês, entre eles o cuidado com o solo, os tipos de cultura, a alimentação de subsistência, o cuidado com as fontes de água da propriedade e na contemporaneidade, a instrumentalização dos recursos como máquinas agrícolas e tecnologias de produção.

A transmissão dos saberes produzidos nas experiências e nas relações vivenciadas pelos sujeitos do campo também é marcada pelas relações de poder vigente. A própria lógica da transmissão de saberes segue uma hierarquização patriarcal, na qual quem ensina o gerenciamento e todas as funções da produção é o

pai representando o papel do homem da propriedade. Quando discutimos a divisão sexual do trabalho, já antecipamos como a lógica da transmissão de saberes exclui antecipadamente as mulheres do processo sucessório. Mesmo que elas executem desde crianças também os trabalhos na propriedade, há a idealização de que o aprendizado da produção é dos irmãos meninos e que lhes cabe aprender sobre os serviços domésticos. As próprias etapas de vida dos meninos são determinadas por sua relação com a terra e o trabalho, da criança para rapaz e depois a vida adulta condicionada pelo recebimento do gerenciamento da propriedade (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997). Enquanto para as mulheres rurais normalmente a passagem da juventude para a vida adulta é condicionada pelo casamento ou maternidade.

Quando nos referimos ao processo sucessório é importante lembrar que assim como as ruralidades as formas de transmissão ou sucessão são múltiplas e podem variar de acordo com o contexto histórico, econômico, territorial, cultural e da caracterização familiar (número e sexo dos filhos) da propriedade agrícola (CARNEIRO, 2001). Mas, de maneira geral, o processo sucessório privilegia os filhos homens, sendo assim a herança, que corresponde a terra, é passada para um único filho, sendo o primogênito, no caso das famílias alemãs (WOORTMANN, 1995) e o caçula, no caso das famílias italianas (CARNEIRO, 2001; SANTOS, 1994). A idealização da terra como herança é tão marcante na cultura dos jovens da pesquisa que a ideia de não receber a terra torna-se inclusive uma ameaça dos pais, como destaca Ronaldinho ao declarar que: “meu pai falou que vai me deserdar se eu sair de casa (referindo-se a sair para fazer faculdade ou morar na cidade) (RONALDINHO, GF, 2018).

Quando interrogados sobre a questão de herdar as terras do pais, as jovens logo reiteraram que seus irmãos meninos é que ficariam com a propriedade, como no caso de Isabele que tem uma irmã mais nova e um irmão, primogênito da família: “meu pai disse que quem vai ficar com as terras é meu irmão, pois ele é mais velho” (ISABELE, GF, 2018). A desigualdade de gênero em relação ao acesso à terra pela sucessão é associada a ideia de reprodução da propriedade, ou seja, a patrilocalidade, que é quando o casal jovem estabelece morada na propriedade dos pais do noivo, é considerada uma forma de garantir a continuidade da propriedade e a confiança de ser cuidado pelo filho sucessor. Assim é comum a concepção naturalizada de que mulheres só se tornam agricultoras pelo casamento.

O pai não define apenas o sucessor, mas estabelece um mecanismo de compensação, no qual os demais filhos recebem apoio para estudar ou são encaminhados profissionalmente ou lhes dão o que descrevem como “um comecinho de vida” (PAULILO, 2000, p. 5), mais uma estratégia familiar relacionada a ideia de continuidade do estabelecimento familiar.

A escolha sucessória feminina é uma exceção, segunda a literatura (PAULILO, 2000; DEBESAITIS, 2013), acontece quando as mulheres são filhas únicas ou não há descendência masculina como bem retratado pelo caso da Maria Rita (GF, 2018), que inclusive descreve o desapontamento paterno em relação a ter que a nomear como herdeira das terras: “Ele (pai) falou que se ele tivesse um menino seria dele as terras, mas ele não tem escolhas (risos)”. Maria Rita foi descrita por inúmeras pessoas, durante as visitas a comunidade, como uma jovem que de certa forma já toma conta de todo trabalho produtivo da propriedade, desde o uso dos maquinários até o lidar com a produção leiteira quase que de forma independente. Percebe-se que a privação das filhas ao direito de herança da terra justifica-se nesses sistemas muito mais pelos suportes ideológicos e simbólicos, que reforçam a cultura sexista e amparam a submissão feminina como norma, do que pela real ideia de garantir a continuidade dos estabelecimentos.

O processo sucessório é um fator de extrema importância para a resistência da agricultura familiar, mas esse processo que conta de certa forma com uma pressão moral, e é naturalizado, parece estar passando por um período de mutações que de certa forma tornam a sucessão geracional uma problemática da agricultura familiar brasileira. Os jovens têm desempenhado papel principal nessas mudanças ocorridas no processo de sucessão, já que a decisão entre ficar ou sair do campo é deles e é uma escolha determinante para o futuro do campesinato da região Sudoeste do Paraná e do país.

3.4 ELES FICAM E ELAS SAEM: PERSPECTIVAS DAS/DOS JOVENS DE PERMANECER OU NÃO NO CAMPO

É comum as gerações mais velhas do campo dissertarem em suas histórias sobre como as novas gerações vem mudando, principalmente no que diz respeito aos projetos de vida. A literatura sobre sucessão geracional destaca como esse processo era algo autônomo, o “ficar ou “suceder” eram valores que predominavam e a lógica era que filho de agricultor também seria agricultor. Essa condição vem sendo alterada

em função, principalmente, da aproximação do rural ao urbano que apresenta novas possibilidades aos jovens rurais. “A difusão do automóvel, dos meios de comunicação e da política de escolarização, a modernização da agricultura, são processos que provocaram a abertura social, econômica e cultural do meio rural” (MATTE; SPANEVELLO; AZEVEDO, 2010, p.5).

Acreditamos válidas as discussões sobre como o processo de modernização tem atuado negativamente na reprodução do campesinato brasileiro, mas não compartilhamos a ideia de que essas causas advêm do fato desses/dessas jovens terem maior acesso à comunicação, aos meios de transporte ou mesmo aos meios tecnológicos, quando na realidade muitos jovens apropriam-se desses condicionantes inclusive para resistir a ideia do fim do campesinato.

Diferentemente de uma perda identitária, partimos da perspectiva que essas relações são na verdade adaptações da vida no campo e das formas de ser camponês, tendo em vista estas estarem constantemente atravessadas pelo viés urbano e industrial da sociedade globalizada. São essas mesmas relações que fortalecem a condição camponesa, quando resultam na valorização da alimentação orgânica e do contato com a natureza, no turismo rural e outros.

Os/as jovens, logo que questionados/as sobre como a internet era usada em suas propriedades, relataram conhecimento sobre o uso de aplicativos que auxiliam na produção leiteira, na contabilidade financeira da propriedade e outras questões relativas ao trabalho produtivo como destacado pelos sujeitos da pesquisa:

Nos ajudou a pesquisar e melhorar o serviço na propriedade, se tem um remédio sem bula, conseguimos pesquisar, se uma vaca está doente, podemos entender melhor os sintomas pesquisando (RONALDINHO, GF, 2018)

Nós usamos um aplicativo que indica quando uma vaca vai dar cria ou entrar em cio e isso ajuda muito (LULA, GF, 2018).

Fica claro nas verbalizações dos/das jovens que a tecnologia foi apropriada de modo a desempenhar um papel importante atuando como ajuda ao principal fator agrícola: a produção. Outra questão destacada por Durston (1998a), quanto as tecnologias no meio rural, é que elas podem ser uma grande ferramenta no que concerne ao conhecimento sobre direitos, bem como para manifestação da cultura:

No todos los mensajes transmitidos por los medios de masas globalizados son dañinos o desorientadores para la juventud rural; también incluyen un aumento en la exposición de principios como: democracia, derechos humanos y justicia social. Ver imágenes de mujeres en papeles más libres y

más activos por ejemplo, interrumpe casi todas las culturas tradicionales, pero interrumpe en un sentido fundamentalmente positivo. La celebración actual de los estilos de vida y conocimiento indígenas a través de los medios de comunicación de masas, también contiene un mensaje de valor, un apoyo a la autoestima y la identidad étnica para los jóvenes rurales indígenas que se ven confundidos por los "mensajes civilizadores", de las escuelas locales y por las expresiones de racismo que llegan desde los sectores sociales dominantes. De manera que, la exposición a los medios de comunicación global ha jugado en la generación de nuevas diferentes actitudes entre los habitantes rurales, mayores y jóvenes (DURSTON, 1998a, p. 29).

A partir dessas colocações, acreditamos que o principal fator da saída da juventude rural do seu espaço é dependente do capitalismo exploratório que adentrou ao campo juntamente com a modernização. O campesinato sofreu para além da necessidade de adaptação as novas formulações sociais, políticas e econômicas que o projeto de desenvolvimento demandava, inúmeras tentativas de apagamento ou extinção de sua categoria, tanto pela expropriação de terra a que eram submetidos ou pelas consequências ambientais, quanto pela formulação de discursos que por dispositivos de poder e saber anulavam suas identidades camponesas, inclusive, lhes atribuindo outras nomenclaturas. Em meio a essas transformações, os estudos sobre o desenvolvimento rural brasileiro vão desvelando adaptações e mudanças no modo de produção familiar e no acesso à terra.

Para Kiyota e Perondi (2014), que pesquisam a sucessão geracional no Sudoeste do Paraná, não há um único condicionante que defina o sucesso desse processo na agricultura familiar, sendo que os fatores podem ser relativos as questões de renda até motivações subjetivas para permanecer no rural de modo que o que importa notar é que os/as jovens rurais da contemporaneidade têm construído e expressado novas identidades, resultado de um espaço em constante mudança.

Como já destacado anteriormente, os/as jovens, sujeitos dessa pesquisa, revelaram alguns dos fatores que os/as levaram a construir a perspectiva de ficar no campo ou sair dele. O sair do campo é afirmado constantemente pela ideia de uma "vida melhor "na cidade", na busca de renda ou assalariamento e por uma formação acadêmica. Para os/as jovens que assumem o desejo de permanecer na área rural a questão de tranquilidade e a possibilidade de produção de alimentos para subsistência são os principais motivos para a escolha.

Apesar de todas as dificuldades e limitações, algumas autoras ressaltam (BRUMER, 2007; WANDERLEY, 2000) que a vida no campo é, igualmente, muito valorizada por uma grande parte dos/das jovens, especialmente, no que diz respeito

à maior tranquilidade que esses espaços possuem, aos laços de amizade e solidariedade que são estabelecidos, considerados como essenciais na qualidade de vida desta população.

Assim, percebemos que o/a jovem rural da atualidade interage no processo de modernização de forma a não somente se submeter as suas dinâmicas, mas inclusive respondem as consequências desse sistema com estratégias de resistência e afirmação do ser camponesa/camponês (PLOEG, 2011). Na contramão da tendência do êxodo rural, percebemos jovens rurais que denominam e reivindicam a identidade de jovem agricultor familiar e se organizaram e se organizam politicamente para que suas identidades e modos de vida sejam respeitadas e valorizadas, como pode ser observado na verbalização de Coutinho: “tenho orgulho de morar no campo e produzir! Colono trabalha muito” (COUTINHO, GF, 2018).

Obviamente, que não temos o interesse de descaracterizar estudos que apontam a urgente problemática sobre a reprodução do campesinato ou de afirmar com apenas esses exemplos que a sucessão familiar na agricultura está a salvo da inibição que a modernização agrícola causou, mas é fato que perceber esses exemplos de resistência, atrelados a construção de questões políticas e educacionais, fortalece a esperança quanto a reprodução social da agricultura familiar.

Em uma faixa escolar de conclusão do ensino médio, a maioria dos/das jovens apontou que tem interesse em cursar uma faculdade e é interessante notar que alguns pretendem fazer algum curso relacionado a atividade agrícola para então retornar ao campo e aplicar o que aprendeu nas próprias propriedades:

Pretendo sair para fazer veterinária, mas depois quero voltar pro campo (ISABELE, GF, 2018).

Quero fazer faculdade na UTFPR, algum curso que envolva o campo, vou ficar em casa e ir de casa, quero continuar ajudando (IURI, GF, 2018).

O aumento de escolaridade é uma outra mudança que vem ocorrendo no campo. Kiyota e Perondi (2014) destacam que os jovens rurais do Sudoeste do Paraná estão buscando melhor formação seja para atuar em suas próprias propriedades ou em outros estabelecimentos rurais, os autores afirmam ainda que “as famílias rurais já perceberam que o investimento em capital humano amplia as possibilidades de melhorar a produção e a renda de seus membros através de capacidades que podem ser mais facilmente acessadas com maior escolaridade” (KIYOTA; PERONDI, 2014, p. 1043).

O campo de pesquisa nos alertou também para uma questão em relação as perspectivas sucessórias, ter dois grupos focais separados para jovens homens e jovens mulheres nos levou a perceber essa questão mais nitidamente quando 10 % das jovens apresentaram interesse em continuar no campo, enquanto 80% dos jovens relataram disposição em permanecer na atividade agrícola.

As questões já apontadas nesse texto sobre a divisão do trabalho, o acesso à terra e, principalmente, “a condição da subalternidade da mulher nas relações familiares, a desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar, a invisibilidade do trabalho doméstico [...]” (BRUMER & PAULILO, 2007, p.39) são os condicionantes principais para esse êxodo rural feminino. De certo modo, podemos destacar que essa migração é uma resposta a insatisfação das jovens com respeito ao modelo patriarcal que ainda reina no espaço rural.

Em consonância, Stropasolas (2003) define essa questão da juventude rural afirmando que “ser jovem rural” carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, ser jovem rural e mulher representa uma situação de “inferioridade”, ainda maior, na hierarquia social.

As desigualdades de gênero se configuram como fator importante da saída juvenil feminina do campo, mas as jovens pesquisadas também demonstraram que outros motivos estão atrelados a migração, entre eles, a vontade de explorar outros espaços e a necessidade da busca por estudos:

Vou sair pra estudar e não voltar pro campo, quero arrumar um emprego fixo (CAROL, GF, 2018).

Fiquei a vida inteira no campo, quero sair, estudar e conhecer outros lugares (SOFIA, GF, 2018).

Diversos estudos sobre sucessão já apontam que invariavelmente são as jovens mulheres que deixam o meio rural em maior número. Entretanto Kiyota e colegas (2012) encontraram uma realidade em um município do Sudoeste do Paraná, entre os anos de 2005 e 2010, onde mais jovens homens saíram do campo do que jovens mulheres, contrariando a tendência. Importa notar que essa pesquisa não tem um teor quantitativo e não abrange todos os jovens do município descrito, o que pode gerar um resultado diferente referente a saída dos jovens por gênero, mas faz-se necessário analisar esse dado já que os sujeitos pesquisados representam um grupo de jovens rurais específicos se levamos em conta que todos são estudantes de uma escola do campo.

Outro ponto marcante no que se refere ao ficar ou sair do rural advém da fala da jovem Milena. Ao ser questionada sobre as perspectivas futuras: “[...] só fico no campo se casar com um agricultor” (MILENA, GF, 2018). Perceba que nesses termos, ser agricultora torna-se um estatuto matrimonial (CARNEIRO, 2001). Essa é uma questão que merece nossa atenção tendo em vista seu valor significativo. Quando a jovem afirma que seu futuro no campo depende de um casamento e não de suas escolhas, está afirmando o quanto seu corpo vem sofrendo com procedimentos propostos ou prescritos que fixam sua identidade, ou transformam-na somente pela autoridade de algum sistema de verdade. A jovem em si pode escolher ficar ou sair do campo, mas os discursos e as experiências que vivencia a ensinam que isso não é uma escolha que ela pode fazer sendo mulher, que isso depende de um homem representado aqui pela ideia do matrimônio. Há uma introjeção de uma cultura sexista que age justamente na autonomia dessa jovem e na sua capacidade de perceber-se enquanto autora de suas escolhas.

Entre os desejos de ficar no campo ou sair dele, os jovens vão construindo suas identidades sexuais, vão vivenciando relações e principalmente suas sexualidades. A partir dessa construção de quem são os jovens da pesquisa, em que contextos familiares e valorativos estão inseridos e como constroem suas perspectivas de futuro, partimos para o cerne dessa dissertação: a sexualidade camponesa.

4 SEXUALIDADE CAMPESINA, DIVERSIDADE E RESISTÊNCIA

A maioria dos trabalhos sobre sexualidade busca conceituar ou definir o significado desse dispositivo. E isso é totalmente aceitável e coerente, haja vista a diversidade conceitual e a complexidade com que nos deparamos quando visamos definir significados do que seja a sexualidade. A dificuldade de delinear esse objeto de estudo está justamente no fato de que aprendemos a olhar para tudo nesse mundo a partir de uma “universalidade” ou “padronização” conceitual, quando na verdade a sexualidade foge a qualquer demarcação.

Nesse sentido, a sexualidade deve ser compreendida de forma inter/multidisciplinar e não linear, sendo constituída por uma rede de representações e dimensões psicológicas, sociais, biológicas, históricas, culturais, que se molda e se reinventa por discursos, práticas e dispositivos de poder e saber. Em síntese, não determinaremos nesse texto uma definição ou conceituação da sexualidade, mas a abordaremos a partir da ideia de pluralidade, de modo que os saberes (médicos, psicológicos, educacionais, sociais) e os poderes postos em ação pelas instituições reguladoras (religiosa, médica, educacional, capitalista, familiar) produzem marcas inscritas nas histórias pessoais de cada sujeito localizado em um tempo e lugar específico, gerando “sexualidades” e não uma identidade sexual una e fixa para todos os seres humanos (Foucault, 2017).

Quando nos propomos a trabalhar o tema da sexualidade no meio rural, uma das principais questões que nos deparamos na literatura sobre o assunto foi uma dura crítica a escassez de literatura no que concerne a diversidade sexual desse espaço. Crítica que se revelou pertinente nas análises dos textos sobre o rural. Para Ferreira (2006a) existe um obscurecimento das sexualidades que não se enquadram nas normas deliberadas e nos lugares específicos definidos para o corpo camponês. Para o autor (FERREIRA, 2006), no meio rural, essas outras possibilidades, ou seja, aqueles que não estão dentro da lógica normativa são sexualmente silenciados e esquecidos, ou em prol do bem da tríade “família, terra e trabalho”, ficam à margem dos discursos e, portanto, são o indizível nas relações camponesas.

Para muitos autores, a homossexualidade sempre foi analisada pela perspectiva da urbanidade devido ao fato de que o urbano é visto como lugar de afirmação, inclusão, diversidade e liberdade, enquanto o rural ainda é o espaço de contextos comunitários favoráveis ao mais rígido controle social e sexual. Alguns

autores trabalham inclusive com a teoria da “diáspora gay” (MARTINS; ROSA, 2013) e a busca de um refúgio na cidade (ERIBON, 2008) para explicar a pouca incidência da homossexualidade no espaço rural. Mas queremos destacar que esses sujeitos estão também presentes nesses espaços e que muitos tem usado das transformações do rural para afrouxar o regime de vigilância sobre seus corpos.

É nesse capítulo que descreveremos questões ligadas às práticas e vivências da sexualidade dos jovens pesquisados, desde suas descobertas corporais, desejos, experiências, medos, lazeres e as práticas mais íntimas reveladas durante o processo de pesquisa. Também abordaremos como as instituições de poder ligadas às relações desses sujeitos tem forte influência na forma como vivem e percebem a sexualidade. Além é claro, de dar voz aos silenciamentos demonstrando que existem corpos que fogem a norma no meio rural, bem como delinear as percepções juvenis sobre a pluralização da sexualidade e suas experiências.

Quadro 4 - Síntese dos resultados sobre o tópico da “percepção e vivência da sexualidade” nos grupos focais

Tópico-Guia	Objetivo	Grupo focal com as jovens mulheres	Grupo focal com os jovens homens
<i>Lazer e mudanças de hábitos no rural, Vivências de namoro e afetividade</i>	<p>Entender que lazeres fazem parte das vivências desses jovens e analisar as percepções sobre as mudanças que ocorreram nas questões de lazer no campo;</p> <p>Analisar como se dá as questões de namoro e afetividade e em quais espaços acontecem. Compreender se há diálogo com as famílias, a escola ou</p>	<p>Destacaram falta de estrutura para o lazer em suas comunidades; Apontaram o campo de futebol como o principal local de encontros de entretenimento enquanto espectadoras dos campeonatos e jogos masculinos.</p> <p>Sobre o tópico sobre as vivências da sexualidade, a intervenção com as meninas iniciou com a temática da menstruação, a partir daí discutimos outras questões referentes as afetividades, práticas sexuais e o diálogo com a família sobre o tema. Esse foi o tópico de maior tensão no diálogo com as meninas, elas respondiam inicialmente a todas as questões apenas negando ou afirmando e foram aos poucos produzindo relatos com mais dados.</p> <p>Demonstraram que a sexualidade ainda é tratada como um tabu pela família e, portanto, não faz parte dos diálogos intrafamiliares.</p> <p>Demonstraram total insatisfação com algumas diferenças que percebem quanto ao</p>	<p>Também relataram a escassez de atividades de lazer, a não ocorrência de festividades comunitárias e assim como as meninas apontaram o campo de futebol como o principal local de encontros de entretenimento, mas com posições de gênero distintas em relação ao espaço.</p> <p>Com os meninos o tema sobre corpo e sexualidade foi um dos mais complicados de trabalhar, tendo em vista a insistente necessidade de gozação sobre as questões, o diálogo demorou a acontecer de modo que permitisse a todos expor suas vivências e percepções, mas ao final os relatos produzidos trouxeram muitas questões significativas como as demonstrações de privilégios masculinos em relação as vivências afetivas, onde gozam de mais</p>

	outras instituições sobre essas questões e se há diferenças entre as jovens mulheres e os jovens homens.	consentimento e regras familiares e sociais no que diz respeito às práticas sexuais masculinas e femininas.	liberdade social e principalmente familiar para manter relações de afetividade (heteronormativas).
--	--	---	--

4.1 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NA MODERNIDADE

Com Foucault (1999; 2000) aprendemos que os mecanismos de controle da modernidade, instaurados por meio da incitação ao discurso sexual, estabeleceram fronteiras de normalizações para as práticas sexuais, definindo a sexualidade a partir da naturalização das práticas heterossexuais, monogâmicas, matrimoniais e patriarcais. As práticas que não ocupavam esse lugar estabelecido, eram configuradas pelas estratégias de saber e poder como anormais e patológicas do sexo. A separação entre normalidade e anormalidade está entranhado de uma maneira tão marcante em nossa sociedade que tem sido usada como referência na maior parte da construção social da sexualidade. A fim de entender como essa relação da construção do saber foi moldando a relação do humano com o corpo e a sexualidade na contemporaneidade, há clara necessidade de delinear um resgate sócio histórico que possa contribuir para o entendimento da repressão do comportamento sexual ou dos preconceitos tão presentes neste contexto.

Destacando o ponto histórico desse trabalho enquanto o processo de modernização, é contundente ressaltar que a forma de compreender a sexualidade também foi se modificando com o processo civilizador que foi o grande responsável por instaurar restrições e costumes edificadas. Na modernidade temos o início de uma transição no campo sexual, onde o discurso religioso dá vez ao pensamento científico/médico. A sexualidade é então uma importante esfera na compreensão da dinâmica colonial. Lugones (2015) analisa as marcas deixadas pela moralidade colonial e de suas sucessivas tentativas de controlar o comportamento sexual que escapasse às suas normas, por meio de ações coercitivas, punitivas e pedagógicas.

Fernandes (2016), em sua narrativa sobre a colonialidade que atua sobre os indígenas, faz uma crítica à *práxis* colonizadora que trouxe para a sexualidade das Américas a compreensão do permitido e do não permitido, da culpa, da opressão e

do preconceito. O pretexto de civilizar “os primitivos” tornou conhecimentos autóctones sobre a sexualidade como algo a ser marginalizado. O autor ainda trata sobre como a homofobia é uma marca do colonialismo, tendo em vista que alguns povos ainda não colonizados tratavam a homossexualidade com normalidade e até veneração. Foi nesses processos de colonização, ainda em curso, que se impôs um novo padrão de moral baseado no modelo binário e patriarcal hegemônicos, transformando e silenciando qualquer outra possibilidade de vivência sexual.

Sendo assim, é possível afirmar que a configuração do dispositivo da sexualidade na modernidade se deve, em alguma medida, às dimensões políticas, ideológicas, raciais, econômicas e científicas intrinsecamente interligadas, que por meio de dispositivos e lógicas diversas, atingiram (e ainda atingem) outras coletividades, como as rurais por exemplo, consolidando um modelo hegemônico, legitimando as relações de trabalho e o modelo de moral e de família impostos ao longo da colonização. Há muitas normativas, restrições e preconceitos, frutos da colonização, a serem desconstruídos. Um exemplo disso é que a temática da sexualidade tem se tornado expressivo motivo de discussões e discursos nas pesquisas das últimas décadas, mas concentrado (praticamente em totalidade) em experiências urbanocêntricas. A incitação desses discursos atinge não apenas o sexo propriamente dito, mas a vida doméstica, as alianças políticas, a moradia de sujeitos que tem de enfrentar cotidianamente um modelo de sexualidade que não faz, necessariamente, sentido dentro de suas culturas.

É nítido que o dispositivo sofreu deslocamentos com a modernidade e que nos encontramos em uma época na qual o nível de informação sobre a sexualidade é bastante significativo e podemos afirmar inclusive que temos tido avanços no que tange a direitos e liberdade sexual, se comparado a outros períodos históricos, mas ainda estamos longe de dizer que os mecanismos de exclusão e de produção da norma sexual desapareceram. Na verdade, talvez a modernidade tenha instaurado outros mecanismos de controle tão nocivos quanto os anteriores, como a obsessão pelo corpo ou o fato daquilo que chamamos de olhar aberto para as questões sexuais só ter aumentado o número de caixas nas quais precisamos caber.

Consideramos que há uma necessidade de reflexões sobre as mudanças que vem perfazendo a sexualidade nesse tempo e espaço, sob uma ótica que contemple a expressão das diferenças, da diversidade, das peculiaridades. Fazendo parte da identidade humana e se desenvolvendo no decorrer de toda a vida, sua análise deve

permitir a valorização da vivência e história de cada indivíduo. Por isso se impôs a tentativa de apreender as representações (valores, emoções, medos, preconceitos) da sexualidade frente às práticas que os jovens do campo vivenciam em suas relações sociais, de maneira a contextualizá-la culturalmente, concordando com Louro (2000) ao afirmar que:

“[...] nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual e esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a identidade sexual; eles são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade” (LOURO, 2000).

Repensar teoricamente como os jovens do campo vivenciam e percebem suas práticas sexuais nos possibilita conhecer as novas realidades sociais da sexualidade, ou mesmo refletir sobre como padrões instituídos tem permanecido nesse espaço.

O trabalho foi construído com a consciência de que o lugar que os jovens moram, a escola em que estudam, as expectativas sociais que se projetam sobre eles, as famílias que os constituem, seus espaços de lazer e trabalho, seus projetos de vida, suas leituras, redes sociais, ou seja, que a mundividência de cada um cria a atmosfera vivencial específica e estruturante da identidade sexual de cada jovem.

4.2 AS EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS SEXUAIS NO CAMPO

Reiteramos que, mesmo quando abarcamos momentos considerados parâmetros universais e demarcações biológicas para definir a condição juvenil, como a puberdade, o estamos fazendo com a clareza de que esse aspecto diz respeito ao desenvolvimento orgânico e corporal de cada jovem, mas que enquanto uma fase de vivências e descobertas específicas, soma-se as experimentações, experiências e influências socioculturais de modo a delinear a sexualidade desses jovens e constituir a identidade juvenil de cada sujeito.

Um das etapas do processo de constituição da juventude é a soma experimentações e experiências com as mudanças corporais advindas da maturação dos órgãos sexuais, nesse sentido, uma das questões levantadas no grupo focal foi sobre como esses jovens passaram pelas experiências que de certo modo marcam com intensidade esse período de mudanças fisiológicas que perpassam seus corpos, nas meninas a menarca ou primeira menstruação e nos meninos a primeira ejaculação ou semenarca. As meninas em geral consideraram que a menarca gera incômodo,

até um sentimento de medo, mesmo todas tendo declarado que haviam sido bem informadas sobre o que estava acontecendo com seu corpo.

Todas as jovens teceram relatos repletos de detalhes sobre o dia da primeira menstruação, explicitando as conversas que tiveram com outras pessoas, quem lhes forneceu o primeiro absorvente – evidenciando o quanto esse momento foi marcante em suas vidas. Além disso, verbalizações como “virei mulher” (SOFIA, grupo focal 2018) demonstram a vinculação desse acontecimento a transição para a vida adulta ou o distanciamento da infância. Esse discurso, reproduzido pela jovem, revela que menstruar é adquirir um novo *status* perante a rede social na qual se está inserido. Agora a jovem é colocada no campo erótico e esse “virar mulher” pode vir seguido do tolhimento da liberdade de que desfrutavam antes – quando eram consideradas crianças. Instaure-se uma vigilância (velada ou explícita) que se deve ao fato de que para o “senso comum” agora essa menina representa o “perigo” da perda de “virtude” e, portanto, tornar-se jovem requer novos comportamentos com regras que ditam desde o modo de vestir-se, comportar-se ou a distância que deve ser mantida com relação aos meninos (AMARAL, 2003). Além de tudo isso, a menstruação vem carregada de crenças, mitos, e é tratada como um tabu de tal modo que sua vivência é repleta de sentimentos de tensão e raiva:

Foi em casa, eu sabia o que era, mas foi horrível (ISABELA, GF, 2018)

É horrível quando vem na escola, porque a gente levanta da carteira e não sabe se está tudo certo (MARIA RITA, GF, 2018).

Já com relação a primeira ejaculação dos jovens homens, eles também descreveram como uma passagem para a vida adulta. A primeira ejaculação representa a demarcação simbólica de que o menino está pronto para ter relações sexuais. Numa sociedade patriarcal, a primeira ejaculação é vista, discursada e, portanto, sentida pelos jovens meninos como algo especial, descrita por um dos participantes, que se denominou Andrômeda (GF 2018) como “momentos inesquecíveis da vida (risos)!”. Os meninos narraram que não sentiram a necessidade de contar para ninguém, mesmo quando não tinham certeza do que estava acontecendo: “Não contei pra ninguém, eu imaginava o que era quando aconteceu” (LULA, GF, 2018).

Um outro marco considerado fundamental no exercício da sexualidade é a iniciação sexual. Questionados sobre as experiências da primeira relação, cinco

jovens mulheres e onze jovens homens contaram que já haviam mantido relações sexuais e duas jovens mulheres e dois jovens homens relataram não ter vivido ainda esta experiência. Quanto a idade, mesmo que a literatura (BRÊTAS et al., 2011) ainda aponte que os meninos são mais precoces com relação a prática sexual, os dois grupos da pesquisa apontaram idades dentro de uma faixa etária dos 13 aos 15 anos. As duas jovens que declararam não ter praticado o ato sexual apontaram que um dos maiores fatores para isso foi a vigilância e permissividade dos pais, no caso de uma delas uma cautela mais regrada pela mãe, segunda a jovem “ela sempre fala que tem que pensar nos estudos primeiro e namorar depois” (SOFIA, GF, 2018). Quanto aos dois meninos que não tiveram a experiência do primeiro ato sexual, um destacou a “falta de oportunidade” e o outro disse não estar muito preocupado com isso ainda. Essas diferenças sobre como a vivência da sexualidade é controlada para as meninas e sem muita vigilância para os meninos, é consequência de que vida sexual está modelada por diversos fatores, entre eles o gênero, o que torna os indivíduos desigualmente demarcados. Deste modo, a normatização da sexualidade se configura por uma dupla moral sexual e que “imprime sobre o corpo do rapaz a marca da masculinidade e no corpo da moça, a marca da transgressão” (PAULO; SANTOS, 2012, p. 6).

O controle da vivência da sexualidade feminina se expressou em diversos momentos do grupo focal, como quando as jovens demonstraram a necessidade em “explicar” e “justificar” o fato de não serem mais “virgens” e afirmar que a primeira relação sexual aconteceu no namoro, salientando a moralização ligada a uma aliança estável que autoriza a prática sexual para as mulheres. Uma colocação que merece atenção é da Nayara quando destaca:

Eu perdi (destacando a primeira relação sexual) com 13 anos, eu namorei 9 meses e daí aconteceu, foi na época que eu fugi (NAYARA, GF, 2018).

Quando a jovem expressa a primeira relação sexual com a designação do “perder” ela, de certo modo, está invocando uma série de questões que demonstram como a construção de sua sexualidade está se perfazendo sob a operância das desigualdades de gênero. O termo perder remete-se a denotação “mulher perdida”, designação das mulheres que mantinham relações sexuais antes do casamento. Uma descrição que remonta discursos patriarcais onde perder o hímen significava perder a “honra” e a “pureza”.

Esse controle e preservação da virgindade fica ainda mais expressivo quando Nayara finaliza a frase com: “foi na época que eu fugi”. A fuga era uma prática muito comum, no passado do rural, entre as/os jovens que desejavam ter relações sexuais, mas não tinham o apoio da família. Assim, o “fugir de casa” se tornava a forma de vivenciar e alcançar autonomia frente à sua sexualidade. Em outro momento do grupo focal a jovem conta que seu pai “não queria [que ela namorasse], tanto que eu fugi. Porque meu pai conhecia o meu companheiro e eles saíam juntos e aprontavam, aí meu pai dizia que ele ia aprontar mesmo estando comigo, então no início ele foi contra” (NAYARA, GF, 2018). A jovem vive hoje uma situação conjugal estável com o companheiro com que ela diz ter fugido.

Quando Nayara falou sobre seu relacionamento, as outras jovens também passaram a contar sobre as relações afetivas e sexuais que vivenciam no momento: quatro delas disseram estar “namorando”, uma delas mencionou que está “ficando” e outra expressou que está “solteira”. Com relação ao grupo dos jovens, apenas um deles apontou estar “namorando” e um destacou estar em um relacionamento “aberto”. Os outros jovens descreveram o ato de “ficar” e até acrescentaram uma dose de humor para descreverem seus relacionamentos, como comentou um deles: “eu tenho algumas que me chamam de amor” (risos) (LULA, GF, 2018).

O plano dos relacionamentos afetivos e sexuais também tem se modificado pelos desdobramentos da contemporaneidade. O “ficar”, dentre os vários tipos de relacionamento afetivo é mais expressivo no que tange a vida amorosa sexual dos jovens na atualidade. Justo (2005, p. 71) inclusive o aponta como “uma característica cultural da juventude contemporânea, que, embora designe um tipo de relacionamento também presente em outras faixas etárias, consagrou-se como um relacionamento próprio dos jovens”.

Portanto, “ficar” designa um relacionamento episódico que não tem uma duração definida, podendo durar horas ou meses sem compromisso ou envolvimento profundos (JUSTO, 2005; OLIVEIRA et al., 2007). Quando questionadas sobre o que era “ficar” as jovens descreveram como o ato de trocar carícias e beijos – envolvendo ou não a relação sexual – por repetidas vezes e que pode levar ao namoro. Já para os jovens, a descrição consistiu em apontar para um encontro mais passageiro e sem envolvimento

Esses jovens vivem de certo modo uma verdadeira transição no que diz respeito as formas relacionais da geração anterior. Giddens (1993) inclusive destaca

que estamos numa época em que o amor romântico, que designa a ideia de duas metades que se unem e que renunciam e abdicam de suas vidas individuais para viver uma única vida a dois, está dando espaço ao que ele chama de amor confluyente ou um amor que exige correspondência, confluência de interesses e desejos que dura enquanto durar a satisfação entre os parceiros. Além de se constituir como um dos desprendimentos das amarras de uma sociedade hétero-patriarcal e monogâmica:

o amor confluyente é expressão dos avanços das conquistas de maior igualdade nas relações de gênero, da liberdade quanto às escolhas de parceiros e interrupções de relacionamentos conjugais e é também expressão da maior mobilidade espaço-temporal do sujeito na contemporaneidade (JUSTO, 2005, p. 75)

No entanto, algumas das características estruturantes do amor romântico, que se consolidou nos séculos XVIII e XIX – como a monogamia e a heteronormatividade – ainda ecoam como o padrão hegemônico das relações amorosas na cultura ocidental atual. Não obstante, existem pessoas que transgridem esses padrões e se recusam a segui-los, como é o caso dos sujeitos que vivem um “relacionamento aberto”, entendido como:

[...]uma relação inicialmente monogâmica que abriu espaço para ambas as partes se relacionarem com outras pessoas, mas não estabelecendo vínculos afetivo-amorosos mais profundos, resumindo-se muitas vezes à liberdade de ter relações sexuais com terceiros/as (FRANÇA, 2016, p.7 1).

Quando o jovem Andrômeda declarou para o grupo que mantinha um “relacionamento aberto”, os olhares de curiosidade, os questionamentos, as piadas dos colegas demonstraram o quanto ainda há de estranhamento para com essas novas possibilidades de relação no espaço rural pesquisado.

Enfim, as/os jovens da escola do campo nos ensinam que “ficar”, “namorar”, “fugir” etc., constituem-se como experiências e vivências que precisam de um lugar para acontecer e é nesse ponto que entram os espaços de sociabilidades, mais precisamente as atividades de lazer. As brincadeiras e práticas da infância destes jovens, dão lugar para atividades consideradas mais adultas, como as saídas para as festas, os jogos de futebol, os encontros para conversas e para “socializar” – modo como eles denominam as práticas de lazer com um inegável componente de busca de experiências afetivo-sexuais.

4.3 O LAZER E A SEXUALIDADE: CORPOS QUE ENTRAM EM CAMPO NO CAMPO

Os lugares são espaços de relações, da vida em coletividade e das experiências que envolvem a sexualidade. Materializado enquanto tempo e espaço de vivências lúdicas e prazerosas (MASCARENHAS, 2003), o lazer se caracteriza como um dos aspectos ligados a liberdade e autonomia para a juventude. Nessa fase da vida, os jovens já não desejam permanecer na companhia da família e sentem maior necessidade de agrupar-se às demais pessoas de sua faixa etária.

Nesse aspecto, o contexto rural não oferece as mesmas atividades de lazer encontradas pelos jovens das áreas urbanas, aliás esse é tido como um dos fatores principais para o êxodo da juventude rural, tendo em vista a carência de espaços de lazer para essa população. Esses corpos jovens estão ávidos por circulação, encontros, danças, esportes e trocas, visto que os discursos que lhes são apresentados pela modernidade compõem um cenário da cidade muito mais atraente e promissor que a vida no campo (CARNEIRO, 1998).

No cotidiano da comunidade, o lazer está atrelado a manutenção da coletividade, como por exemplo na realização das festas locais. Quando questionados sobre o que faziam para se divertir, os jovens apontaram insatisfação com relação às limitações das vivências de lazer, como quando Lula (2018, GF) expressa que: “havia mais matinês, bailes, os jovens iam nas bodegas [...]”. Em conversas com as pessoas adultas da comunidade e com as/os jovens, a fim de entender essa diminuição de vínculos da sociabilidade local no que concerne as festividades comunitárias, aos bailes e aos matinês, a principal questão levantada foi a intervenção da Igreja Católica. Existe uma limitação, em algumas paróquias do Sudoeste do Paraná, que os sujeitos do campo chamam de “lei da igreja”, para que não ocorra a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos paroquiais das comunidades. Como os espaços (pavilhões) em que ocorriam estas festividades, normalmente estão vinculados à igreja, a venda de bebidas não pode mais ser realizada, e com isso os membros dessas comunidades passaram a não ver sentido em trabalhar para promover eventos com esta restrição e que não traria nenhum ganho para a comunidade – visto que com o dinheiro arrecadado nas festas, com a venda de bebidas, propiciava investir em melhorias da infraestrutura dos espaços coletivos.

Frente a esta questão, as/os jovens buscaram soluções para amenizar a “falta do que fazer” como descreveram:

Não tem mais baile, aí vamos jogar bola (COUTINHO, GF, 2018).

Nós jogamos bola, vamos na cidade (PEDRO, GF, 2018).

Jogamos bola e eu namoro (risos) (IURI, GF, 2018).

Mesmo raros, os matinês e bailes ainda são mencionados como pontos de encontros e diversão para as/os jovens. Também o contato com a natureza apareceu em suas verbalizações sobre lazer, como descreve Jonas (GF, 2018): “vou no rio nadar e pescar”. O espaço mais significativo para esses jovens, como o ponto de encontro, de relações e de lazer, é o campo de futebol da comunidade. Vieira (2004) encontrou realidade parecida em sua pesquisa sobre juventude e sexualidade no contexto escolar de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cabe observar que as relações de gênero nesse espaço não são simétricas, pois a prática do futebol é majoritariamente masculina, enquanto as jovens são espectadoras dos jogos. Mas o que importa revelar aqui é o que acontece no entorno desse espaço, entre o campo e suas margens.

Praticamente todas/os as/os jovens destacaram que muitas de suas relações afetivas-sexuais ocorreram em encontros de campeonatos e em torno do campo de futebol, como expresso pela Carol: “a gente se conheceu aqui, em um campeonato que teve aqui na comunidade da escola” (GF, 2018). Houve inúmeras falas das/dos jovens referentes a este espaço, tais como: “eu e meu namorado estávamos sentados do lado do campo” (MARIA RITA, GF, 2018); “quando tem menina aqui no campo, a gente tenta, né? (risos)” (LULA, GF, 2018).

Outro espaço que apareceu como importante lugar de encontro e socialização foi justamente o *lócus* dessa pesquisa, as/os jovens descreveram a escola como o lugar onde podem encontrar seus/suas companheiros/as, como no caso de Maria Rita que diz ter encontrado o namorado “na escola, na adolescência, estudávamos juntos, trocávamos cartinhas e depois começamos a ficar e hoje namoramos” (MARIA RITA, GF, 2018). E mesmo que os jovens afirmassem que na escola o contato físico mais íntimo não seja permitido e que há um nível de vigilância por parte da equipe pedagógica, foi possível perceber nos corredores e lugares mais reservados da instituição trocas de beijos, abraços e carinhos pelas/pelos participantes da pesquisa.

Verificou-se também uma diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, já que as/os jovens circulam facilmente entre estes espaços e dizem ser fácil ir para a cidade, citando os recursos tecnológicos como principal fator de aproximação com as/os jovens da cidade. Uma jovem expressa que: “[...] agora dá pra conhecer mais garotos da cidade e conversar porque tem a internet e isso facilitou a comunicação. Mas vai ser difícil o namoro” (ISABELE, GF, 2018). De certo modo, é perceptível nessas/nesses jovens um híbrido do rural tradicional com a cultura urbana e isso se deve, em grande medida, ao acesso à internet. Alguns jovens, por exemplo, usavam a gíria “crush”, – para se referir a alguém por quem sentiam algum tipo de atração – expressão moderna e muito usada nas redes sociais atualmente. Deste modo, as/os jovens rurais, ao mesmo tempo que pertencem ao espaço rural e vivem seus modos de vida, desfrutam das vantagens tecnológicas da modernidade e ocupam também o espaço urbano, de modo a viverem uma nítida relação entre “os dois mundos” (CARNEIRO, 2007, p. 12).

4.4 SEXUALIDADE, FAMÍLIA E ESCOLA: O MEDO DELAS É A GOZAÇÃO DELES

É nítido que essas/esses jovens têm vivenciado inúmeras experiências assim como descobertas sobre seus corpos e suas sexualidades, porém explorar novas práticas pode trazer dúvidas, temores e inseguranças. “Eu tinha muitos medos, não sabia como era, como tinha que estar” (NAYARA, GF, 2018). Mais difícil do que percorrer o caminho do conhecimento e/ou autoconhecimento sobre a sexualidade é ter a quem recorrer para sanar os questionamentos ou dissolver os medos desse processo.

Uma forma de proporcionar reflexões e esclarecimentos adequados para que os sujeitos usufruam a sua sexualidade de forma plena e positiva é a educação sexual. O enfoque educativo é um dos elementos fundamentais na qualidade da atenção prestada em saúde sexual e são nessas orientações, participações e prescrições que favorece ou prejudica o delineamento de vivências prazerosas e plenas no campo da sexualidade. Se a sexualidade é intrínseca à vida humana, tão importante quanto a sua presença é a sua efetivação com saúde, sem violências, estigmas e preconceitos. Assim, dialogar com os jovens sobre suas mundividências sexuais significa ofertar oportunidades aos sujeitos de expressarem suas ideias sobre o amor, a amizade, a

família, o namoro, o ato sexual, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e a própria juventude.

A experiência social, familiar, religiosa e escolar são fundamentais na construção e introjeção das noções de sexualidade e da cultura sexual. São esses referenciais que apresentarão repercussões no processo de constituição de cada sujeito, incidindo em todas as esferas do viver, inclusive a sexual.

A educação sexual dos jovens do campo dessa pesquisa, se constitui a partir de uma rede de relações que se estruturam sobre os referenciais familiares, religiosos e escolares que formam a rede de conhecimento e informações sobre sexualidade em seus aspectos de restrição, orientação, tabus e questões profiláticas:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (LOURO, 2008, p. 18).

Mas apesar das inúmeras transformações na ordem política e econômica mundial e das mudanças ocorridas nas relações sociais e nas questões ligadas ao sexo e sexualidade, a temática continua sendo tratada por muitos como um tabu (BERALDO, 2003) e no campo essas limitações e restrições aparentam serem ainda mais contundentes. Os referenciais familiares, entendidos por diversos autores sobre a temática como de extrema significância no campo da educação sexual é um dos mais inativos no que concerne à educação sexual dos jovens sujeitos dessa pesquisa, sendo que uma cerca de 95% responderam não conversar sobre sexo ou sexualidade em casa:

É tinha coisas que eu não falava, não podia falar com a mãe e eu tinha vergonha de falar e aqui (grupo focal) eu falei (VANESSA, GF, 2018).

[...] a gente não tem essa liberdade de falar com nossas mães sobre esses assuntos e professores apenas alguns conversam e não é assim. Aqui (se referindo ao colégio) veio uma enfermeira falar de doenças e só (MARIA RITA, GF, 2018).

Eu nunca falei sobre sexo, porque tenho vergonha (PEDRO, GF. 2018).

Não contei pra ninguém quando aconteceu (LULA, GF, 2018).

O principal motivo em torno do silenciamento sobre a sexualidade na família é pelo receio de que o diálogo seja um promotor da iniciação sexual. Segundo Bruzamarello (2010), os pais ficam receosos da conversa baseando-se na crença que

falar sobre o tema pode induzir o adolescente a iniciar mais precocemente a atividade sexual. Para muitos pais e responsáveis, dialogar sobre sexualidade é quebrar barreiras impostas como valores e normas constituídas de forma geracional, ou mesmo essa situação comunicativa é limitada pelo medo de ser encarada enquanto permissividade sem limites:

O estudo da sexualidade envolve o crescimento global do indivíduo, tanto intelectual, físico, afetivo-emocional e sexual propriamente dito. A maioria dos pais acham constrangedor conversar sobre sexo com seus filhos, ora pela educação recebida de seus pais, ora pela repressão ou por não saberem como abordar o tema. Assim, os filhos na maioria das vezes, ficam sem respostas para suas dúvidas, gerando conflitos ou acidentes inesperados por terem informações errôneas ao consultar variadas fontes impróprias (BERALDO, 2003, p. 103).

Pesquisas sobre a temática (BOZON; HEILBORN, 2006; SAVEGNAGO; ARPINI, 2013; PONTES, 2011) demonstram que são poucas as famílias que abordam a temática da sexualidade e de maneira que leve em conta a experiência dos sujeitos a quem se fala. Além disso, constatam também que a principal referência de comunicação familiar sobre sexualidade é a mãe, principalmente quando se trata de filhas mulheres. Coincidindo com esses trabalhos, as/os jovens pesquisados/as declararam ser mais fácil conversar com a mãe, e as jovens mulheres destacaram inclusive que tem na figura da mãe um apoio para guardar “segredos” sobre sua sexualidade perante a figura paterna:

Eu não contei (sobre a primeira relação sexual), mas tipo, a mãe descobriu (risos). Eles ficaram bravos por não ter contado, mas por um lado ficaram tranquilos por eu estar me cuidando. Mas, só a mãe sabe, o pai não e se Deus quiser nem vai saber (ISABELE, GF, 2018).

Minha história é triste (risos). Eu contei faz pouco tempo (sobre a primeira relação sexual), porque eu fiquei doente e tinha começado a tomar o anticoncepcional e fiquei com medo do médico, na consulta perguntar e como eu ia mentir pro médico na frente da mãe? Ai eu contei. Mas só pra mãe, o pai me mata se souber (MARIA RITA, GF, 2018).

Contei para a mãe e ela mesmo disse que não ia contar pro pai (VANESSA, GF, 2018).

A mãe entende mais, o pai não. A mãe me entende, ela parece mais atenciosa e curiosa (IURI, GF, 2018).

A mãe é mais preocupada (RONALDINHO, GF, 2018).

Conversei só com a mãe, meu pai é muito “zoeiro”, ele não sabe falar sério sobre isso (DANIEL, GF, 2018).

Meu pai é mais desinteressado sobre isso (LULA, GF, 2018).

Nesse sentido, quando a temática da sexualidade é tomada no meio familiar ela se dá de modo genérico, abordando assuntos mais pontuais como a mãe que precisa explicar sobre menstruação para a filha ou em sua maioria esses diálogos se dão em torno da saúde preventiva:

Eu já conversei, eles falam pra mim me cuidar, evitar gravidez e doenças (COUTINHO, GF, 2018).

É o pai só falou disso, pra usar preservativo (JOAO, GF, 2018).

Meu pai já conversou, conversas normais, falando para se proteger e essas coisas (IRINEU, GF, 2018).

Minha mãe disse que é melhor achar um preservativo que um bebê (LULA, GF, 2018).

Infelizmente, esse contexto é causado pela institucionalização de um retrato criado que pauta a educação sexual em uma visão médico/biologista/higienista, que aborda apenas os métodos contraceptivos, a gravidez não planejada e as IST (infecções sexualmente transmissíveis), dando um enfoque patológico à sexualidade, dissociando-a do ser e do prazer. Visão que tem sido reforçada pela escola do campo no qual os sujeitos pesquisados estão inseridos, como Maria Rita (GF, 2018) descreve: “[...] Aqui (na escola) veio uma enfermeira falar de doenças e só” (MARIA RITA, GF, 2018). Essas restrições e banalizações da sexualidade se deram em diversos momentos na instituição, por diversas vezes ouvimos que precisávamos falar com outras turmas porque estavam “namorando demais” ou mesmo olhares e discursos que apontavam que o entendimento que haviam produzido sobre a educação para a sexualidade se restringia apenas ao campo das proibições.

Como dois episódios que merecem ser relatados, sendo que o primeiro diz respeito a um dos contatos iniciais para a pesquisa na escola, em que ouvimos que a instituição precisava mesmo de alguém para falar sobre sexualidade, principalmente, para algumas meninas que “pegavam” todos os meninos do colégio. E um segundo episódio já no meio da pesquisa em que uma docente, já mais familiarizada com a pesquisadora, lhe traz um bilhete em que um aluno, de uma série que não fazia parte da pesquisa, havia escrito na sala. O bilhete era algo como, “vou dar um beijo em Raquel (nome fictício) no escuro do ônibus”. A professora demonstrava total insatisfação com o bilhete e abordava o fato de ser um aluno com pouca idade para o que ela considerava normal para a prática que ele citava no bilhete. Enquanto mostrava o bilhete à pesquisadora, ela dizia: “você precisa trabalhar com o 6º ano, eles estão impossíveis”. Sobre essas referências negativas que a escola tem se

tornado no campo da vida sexual, Bonfim (2012) aponta a necessidade de a escola iniciar uma ampliação metodológica nas suas abordagens sobre o tema:

Faz-se necessário ressaltar o lado positivo, natural, significativo e belo da sexualidade, como afloração da vida, perpetuação, humanização do próprio ser humano, como capacidade de encontro não apenas de corpo, mas de alma, como capacidade de amar. A sexualidade envolve a magia do toque, a troca de afetos, a união de corpos, o desnudar de almas; a afetividade é que torna profundamente melhor esse aspecto tão essencial da vida (BONFIM, 2012, p. 69).

Quanto aos documentos escolares, foi possível analisar que a temática da sexualidade é bastante contemplada no projeto político pedagógico (PPP) da escola que entende como função social abordar desafios educacionais contemporâneos e destaca a orientação sexual como um dos temas que precisam ser discutidos no ambiente escolar. Teoria que não parece estar sendo contemplada na prática com êxito, haja vista as afirmações das/dos jovens e as declarações das/dos próprios/próprias professores/as que perceberam na pesquisadora alguém que podia resolver a questão do colégio como um todo.

Sabe-se que no espaço escolar a sexualidade se manifesta nas mais variadas formas, e que a convivência entre os estudantes possibilita a socialização e internalização de novas crenças, comportamentos e formas de relacionamento.

É indispensável admitir que a escola, como qualquer outra instância social, é, queiramos ou não, um espaço sexualizado e generificado. Na instituição escolar, estão presentes as concepções de gênero e sexuais que, histórica e socialmente, constituem uma determinada sociedade. A instituição, por outro lado, é uma ativa constituidora de identidades de gênero sexuais (LOURO, 1998, p. 87-88).

Foucault (2017) demonstra que, sob a capa da repressão e silêncio sobre a sexualidade, a escola passou a falar incessantemente de sexo: na vigilância constante da criança, no confinamento da infância nas escolas, na separação entre os sexos, na arquitetura escolar, no combate sem trégua à masturbação.

Quando a escola se propõe a trabalhar de maneira significativa questões de gênero e sexualidade, pode-se afirmar que ela se abre para o claro desafio de descolonizar o conhecimento e abrir-se para um movimento de verdadeiro reconhecimento das diferenças. Oliveira (2017) em uma pesquisa sobre livros didáticos para a educação do campo demonstra como raça e gênero performam a colonialidade do saber. Descolonizar, então, esses materiais e apontar outros horizontes epistêmicos é ajudar a transformar discursos e visualidades, que

mascaram o pano de fundo normativo e naturalizado da ordem colonial, hétero patriarcal e racista.

É válido ressaltar que nas conversas com as/os professores/as foi possível perceber que a temática de sexualidade é delegada a professora de biologia do colégio. O que remonta mais uma vez a idealização de que a educação sexual é uma tarefa exclusiva da área das ciências biológicas, restringindo as raras manifestações de educação sexual ao campo biológico e profilático, ignorando-se os fatores afetivos, sentimentais, os fatores de prazer, intimidade, bem-estar e corporeidade que a sexualidade engloba.

Para Abramovay (2004), o debate contemporâneo sobre a educação sexual tem se formulado sobre uma dualidade de perspectivas, nas quais de um lado ainda se busca orientar pelo caráter higienista e meramente biológico, como no caso da instituição que os jovens dessa pesquisa fazem parte, e do outro uma tentativa de favorecer abordagens mais pluralistas e interdisciplinares que admite que a nossa sociedade é sexualizada e olha para ela de forma caleidoscópica dando espaço para a história, as culturas e as valorações estéticas e éticas.

Não tendo o espaço escolar e nem o familiar para expressar seus medos, anseios, desejos, curiosidades e descobertas sobre o corpo e a sexualidade, os jovens do campo estão buscando essas informações em outros espaços, entre eles os meios tecnológicos como conta Andrômeda, “[...] tudo o que eu aprendi sobre sexo não foi conversando com eles (os pais). Eu sempre aprendi tudo na rua, na internet, eles são conservadores e não tirariam o tempo para explicar ou dizer como é” (ANDRÔMEDA, GF, 2018).

Explorando a escassez do diálogo sobre sexualidade nas vivências desses jovens houve uma manifestação que chamou a atenção de forma expressiva. Enquanto a questão “você conversam sobre sexo e sexualidade com alguém?” Foi respondida por sonoridades negativas por ambos os grupos focais, quando questionados sobre as causas da não conversa, os dois grupos respondem quase em coro duas respostas distintas, para as meninas a palavra que definia o silêncio sobre suas vivências e percepções sexuais era “medo” e a dos meninos era “vergonha”. Ao tentarmos nos aprofundar sobre essas diferenças ficou nítida que mais uma vez as desigualdades de gênero se fazem presentes na vivência da sexualidade desses sujeitos:

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (LOURO, 2000, p. 9).

Enquanto as meninas tinham na figura paterna a projeção do medo sobre suas vidas sexuais, os meninos viam o pai como aquele que fazia intermináveis piadas sobre suas experiências afetivo-sexuais. Para Lula, é melhor que o pai não saiba sobre sua sexualidade, não por que isso acarretaria temor em relação às suas práticas, diz ele: “não é medo, ele ia tirar sarro, é mais por vergonha” (LULA, GF, 2018).

Mesmo com as mudanças em curso nos relacionamentos afetivo-sexuais e nos comportamentos dos jovens do campo contemporâneos, observa-se que as jovens mulheres do campo do Sudoeste do Paraná ainda tem sua sexualidade pautada em valores, atitudes e práticas que se moldam sobre um código moral em que a “perda da virgindade”, o número de parceiros ou outras questões constroem seus corpos e essencializam um lugar destinado à jovem mulher, vigiado e controlado de perto nas pequenas cidades ou áreas rurais.

Na educação familiar dessas/desses jovens imperam atitudes parentais embasadas em crenças sexistas, como já descrevemos na relação com o trabalho, essas crenças sociais também regem a educação sexual desses sujeitos. Os meninos sentem apenas vergonha de dialogar com os pais sobre esse assunto porque sabem que não sofrerão repressão dos mesmos, pelo contrário contam com um mecanismo social de incentivo à iniciação sexual embasado na crença fortemente arraigada de que, no sexo masculino, esse processo é mais intenso, levando, portanto, “biologicamente”, a maior interesse pela atividade sexual. Diferentemente das meninas que precisam lidar com uma postura dos pais mais fechada, disciplinadora e menos permissível em relação às suas sexualidades para se encaixar em padrões previamente formados, que sujeitam sua vivência sexual a proibições e pudores.

Durante o grupo focal outras questões foram surgindo em relação a essas construções de uma educação ancorada nas desigualdades de gênero. As jovens mulheres demonstraram entender e inclusive problematizaram por exemplo a maior liberdade e permissão social que os meninos têm para sair e voltar para casa sem hora marcada:

Para os “piá” é mais fácil, mais permitido. Eu tenho amigas que saem e tudo e os pais não dizem hora pra voltar, eu posso namorar até as 8:30 horas da noite e não dormir juntos (MARIA RITA, GF, 2018).

Vale ressaltar que, apesar dessa hierarquia sexual ainda fazer parte da juventude desses sujeitos, algumas mudanças foram percebidas em relação a esses comportamentos parentais. Desde o reconhecimento de alguns jovens meninos sobre essa desigualdade de gênero, expresso na explicação de Coutinho que diz, “porque um pai nunca diz para uma menina: e ai pegou quantos? Mas para o filho homem sempre surgem piadinhas nesse sentido” (COUTINHO, GF, 2018). E nas colocações de Vanessa que surpresa quando a colega Maria Rita aponta que tem regras de horários e quanto ao permanecer na casa do namorado, destaca: “meu pai e minha mãe nunca falaram volte a essa hora, eles não falam hora e meu namorado também fica lá em casa” (VANESSA, GF, 2018).

D’Amorim (1997) explica os estereótipos de gênero como um conjunto de crenças estruturadas, que por meio dos processos de socialização, que ditam os comportamentos e as características sexuais de cada indivíduo. Essas concepções acabam sendo naturalizadas e a mundividência da sexualidade dos jovens homens e das jovens mulheres acaba por ter inúmeros elementos de diferenciação, como nos discursos analisados.

Para que essas concepções sexistas sejam vistas como “naturais” ou para que os discursos de regulação sobre a sexualidade, bem como, para que a noção sobre o que são seus corpos e como eles devem se comportar seja estruturada, existem os agentes de vigilância e poder atuando sobre esses corpos. Entre eles dois que já citamos nesse trabalho, a escola e a família, e um terceiro espaço que é comumente ligado a institucionalização do poder e que aparece nas falas dos sujeitos pesquisados enquanto espaço de regulação das condutas sexuais dos jovens do campo: a religião.

4.5 SEXUALIDADE CAMPONESA E RELIGIÃO: DO SAGRADO AO PECADO

A religiosidade é um aspecto importante para a história e cultura camponesa. E inclusive a literatura se ocupa de entender o papel da igreja na reforma agrária brasileira (MARTINS, 1980, 1986, 1997; PAIVA, 1985; POLETTTO, 1997) enquanto instituição organizadora dos trabalhadores e lideranças na luta pela terra. Assim, a

Igreja, apoiando muitas das lutas e reivindicações que emergiam, manteve uma presença vigorosa no rural brasileiro.

Para além dessa questão, a prática religiosa no rural, principalmente, a de tradição cristã é, segundo Almeida (1987), resultado de dois elementos sendo o primeiro a herança religiosa, onde os ritos e crenças são herdados assim como a maioria das práticas vividas nesse meio e um segundo elemento que o autor chama de “superstição cega e inconsciente” (ALMEIDA, 1987, p. 232) e que é advinda da necessidade desses sujeitos lidarem com as intempéries naturais a que estão submetidos:

Quer os ritmos de trabalho, quer os de toda a vida quotidiana rural, estão subordinados aos desígnios das forças naturais —ao sol e à chuva, ao dia e à noite, ao calor e ao frio, à sucessão cíclica, mas sempre diversa, das estações—, desígnios tanto mais insondáveis e incontroláveis quanto menores forem os recursos tecnológicos disponíveis. Radicadas nessa experiência vivida, as ideologias práticas camponesas tendem a encontrar uma harmonização, ou mesmo uma homologia estrutural, com todas as propostas susceptíveis de identificar e devolver preeminência a poderes sobrenaturais, à capacidade organizadora duma providência divina (ALMEIDA, 1987, p. 232).

A questão religiosa do espaço onde esta pesquisa foi desenvolvida, se deve a política de ocupação dessa região já descrita anteriormente nesse trabalho. A chegada dos sulistas, de descendência italiana e alemã, nessa região trouxe tradições culturais e religiosas. As igrejas, com predominância da igreja católica, surgiam nos aglomerados ou vilas e representavam o principal espaço de sociabilidade e organização comunitária da população do Sudoeste do Paraná (SANTOS, 2014).

A igreja tornou-se uma instituição tão importante para a estruturação da comunidade dessa região que sua manutenção resignificou a organização de cada comunidade rural e até mesmo de normativas cotidianas em torno da “capela”, como explica Santos (2014):

Devido a toda essa gama de relações suscitadas pela atividade religiosa, tal âmbito da vida social acabava por assumir uma dimensão que transcendia do ambiente privado. A simbiose ritual proporcionado por essa interação público e privado produzia momentos capazes de resignificar simbolicamente essa dimensão social. A ideia de família, por exemplo, era definida em função dos momentos de interação em torno da Igreja (SANTOS, 2014, p.120-121).

Assim como em quase todo Brasil, a Igreja católica como religião predominante e com maior número de adeptos tem sido formadora de representações, influenciando a maneira dos moradores do campo do Sudoeste pensar e agir em diversas questões

cotidianas, incluindo os temas de sexualidade. Construída socialmente, a sexualidade tem forte influência dos valores e crenças religiosas que lhes são apresentados.

Durante a pesquisa, a temática da religião não foi denotada como uma questão a ser respondida, não houve questionamentos acerca da religião dos jovens e nem de suas crenças religiosas, mas a temática surgiu espontaneamente, o que demonstra ainda mais o quanto essa questão está imbricada à temática da sexualidade camponesa. Os jovens demonstraram por meio de suas verbalizações o quanto a Igreja tem centralidade na vivência rural, como quando Andrômeda reitera que, “no campo a coisa é ‘mais bruta’, assim, as pessoas vão todas na Igreja e seguem isso. E desde criança e desde cedo é isso, se você é homem, você tem que trabalhar na roça, tem que dar netos, e formar uma família” (ANDRÔMEDA, GF, 2018).

Percebe-se pela fala de Andrômeda que o domínio e influência da igreja ultrapassava os limites dos aspectos religiosos, estendendo-se à vida cotidiana e ditando estereótipos familiares, práticas de vida e maneiras de pensar, ou seja, de algum modo a religião regulamenta os corpos dos sujeitos.

Para compreender de que modo e sob qual forma a atividade sexual foi constituída como domínio moral, torna-se necessária desenvolver uma discussão, mesmo que breve, acerca da noção de sujeito em Foucault. Para o autor, essas subjetividades que se desenvolvem sob os olhos sempre atentos de instituições normalizadoras, constroem-se a partir do que ele denomina “cultura de si” ou “conjunto das experiências e das técnicas que o sujeito elabora e que o ajuda a transformar-se a si mesmo (REVEL, 2005, p. 33).

Segundo o autor, na antiguidade clássica, a relação entre corpo e alma era visto como crucial e se cuidava do corpo para nutrir saudavelmente a alma. Já na sociedade moderna esse cuidado sofre uma repressão, advinda da moralidade cristã, em que o indivíduo renúncia e reprime todas as questões voltadas para o seu corpo na busca da salvação. Nesse sentido, a Igreja que percebia o corpo como algo pecaminoso e sempre se incomodou com a sexualidade, passou a emitir regulamentações sobre as atividades corporais do indivíduo, criando dogmas que inundavam o imaginário social de temor e culpa, condicionados pelas ideias de inferno e pecado. Para garantir que suas normas fossem seguidas, estratégias de controle como a confissão surgiram, muitas dessas estratégias levavam o próprio indivíduo a realizar um trabalho de vigilância sobre si mesmo (DANTAS, 2010).

Com essa perspectiva, a juventude do campo e sujeitos dessa pesquisa são convocados a exercer uma série de técnicas de si para produzir um eu e uma conduta juvenil que está de acordo com as normas culturalmente e socialmente vigentes em seu tempo e espaço, sendo alvo também de técnicas de dominação aplicadas pelas instituições de poder da qual fazem parte (SALES; PARAÍSO, 2013).

Tentando entender mais profundamente como essa juventude rural vem construindo sua identidade, nos pareceu em meio a essas colocações sobre a religiosidade, importante entender a participação desses jovens no que concerne às questões religiosas.

Durante nossas idas ao local de pesquisa, foi comum ouvir reclamações e a preocupação dos adultos, pais e outros/as moradores/as da comunidade no que diz respeito a escassez de jovens nas práticas religiosa da comunidade. Durante a pesquisa participamos de um momento religioso na capela de uma das comunidades em que alguns dos jovens da pesquisa fazem parte. O “culto” acontece aos domingos na capela e é presidida por um membro da própria comunidade. As falas anteriormente destacadas se confirmaram na prática, haviam apenas dois jovens na Igreja, sendo um deles sujeito da pesquisa e a maioria dos fiéis eram formados por pessoas mais velhas e famílias com crianças.

Nesse sentido, outras falas dos jovens podem explicar esse menor entusiasmo para a participação nas igrejas da comunidade, uma das questões diz respeito a esses jovens sentirem que muitas das determinações e das crenças religiosas tradicionais não representam seus valores e novas percepções de vida e de sexualidade, como destacado por Nayara:

Sabe, por isso até que eu me afastei da Igreja. Por exemplo, a igreja diz que ser gay ou ser lésbica é errado e nas duas religiões que eu segui tem essa barreira e eu acho que cada um tem que fazer o que quer, o que gosta. Não é porque é homem que é obrigado a ficar com mulher e nem o contrário (NAYARA, GF, 2018).

Por muito tempo e podemos dizer que ainda na atualidade as instituições religiosas cumpriram seus papéis de tradicionalismo e conservação do que determinam como valores sociais. Por meio da ideia do pecado e do medo do inferno, a igreja manteve ligado o silenciamento de tudo o que se referisse a sexualidade, condicionou a manutenção da virgindade feminina e do matrimônio e, principalmente, da heterossexualidade e das desigualdades de gênero. No entanto, a intensidade da ação religiosa sobre o grupo pesquisado demonstrou que, apesar de ainda haver

influências diretas e indiretas nos valores sociais desses sujeitos, se mostra bem menor e menos influente que nas gerações anteriores, o que se afirma pela cobrança dos pais e mais velhos para que esses jovens voltem a participar mais dos espaços religiosos.

A análise a não adesão das/dos jovens a igreja católica nos leva a necessidade de uma discussão que tenha em conta a teoria que vem sendo produzida, a nível nacional, sobre juventude e religião, para buscar demonstrar como esse aspecto se relaciona com outras espacialidades. Nesse sentido, o trabalho de Novaes (2004), sobre os “jovens e a religião ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos”, analisa dados do censo, que demonstram que a juventude contemporânea vem sofrendo um processo de aproximação do secular. A autora destaca que apesar da diminuição significativa de jovens pertencentes ao catolicismo ou outras instituições religiosas populares, não se constata, na atualidade, uma grande onda de ateísmo, agnosticismo ou simplesmente indiferença, mas escolhas em um campo religioso mais plural e demonstrações de espiritualidade sem fidelidades institucionais.

4.6 VIRA, VIRA HOMEM: A DIVERSIDADE CAMPONESA COMO NEGAÇÃO OU ESTRANHAMENTO

Quando nos propomos a trabalhar o tema da sexualidade no meio rural, uma das principais questões que nos deparamos na literatura sobre o assunto foi uma dura crítica a escassez de literatura no que concerne a diversidade sexual desse espaço. Crítica que se revelou pertinente nas análises dos textos sobre o rural. Para Ferreira (2006a) existe um obscurecimento das sexualidades que não se enquadram nas normas deliberadas e nos lugares específicos definidos para o corpo camponês. Para o autor (FERREIRA, 2006), no meio rural, essas outras possibilidades, ou seja, aqueles que não estão dentro da lógica normativa são sexualmente silenciados e esquecidos, ou em prol do bem da tríade “família, terra e trabalho”, ficam à margem dos discursos e, portanto, são o indizível nas relações camponesas.

Para muitos autores, a homossexualidade sempre foi analisada pela perspectiva da urbanidade devido ao fato de que o urbano é visto como lugar de afirmação, inclusão, diversidade e liberdade, enquanto o rural ainda é o espaço de contextos comunitários favoráveis ao mais rígido controle social e sexual. Alguns

autores trabalham inclusive com a teoria da “diáspora gay” (MARTINS; ROSA, 2013) e a busca de um refúgio na cidade (ERIBON, 2008) para explicar a pouca incidência da homossexualidade no espaço rural. Mas queremos destacar que esses sujeitos estão também presentes nesses espaços e que muitos tem usado das transformações do rural para afrouxar o regime de vigilância sobre seus corpos.

Quadro 5 - Síntese dos resultados sobre o tópico da “homossexualidade” nos grupos focais

Tópico-Guia	Objetivo	Grupo focal com as jovens mulheres	Grupo focal com os jovens homens
<i>Homossexualidade:</i>	Conhecer as concepções dos jovens sobre a homossexualidade e outras orientações sexuais e enumerar casos de representatividade que ocorrem no espaço da pesquisa	Há uma divisão entre jovens que possuem conhecimento sobre a temática e jovens com preconceitos e falta de informação. A homossexualidade é lida como algo distante e anormal. No grupo das meninas chegamos a relatos de experiências homoafetivas vividas por algumas das participantes.	No grupo dos jovens há uma maior expressão de falas preconceituosas relacionando a homossexualidade a doenças, falhas genéticas, anormalidades. A partir dessas colocações e violências um dos jovens assume a bissexualidade para os colegas durante a atividade.

O tema da homossexualidade e da diversidade sexual surgiu entremeio as discussões sobre sexualidade e o controle pautado em questões religiosas. Tentando entender melhor a questão e como ela se desenhava entre as/os jovens da pesquisa, começamos interrogando-as/os sobre o que entendiam por homossexualidade. Interessante analisar que nenhum dos jovens descreveu seu entendimento sobre a orientação sexual, mas a maioria foi logo destacando sua posição diante da orientação sexual de outrem. Nesse viés foi possível perceber que a maioria das/os jovens, principalmente os rapazes, descreviam a homossexualidade como algo difícil de entender e com estranhamento. Contudo, todas as verbalizações pendiam para o viés da aceitação da mesma:

não tenho nada contra, é pessoa normal, como a gente. Não tem nada diferente só questão de quem gosta (COUTINHO, GF, 2018).

eu também, não tenho nada contra, se o cara gosta do outro cara não vai influenciar minha vida (RONALDINHO, GF, 2018).

se eles gostam daquilo é problema deles (JORGE, GF, 2018).

sei lá o que eu penso sobre homossexualidade (DANIEL, GF, 2018).

eu não concordo, mas respeito (MILENA, GF, 2018).

eu não acho bonito isso. Porque ah, sei lá, nem sei como explicar, mas cada um segue seus gostos (VANESSA, GF, 2018).

É nítido, nessas falas das/os jovens, que o campo ainda está fechado para as questões da diversidade sexual e de gênero. Longe de classificarmos o campo como um lugar de “atraso” ou opressão, queremos apontar como os discursos conservadores podem favorecer essa falta de conhecimento e a não aceitação da diversidade:

Longe de ser uma percepção preconceituosa ao denominar a zona rural como um ambiente conservador de seus valores e opressor de práticas divergentes, a afirmativa tem por base a apreensão da conjuntura cultural, social, política e econômica expressa que cristalizou uma forma de vida que deve ser seguida sem nenhum questionamento (PAIVA, 2015, p. 76)

Algumas falas, como das jovens Vanessa e Milena, deixam bem claro, esses valores enraizados e o quanto a educação sexista pode limitar a aceitação de novas concepções.

Eu acho que nasceu homem ou mulher tem que ser isso. Eu não sei como explicar. Sempre foi assim agora que está mudando bastante as coisas. Mas tem que respeitar, né? porque cada um segue o que quer. (MILENA, GF, 2018).

Porque é estranho, não sei. Tipo sábado tinha os jogos aqui, eu moro na frente do campo da comunidade e tinha duas meninas agarradas na frente do portão da minha casa, e a gente acha estranho isso porque a gente não vê todo dia. [...] E elas se abraçavam e se beijavam ali na frente de todo mundo (VANESSA, GF, 2018).

Quando Vanessa destaca o quanto o fato de ver duas pessoas do mesmo sexo se relacionando lhe parecia incomodo, a questionamos se isso ocorreria caso a mesma cena acontecesse em frente ao seu portão envolvendo duas pessoas de sexos distintos e a resposta foi: “Aí seria normal. Porque duas meninas fica meio estranho” (VANESSA, GF, 2018). Kauan denota essa mesma percepção: “para a gente que não é acostumado com a homossexualidade, fica meio chato [...]” (KAUAN, GF, 2018).

Esse é um tipo de estranhamento, que se associa à representação da heteronormatividade ou da orientação sexual aprendida como normal, e que se pode traduzir em diversos tipos de violências, entre elas a discriminação da homossexualidade, da bissexualidade e qualquer outra relação erótica/afetiva que fuja à heteronormatividade (BUTLER, 2003).

Notou-se também a falta de conhecimento a respeito da homossexualidade por muitos/as jovens, associando-a à doença e até a um modismo, como quando o jovem Lula diz: “acho que isso vem da natureza, é um problema da genética. Para uns pode ser isso e para outros vê um amigo e sei lá, acha que está na moda” (LULA, GF, 2018).

É importante destacar que a fala de Lula se reverbera em diversas outras colocações dos jovens, como: “agora o mundo está cheio disso” (IURI, GF, 2018), ou “antigamente tinha, mas hoje tem muito mais” (KAUAN, GF, 2018). O fato desses jovens perceberem um aumento de casos de homossexualidade, não significa que o número de pessoas não heteronormativas aumentou, o que essa colocação aponta é que esses jovens do campo contemporâneos têm vivenciado um período em que a internet, as novas configurações familiares e novas identidades rurais têm permitido, mais amplamente, que os sujeitos empreendam processos de afirmação de suas sexualidades divergentes dos padrões hegemônicos.

A heteronormatividade tange inclusive a forma de apreender a homossexualidade, criando estereótipos marcados pela dicotomia de gênero homem/mulher. Esses estereótipos fazem menção a como esses corpos devem se comportar, o que devem vestir e como devem aparentar. Em função desses estereótipos, cria-se a idealização de que todo homem homossexual se afasta de sua masculinidade, e, portanto, quase que obrigatoriamente precisa apresentar traços de feminilidade. O mesmo acontece com mulheres que mantêm relações homoafetivas. Lésbicas precisam caber em um estereótipo de mulher com traços mais masculinos, sejam esses traços comportamentais ou de vestimenta (MARTINS, SANTOS & TEIXEIRA, 2016).

Estes estereótipos estiveram presentes nas falas das/dos jovens que mais apresentaram conhecimento e empatia para com a homossexualidade, como quando Nayara, que destaca em um momento sua vontade e curiosidade em obter uma experiência homoafetiva, diz: “nossa eu mesmo que fosse bi ou homo não cortaria meus cabelos, eles são tudo pra mim” (NAYARA, GF, 2018). E ainda, na verbalização de Coutinho, quando questionado sobre o que lhe vinha à mente quando ouvia a palavra homossexualidade e descreve como: “uma mulher que cortou o cabelo e se veste como homem” (COUTINHO, GF, 2018).

Esses moldes, sobre a homoafetividade, se definem com tal persistência nas concepções dessas/es jovens, que em um dado momento surge a ideia do fazer-se homossexual. Utilizando-se do verbo “virar” que pressupõe que há um estado inicial,

destacado pela ideia de que todos nascem heterossexuais, para uma mudança ao estado final considerado o não natural:

Eu conheço uma menina, que os pais já tinham duas filhas mulheres e eles queriam muito um piá e veio outra menina, e eles trataram ela como um menino e ela “**virou**”. Ela cortava os cabelos curtos e agia como um piá (VANESSA, GF, 2018, grifo nosso).

Nesse sentido, os discursos nos possibilitam afirmar que essas/es jovens crescem tendo uma educação pautada sob papéis sociais naturalizados que ditam aquilo que homem e mulher deve fazer e ser, incluindo com quem seus corpos podem ou não se relacionar. Conforme Bourdieu (2002, p. 9):

A divisão entre os sexos está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivo das coisas em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

A adequação a norma sexual é constantemente vigiada e propagada por meio das instituições que já delineamos em capítulos anteriores. Instituições que tem influência sobre a sociedade e sobre esses jovens como a escola, a religião e a família, sendo esta última a que mais desenha a conduta moral dos jovens pesquisados, no que tange suas sexualidades:

Aqui no interior não tem muito, porque tipo nasce um menino o pai já vai ver como o homem da família. Eu imagino como é difícil para um pai do interior descobrir que o filho é gay (CAROL, GF, 2018).

Se a pessoa quer ser homossexual, tem que se acertar na família, talvez os pais tenham vergonha de ter um filho assim (João, GF, 2018).

Nossos pais são totalmente contra (MARIA RITA, GF, 2018).

Na verdade é porque desde que nascemos que vão ensinando a gente as cores, azul para meninos e rosa para meninas (NAYARA, GF, 2018).

Uma das características que mais aparecem para demarcar o universo rural diz respeito ao alto grau de intimidade e amplas relações entre os moradores desse espaço. Se nos centros urbanos as pessoas contam com a privacidade e a liberdade, o campo se revela pelo caráter público e de regulação, principalmente, no que diz respeito aos corpos. Para os sujeitos homossexuais torna-se mais difícil lidar com um desejo que a comunidade constantemente reprime e persegue por não se enquadrar aos comportamentos esperados e naturalizados (PAIVA, 2015). Em razão disso, a heterossexualidade é uma imposição institucional e social nas áreas rurais, de modo a condicionar as formas de se vestir, de trabalhar e de viver, retirando de cada camponesa ou camponês a manifestação particular de sua sexualidade.

Uma outra questão que atravessa os corpos dos sujeitos homossexuais, diz respeito ao acesso à terra. Além de lidarem com a vigilância, o silenciamento e até a desumanização aplicadas pelas diversas instituições que atuam na manutenção de padrões de gênero e de sexualidade, as/os jovens homossexuais precisam resistir aos processos de exclusão da herança da terra, considerada um dos marcadores identitários do campesinato e que pode significar a continuidade de seu modo de vida. Esses/as jovens, caso herdem a terra, precisam lidar com muitas tensões para viver sua sexualidade de modo a não “perturbar” ou “destruir” o solo sagrado da família tradicional:

Esse menino que eu conheço, já saiu do interior e foi morar na cidade, ele voltou pro campo porque os pais são já velhos e ele precisava cuidar deles, da propriedade. E quando ele saiu de casa e foi pra cidade, não foi embora com o consenso dos pais, ele deixou uma carta explicando que ele tinha ido embora porque ele era gay e eles nunca iam aceitar isso. Ai quando ele voltou, eles conversaram que por eles tudo bem ele ser assim, mas que não queriam que ele tivesse essas relações dentro da casa deles. As terras vão ficar para ele, mas eu não sei se os pais aceitariam ele formar uma família e morar ali (ISABELE, GF, 2018).

No entanto, em meio aos discursos generificados, alguns jovens estão enfrentando toda essa tradição patriarcal e heteronormativa para viver experiências homossexuais ocasionais, que fazem parte do processo de construção da identidade sexual, e até mesmo empreendendo processos de afirmação de suas sexualidades que não condizem com a norma.

4.7 DAS EXPERIÊNCIAS HOMOAFETIVAS: BUSCANDO PRAZERES, SACIANDO CURIOSIDADES E DESCONSTRUINDO “CERTEZAS”

Os grupos focais com as jovens e os jovens se mostraram distintos em praticamente todos os momentos da pesquisa, o que não foi diferente quando tocamos no assunto da homossexualidade. O grupo dos jovens expressou que a homossexualidade lhes parecia anormal, distante e motivo de chacota. No grupo das jovens – mais calmo em timbre de conversa e falas entrecortadas pela vergonha – a homossexualidade se via dividida em dois grupos. De um lado, as jovens que estranhavam e negativavam a existência de outros afetos que fugissem a norma e do outro lado aquelas que defendiam constantemente o direito à liberdade da diversidade. Nesse segundo grupo, foi possível perceber que muitos dos discursos positivos sobre a homossexualidade advinham da convivência dessas com

amigas/amigos, vizinhas/vizinhos e familiares que vivem a homoafetividade, como demonstrado pela fala de Sofia: “eu já penso que cada um tem um jeito de ser, eu respeito porque tenho primos gays. Eles são abertos e conversam normal. Pra mim é normal!” (SOFIA, GF, 2018).

Conforme o diálogo foi se construindo, foi-se retomando alguns aspectos para que as jovens repensassem algumas ideias sobre a temática da homossexualidade. Foi a partir da segurança de que a pesquisadora estava do lado da diversidade que a coragem para contar vivências homoafetivas surgiu no grupo focal com as jovens do campo. Expressa como uma ocorrência circunstancial, por curiosidade e experimentação, como no caso da jovem, que faz questão de enfatizar, que gosta de meninos e que tais vivências sexuais não foram definidoras da orientação sexual. Ela demonstra preocupação com a descoberta da família sobre suas experiências:

Não é muito por prazer, é pra descobrir novas experiências. [...] Tipo, agora eu vou contar! Eu já tive a experiência e minha mãe descobriu eu não sei como. Ai ela falou que ela aceitava se eu quisesse isso, mas eu tenho certeza que gosto de meninos, enfim ela disse que ela ia aceitar, mas que ela tinha certeza que o pai por ser homem e um cara machista não ia aceitar. E ela não contou pra ele ainda (ISABELE, GF, 2018).

Nesta perspectiva, a relação homoafetiva é mais uma das descobertas sexuais que as jovens rurais pesquisadas vivem. Mas sua manifestação é feita com a cautela de que a identificação do eu não se desvincule dos discursos dominantes da normalidade e da naturalidade heteronormativa, mesmo que a sexualidade heterossexual seja só apenas mais uma possibilidade e que o gênero e a orientação sexual possam ir muito além das predefinições dadas pela nossa sociedade. Conforme Britzman (1996, p. 74):

[...] nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

Outro fator que envolve a prática ou o desejo da experiência homoafetiva é a curiosidade. Nayara destaca que não sabe descrever precisamente porque deseja ter a experiência, mas afirma que o desejo pela experimentação é uma realidade: “eu não sei se é atração, sabe? Até falei na sala se um dia deixar de meu marido, eu quero ficar com uma menina, só para ver como é. Eu sempre tive curiosidade” (NAYARA, GF, 2018).

Enredados pela lógica heteronormativa que conceitua a heterossexualidade como um único padrão correto a ser seguido, acabam-se criando limitantes em relação as outras formas de viver a sexualidade. A diversidade sexual muitas vezes é obscurecida pela própria ideia de que pertence ao outro nunca ao eu. De fato, as práticas sexuais e homoafetivas existem na zona rural e pensar estas práticas nos remete a necessidade de refletir sobre a dupla subalternidade a que esses sujeitos são condicionados e o quanto as redes de poder influenciam no processo de construção performativa da identidade delas/es.

4.8 “ESSE CARA NEM PARA CONTAR PARA GENTE!”: BISSEXUALIDADE CAMPONESA E O *COMING OUT* DURANTE O GRUPO FOCAL

Em cada um dos tópicos abordados no grupo focal dos jovens meninos ele se destacava, demonstrava por falas bem elaboradas e com conteúdo que lia muito sobre sexualidade, destoava também dos outros jovens na vestimenta, no portar-se e no cabelo matizado. Andrômeda como desejou ser chamado, escolheu um nome de princesa, segundo a mitologia grega. Talvez ele soubesse sobre o mito ou desejava apenas ser reconhecido como a galáxia, importa mesmo afirmar que teve olhares curiosos sobre sua decisão. “Andrômeda?” (LULA, GF, 2018) - foi indagado. “Sim, Andrômeda!”, respondeu o jovem com convicção. Durante a escrita dessa pesquisa por muitos capítulos seguimos chamando Andrômeda por outro nome, um escolhido para que sua identidade fosse preservada de maneira mais contundente, haja vista que os nomes escolhidos por cada um foram tomados com abrangência pela escola durante nosso trabalho de campo. Mas decidimos respeitar sua escolha ao perceber no decorrer de nossa análise que ela tem muito a dizer sobre esse jovem rural.

Quando Andrômeda adentrou a sala e durante os primeiros minutos sua diferença em relação aos outros meninos levou a pesquisadora a pensar que sua relação com o rural era recente, suas características eram muito parecidas ao estereótipo de um jovem urbano. Ideia logo refutada quando questionados sobre a família. Andrômeda sempre morou no campo, nasceu de uma família rural e ali se constitui enquanto sujeito. Seu modo de se vestir, seus trejeitos e o claro conhecimento sobre sexualidade advinham da necessidade de compreender-se. Andrômeda buscou na internet e nas relações com outros jovens pelo meio digital uma forma de representar-se e de compreender sua orientação sexual, claramente distinta de seus colegas rurais, destacado na afirmação: “[...]tudo o que eu aprendi

sobre sexo não foi conversando com eles (os pais). Eu sempre aprendi tudo na rua, na internet, eles são conservadores e não tirariam o tempo para explicar ou dizer como é” (ANDRÔMEDA, GF, 2018).

Falava sobre orientações sexuais no plural e em meio ao grupo focal se viu explicando pansexualidade para os colegas. Andrômeda se incomodava com as piadas machistas e os risos e demonstrava total desconforto ao falar sobre o conservadorismo da família e a influência religiosa nessa questão. Foi assim em meio ao incomodo sobre as colocações que faltavam com respeito para com a diversidade e sobre a clara falta de conhecimento de seus colegas sobre as questões de sexualidade que fugiam a normatividade que Andrômeda declara: “Eu sou bi!” (ANDRÔMEDA, GF, 2018). Os colegas esboçam diversas reações, de curiosidade, de surpresa e da quebra de certezas e de dúvidas que levaram Andrômeda a ter de explicar o que é a bissexualidade.

A partir desse momento, discutimos diversas questões sobre diversidade e a necessidade do respeito às diferenças. Para que a motivação a essa revelação fosse melhor compreendida, a pesquisadora convidou Andrômeda para uma entrevista individual que ocorreu em um dia alheio ao grupo focal. No diálogo mais reservado, o jovem, que estava no momento da pesquisa no 3º ano do ensino médio, justificou porque conviveu praticamente toda a vida escolar com a maioria daqueles colegas e nunca havia explanado sobre sua sexualidade. “Foi algo meio que por instinto. Foi de forma inconsciente. Mas estava na hora. [...] Eu me senti muito aliviado também!” (ANDRÔMEDA, entrevista, 2018).

A literatura destaca que há um longo caminho a ser percorrido desde a formação, entendimento, aceitação da identidade sexual até sua revelação social. Esse processo é normalmente denominado pelo termo “*coming out*” ou o “sair do armário” e envolve diversos acontecimentos e relações. Contar para família, mostrar-se para a comunidade ou mesmo perceber-se como diferente de tudo o que se considera dentro da norma instituída no que tange as questões de sexualidade, muitas vezes é enfrentar um processo de medo e violência (CORREIA, 2012).

Andrômeda conta que o fato de morar no campo e não conviver ou conhecer outras práticas sexuais para além da heteronormatividade produzia um sentimento de culpa e estranhamento quanto ao próprio corpo e, portanto, tornava o processo de autoaceitação muito mais complexo. Destaca que passou 14 anos mudando seus trejeitos, se vestindo de uma maneira que não lhe correspondia e fingindo ser o que

não era. Hoje com 17 anos diz que aprendeu muita coisa, mas que ainda assume uma postura dentro da escola e na família para ser respeitado:

Antes eu era baixinho e gordinho e já tinha tido relações com garotos e garotas, mas me sentia no dever, totalmente, de ser hétero, de gostar só de meninas. Eu sentia uma culpa sabe, me sentia culpado por gostar de garotos (ANDROMEDA, entrevista, 2018).

Como Foucault (2017) bem descreve, o sistema continua por apontar a heteronormatividade como a regra por meio de práticas e discursos legitimados pelo próprio silenciamento em relação ao sexo e a sexualidade. Quando não se discute ou não há espaços familiares e/ou comunitários enfim, quando as relações sociais se constroem afirmando que a sexualidade precisa ficar no campo do “não dito” todo e qualquer questionamento é respondido por meio de experiências produzidas no meio em que se vive.

Se levarmos em conta que a sociedade se organiza de modo a hierarquizar sexualidades, conferindo um espaço de privilégios à heterossexualidade, de modo a inferiorizar e invisibilizar quaisquer outras possibilidades da experiência social (PRADO; MACHADO, 2012), o fato de não perceber essas outras sexualidades acaba tornando o processo de compreensão das próprias sexualidades desses/dessas jovens algo a ser negado. Perceber-se distante e diferente de todas as práticas que lhe apresentam é um processo de extrema violência, visto que o:

[...] preconceito se instala a partir do momento que a diferenciação grupal não permite um sentido de comparação que não seja de exclusividade, isto é, uma comparação que exige hierarquização, já que a existência de uma posição ameaça à soberania identitária de outra (PRADO; MACHADO, 2012, p. 24).

Sobre perceber que as relações sociais e políticas que constituem nossas redes são responsáveis por moldar, desenhar e disciplinar o desejo, o prazer as expressões que constituem nossa sexualidade, Prado e Machado (2012, p. 19) dissertam sobre a necessidade de compreender a sexualidade sem deixar de analisar que “as identidades sexuais e as práticas das sexualidades não são nada naturais”. Para os autores, é estranho pensar que um elemento tão inerente a constituição do ser humano quanto a sexualidade seja o comportamento que mais se trata de forma velada. Para Butler (2003), isso acontece porque diferente dos outros mecanismos e funções que constituem a vida humana, a sexualidade vem recoberta de rituais, valores, costumes e moralidades que estruturam e caracterizam nossas práticas e expressões sexuais, bem como, nossas subjetividades.

Em outras palavras, nossos hábitos sexuais dependem exclusivamente da construção social das relações entre/pelos seres humanos, relações estas que por sua vez não existem em contextos abstratos, mas estão sempre amalgamadas pela concretude de contextos culturais, geopolíticos, padrões morais e posições sociais. Nesse sentido, não se pode perder de vista que ter determinada prática sexual carrega mais elementos do que simplesmente os comportamentos individuais em si. As diversas práticas sexuais estão historicamente entrelaçadas por relações sociais, identidades sociais e formas de inserção no mundo público (PRADO; MACHADO, 2012, p. 15).

Nesse sentido, a sexualidade desenvolve-se por práticas construídas socialmente, historicamente e culturalmente, estruturando as possibilidades políticas e sociais de cada corpo. Isso leva, conseqüentemente, a problematização de que enquanto a heterossexualidade é instituída como natural e normal, as outras possibilidades são concebidas como anormalidades e conseqüentemente invisibilizadas (LOURO, 2000).

Invisibilização e negação que Andrômeda sente de forma ainda mais contundente no seio familiar. A família considerada pela literatura como peça fundamental do um processo de aceitação e entendimento da identidade sexual, mas a decisão de revelar a homossexualidade à família também é, normalmente, uma decisão difícil que vem acompanhada pelo medo da negação e dos rompimentos relacionais. Por esse medo, a família não é um espaço onde Andrômeda deseja dialogar sobre seus desejos, prazeres, anseios e experiências sexuais. Para o jovem, seus pais são muito conservadores e jamais entenderiam. Revelou que já foi questionado pela mãe sobre sua sexualidade: “algumas vezes, mas eu procurei esconder, porque eu sei que eles não aceitariam. Mas eu continuo levando garotos e garotas lá em casa” (Risos) (ANDROMEDA, entrevista, 2018). Ele salienta que a mãe já teve até provas visíveis de suas práticas homoafetivas: “minha mãe já me pegou beijando um garoto no sofá, mas ela achou que foi uma fase” (ANDROMEDA, entrevista, 2018). Quanto ao pai de Andrômeda, parece que assim como Cefeu³ que

³ Na mitologia grega, Cefeu era o rei de Etiópia, poderoso e ligado ao seu povo e as tradições divinas. Sua esposa se gabava de ser mais bela que as Nereidas, o que seria uma afronta ao próprio Olimpo. Se sentindo desrespeitadas, as filhas de Nereu foram reclamar diretamente a Poseidon que prontamente libertou uma terrível monstruosidade para destruir todo o reino. Cefeu apavorou-se e foi consultar o oráculo de Amon, que avisou que suas terras somente ficariam livres se oferecesse sua filha Andrômeda em sacrifício ao monstro. Não vendo saída, o rei mandou acorrentar a querida filha em um rochedo diante do mar em oferenda.

ofereceu a filha ao monstro marinho afim de salvar seu reinado, jamais permitiria ter em suas terras aquilo que considerava a destruição da família tradicional. Andrômeda disse que o pai segue de forma rígida os valores que a religião aponta como corretos e que em sua conduta um tanto machista não aceitaria um filho bissexual.

Isso provavelmente se deve ao jogo discursivo das “famílias de bem”, endossado pelas estruturas e pelas marcas deixadas pela moralidade colonial e de suas sucessivas tentativas de controlar o comportamento sexual que escapasse às suas normas, por meio de ações coercitivas, punitivas e pedagógicas. Foi no processo de colonização, ainda em curso, que se impôs um novo padrão de moral baseado no modelo binário e patriarcal hegemônico, transformando e silenciando qualquer outra possibilidade de vivência sexual (LUGONES, 2015).

A sociedade moderna já é caracterizada por uma multiplicidade de modelos de família, mas o campo ainda é percebido como o espaço que mais resiste a superação do modelo de família tradicional e essa condição também influencia na forma como esses/essas jovens tiveram sua homossexualidade acolhida ou reprimida pelos familiares.

Sobre essas reações mais contundentes de conflitos e não aceitação, Frasso e Rosário (2008) argumentam que o contexto cultural em que o processo de *Coming Out* ocorre influencia majoritariamente na forma como a família compreende a sexualidade diferente que acaba de se revelar em seu meio. E isso se deve ao fato de que no rural, por exemplo, o conflito adicional é causado pela formação comunitária e religiosa:

Para além disso, as crenças religiosas tradicionais destas comunidades são extremamente orientadas para o casamento, descendência e integração comunitária, sendo a homossexualidade vista como algo que é anti-família e anti-comunidade. Neste sentido, ser gay ou lésbica é percebido como uma ameaça à própria propagação da cultura (FRAZAO; ROZARIO, 2008, p. 35).

O silenciamento e o desconhecimento, como características do espaço rural em que vive, confirmam que a vigilância revelada na fala, “eu tinha levado o mesmo garoto por várias vezes lá em casa, aí ela (a mãe) falou: “estou de olho em vocês”!”(ANDROMEDA, ENTREVISTA, 2018). A exclusão e a negação da diversidade ainda estão vinculadas às instituições sociais do meio rural de modo a atuar na manutenção de padrões de gênero e de sexualidade. Se mesmo o que diz respeito a subjetividade sexual é internalizada por meio de práticas de desejo, sentimentos e

valores aprendidos na interação social, percebe-se o quão violento e de quanta resistência é o processo de entendimento dos próprios sentimentos quando estes se mostram diferentes das alternativas sexuais que suas culturas lhes possibilitam.

A desconstituição de sua própria humanidade, essa deslegitimidade social conferida aos corpos que não materializam a norma é descrita pelo conceito de performatividade de Butler, entendida como os atos de fala, as práticas e os discursos que se reiteram e que, por essa repetição, constroem realidades passíveis da nossa compreensão e cujo efeito é a produção de excluídos:

O que está em jogo nessa reformulação da materialidade dos corpos é o seguinte entendimento da performatividade não como o ato pelo qual o sujeito traz à existência e aquilo que ela ou ele nomeia, mas, ao invés disso, como aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange (BUTLER, 2000, p. 111).

Andrômeda também sofreu com a dificuldade daqueles a quem ele revelava sua orientação entenderem a bissexualidade. A bissexualidade é uma orientação sexual constantemente negada socialmente devido a insistência em classificar as pessoas nos dois polos da homossexualidade e da heterossexualidade (LEWIS, 2012). Durante alguns diálogos com os colegas e mesmo professores de Andrômeda foi perceptível que ninguém apontaria antes de sua revelação a bissexualidade, mas foram comuns comentários que demonstraram a desconfiança sempre pautada na ideia de homossexualidade, como: “[...] ele sempre teve trejeitos de gay, a gente já imaginava, mas ao mesmo tempo ele ficava com meninas” (PROFESSOR DA ESCOLA DO CAMPO, DC, 2018). Percebe-se que a performance identitária bissexual de Andrômeda deslegitimava estereótipos e perturbava a ordem binária construída na idealização dos sujeitos que faziam parte de suas redes sociais.

Quando questionado, se as/os colegas, amigas/os haviam mudado com relação a ele após a revelação que havia feito no grupo focal, ele diz:

O único que sabia era o Irineu que veio de Floripa e ele já tinha convivido com outros gays lá, então ele já sabia. O João ficou me perguntando o que era bissexual, ele não sabia e eu expliquei, mas não mudou nada. (Risos) Ele até ficou me abraçando, me agarrando na fila, eu odeio que façam isso. (Risos) E eu até acho que tem alguma coisa nele, sabe, que é meio ... (não conclui a frase em meio a muitos risos) (ANDROMEDA, ENTREVISTA, 2018).

Felizmente, mesmo em meio aos padrões de normalidade e violência, certos corpos escampam e resistem a performatividade que modela os mesmos aos padrões da heteronormatividade e passam a mostrar os limites da hegemonia, assombrando suas fronteiras e permitindo que outros passem a “existir” (BUTLER, 2000).

4.9 O ARCO-ÍRIS TAMBÉM É COLORIDO POR MULHERES CAMPONESAS

A negação da realidade e a invisibilidade da homossexualidade camponesa é ainda mais contundente quando diz respeito a homossexualidade feminina. O crescente número de trabalhos acadêmicos sobre a mulher do campo abordam em sua maioria a condição da mulher camponesa vinculada aos movimentos sociais e às questões de produção e divisão sexual do trabalho, textos que são extremamente significativos e necessários em meio a uma *episteme* patriarcal e masculina, mas reforçamos a necessidade de interseccionalizar a esses estudos a diversidade e as práticas sexuais das mulheres rurais, dando vez e voz àquelas que não se enquadram nas normas da heteronormatividade.

A negligência da existência lésbica ou da bissexualidade feminina é uma lacuna não só dos textos rurais, mas até mesmo de boa parte da teoria feminista. Essas mulheres se veem obrigadas a resistir e lutar para serem visibilizadas por parte de outras mulheres e homens, dos colegas de trabalho, da sociedade, da ciência e de suas próprias comunidades.

Já destacamos aqui as experiências homoafetivas que algumas das jovens mulheres relataram durante o grupo focal, mas nenhuma dessas meninas apontou essas experiências como definidoras de sua orientação sexual e, portanto, decidimos descrevê-las apenas como vivências sexuais. Mas abrimos essa seção, haja visto, que durante o trabalho de campo e após o grupo focal ter ocorrido, a pesquisadora percorria os corredores da escola do campo em conversas informais, quase sempre respondendo a curiosidades que apareceram após o trabalho com os grupos e mesmo desenvolvendo atividades que prescreveram aos grupos focais, quando foi abordada por uma das jovens que fez parte da pesquisa, que em tom de empolgação revela, “professora, ontem chegou uma menina nova na escola e ela é lésbica!” (IZABELE, DC, 2018), o termo “lésbica” veio enfatizado pela descrição de que a jovem correspondia a uma das turmas que essa pesquisa abrangia. Como as atividades, com os jovens continuava de maneira menos direta após os grupos focais, a pesquisadora solicitou às jovens que estendessem o convite para a nova colega participar do *flash mob* feminista que estávamos ensaiando como parte da pesquisa. Para felicidade da pesquisadora, a jovem se fez presente no ensaio e também participou de um desses diálogos não gravados que a pesquisadora fazia questão de

manter com os jovens durante o campo. Maria Eugenia, como escolheu ser chamada, era uma daquelas jovens que logo demonstrou conhecimento sobre as questões de diversidade e sexualidade. Convidada para uma entrevista individual a jovem contou sobre sua trajetória de vida. Nascida no meio urbano, aquela era sua primeira vivência no rural e, portanto, seus primeiros dias em uma escola do campo. Durante a conversa e questionada sobre o fato de ter chegado na instituição e já assumido sua lesbianidade para colegas que nunca havia convivido antes, destacou que o fez por preservação: “porque no primeiro dia eles [os colegas] pediram para ficar comigo (risos) e eu os acabei decepcionando (risos). Com as meninas foi tranquilo” (MARIA EUGENIA, Entrevista, 2018).

Logo na chegada Maria Eugenia já percebeu que precisava lidar com a falta de representatividade naquele espaço afirmando que “eu me senti um pouco desrespeitada aqui. As meninas são mais abertas, mas os meninos, não. Nas escolas da cidade é meio que normal, sempre tem um sapatão, as pessoas convivem mais com isso. Quando eu falei que eu era (lésbica), uma menina disse que não tinha muito isso aqui, que era novo” (MARIA EUGENIA, ENTREVISTA, 2018).

Quando questionada se após ter destacado para as colegas e os colegas sobre sua orientação sexual as tentativas dos meninos de se relacionar com ela haviam cessado, Maria Eugenia destaca que não e que inclusive os meninos têm usado da opressão em nome da validação de suas masculinidades:

alguns acham que eu vou mudar, é porque alguns se acham a cura lésbica. Ai você ouve frases do tipo ‘é porque você não achou o homem certo’, ‘porque você não ficou com um homem do interior’ ou ‘é porque você não ficou com um homem de verdade’, (risos) meninos de 17 anos que se acham os homens de verdade (muitos risos) (MARIA EUGENIA, ENTREVISTA, 2018).

Rich (2010, p. 40-41) observou que a existência lésbica é tão negada por ser vista como a rejeição e resistência a um modo compulsório de vida e, portanto, a transgressão de um tabu, além de um ataque ao direito masculino de acesso às mulheres:

A negação da realidade e da visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras como suas aliadas, companheiras de vida e de comunidade, ao se obrigar que tais relações sejam dissimuladas e até desintegradas sob intensa pressão tem representado uma perda incalculável do poder de todas as mulheres em mudar as relações sociais entre os sexos e de cada uma de nós se libertar.

Analisadas e compreendidas constantemente pelo caráter patriarcal e doméstico, a que o rural era associado, as mulheres rurais se constituíram por meio

de coletivos e lutas para alcançar conquistas já pertencentes aos homens, nesse universo, como o acesso à terra (PAULILO, 2000), o direito à previdência e outros:

As mulheres agricultoras da região Sudoeste paranaense, assim como no contexto global, obtiveram várias conquistas em relação ao patriarcado, podendo citar o direito ao voto, a documentação, autonomia, o simples fato de sair de casa desacompanhada. Embora sejam direitos, eles se constituem em conquistas, decorrentes de processos organizativos, por isso também estes direitos possuem variações espaciais, portanto política, social, cultural e economicamente distintas entre os espaços (SCHMITZ; SANTOS, 2013, p. 4).

Schaaf (2003) analisa as mudanças na organização dos estabelecimentos rurais e assinala que os movimentos das mulheres camponesas foram revolucionários no que tangia a desinformação sobre a sexualidade e o corpo, mas traça um parêntese nesse progresso ao descrever que essa mudança foi gradual. De modo que:

Tradicionalmente, a sexualidade feminina servia à função de manutenção da coletividade da família e da propriedade agrícola, de acordo com o sistema ideológico vigente. Na roça, isso era fundamental uma vez que garantia a continuidade da força de trabalho e, assim, do estabelecimento (SCHAAF, 2003, p. 427).

Maria Eugenia conta com entusiasmo que sua família sempre respeitou sua orientação sexual e que sua educação familiar subverte a educação sexista comumente encontrada nas famílias dos outros jovens da pesquisa, como explica:

Ela ensinou meus irmãos (risos). E ela odeia fazer as coisas dentro de casa, ela gosta de ir para fora mexer com as vacas e puxar lenha. Ela não tem essa coisa de serviço de menina e de piá. Minha mãe é muito, muito cabeça aberta [...] Acho que na verdade vem da criação, minha avó foi mãe solteira e criou as filhas mostrando pra elas que elas podiam fazer tudo e não precisavam ser submissas. E minha vó mostrou que mulher tem que ter força, tem que lutar, minha vó sempre foi feminista (MARIA EUGENIA, ENTREVISTA, 2018).

Resistências e mudanças de paradigmas como da família de Maria Eugenia no meio rural pode promover respostas significativas no campo dos direitos no que se refere aos processos de ressignificação das noções de gênero e sexualidade. Maria Eugenia é representatividade e sua presença na escola do campo e no espaço rural é resistência frente ao modelo heteronormativo e pode abrir caminhos para o conhecimento e até o acolhimento dessas novas práticas sexuais dentro de suas comunidades rurais.

Essa pesquisa se deteve a explicar as concepções e vivências sexuais apenas de jovens do contexto da escola do campo, mas é importante reiterar que por meio desses chegamos a outros exemplos de mulheres que não se enquadram na naturalização da agricultora mãe e esposa tradicional, na identidade estática,

previsível e fixa que se espera da mulher do campo. “Aqui também tinha um casal de lésbicas que não mora mais aqui (na comunidade), mas mora ainda no rural e criam um filho juntas” (VANESSA, GF, 2018). Mulheres que problematizam e enfrentam com seus próprios corpos, desejos e muita luta, olhares de desaprovação e uma realidade conformada com a heteronormatividade e discriminadora de outras possibilidades e vivências sexuais.

Presenças como a de Maria Eugenia, que quer constituir família no rural, e de outras lésbicas ampliam o entendimento de que corpos femininos escapam aos ditames onipotentes e onipresentes da tríade Deus-homem-natureza, associada a lógica de organização e produção terra-trabalho-família no contexto rural e o quanto os estudos sobre a diversidade sexual e de gênero precisam avançar no que diz respeito às experiências homossexuais rurais, interioranas e/ou em situações etnicamente diferenciadas do sudoeste paranaense.

5 A TERRA PRODUZ GENTE E SEXUALIDADES: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A escrita acadêmica exige sempre uma conclusão, um fim, uma resposta às inquietações que originaram a pesquisa, desse modo, essa é a hora de nos questionarmos se respondemos, quais são as percepções e vivências da sexualidade dos jovens que estudam em uma escola do campo do campo do Sudoeste do Paraná? De questionarmos se, apreendemos o máximo de conhecimento sobre esses corpos que produzem a e na terra da nossa região?

Distantes de respostas cheias de certezas, o que temos são na verdade considerações iniciais sobre uma trajetória necessária de investigação sobre as temáticas *juventude e sexualidade nas áreas rurais* dessa região.

Primeiramente, destacamos o quanto uma pesquisa sobre sexualidade que se relaciona a um coletivo pode trazer lacunas, mesmo que levando em conta o lugar social e cultural desses jovens cada um é constituído por uma família distinta, por questões pessoais distintas, por opiniões e jeitos de ser no mundo completamente diferentes. Não nos interessa e nem seria possível estabelecer um padrão ou uma definição de sexualidade para a juventude do campo. Suas sexualidades são sim atravessadas por relações, valores e normas ditadas pelo modo de viver camponês, mas essa semelhança não produz sexualidades homogêneas, pelo contrário, cada um dos jovens dessa pesquisa constitui a partir das relações de gênero, geração e lugar um eu sexual individual e único.

Coletivamente esses jovens representam uma nova geração camponesa que tem reestruturado o “ser camponês” na contemporaneidade, que valoriza os saberes da tradição, os usa, mas também os recria e os subverte quando necessário. Novas estruturações que fortalecem tradições importantes, mas também abrem portas para questões que se apresentavam com dificuldades no campesinato, como o questionamento sobre as desigualdades de gênero e a vivência e estruturação de práticas sexuais que não se restringem a heteronormatividade e ao patriarcalismo.

As jovens e os jovens que participaram deste estudo revelaram aspectos significativos que marcam de forma intensa o processo de constituição de suas sexualidades no meio em que vivem. Foi possível perceber que as concepções acerca da sexualidade se constroem sob a influência das relações culturais e sociais que estabelecem. Podemos afirmar também por meio desse estudo que além de não

haver possibilidade de estudar a sexualidade desses sujeitos dissociada de seu modo de viver, não há meio de fazê-lo destituído das percepções de gênero.

Partindo desses pressupostos, procuramos fazer uma reflexão sobre como as significações de gênero estão presentes no trabalho, nas casas, nas coisas, nas instituições, nos valores, nas relações sociais desse meio extrapolando o nível das ações sexuadas. Os jovens do rural do Sudoeste do Paraná contemporâneos ainda constituem suas identidades a partir da existência de um padrão assimétrico nas relações de gênero. Desigualdade que ainda naturaliza a dupla jornada de trabalho das mulheres entre a casa e a roça, sendo esse último invisibilizado e tratado como 'ajuda'. Desigualdades que naturalizam as restrições à livre circulação das mulheres em alguns espaços sociais.

Essas diferenças de gênero têm atingido também a permanência desses jovens no campo, já que as mulheres excluídas do acesso à terra ou mesmo do conhecimento para trabalhar nela percebem na cidade uma forma de oportunidade para “melhorar de vida”. Sabemos que as mulheres são objetificadas culturalmente, consequência da influência do patriarcado, não queremos negar a objetificação, exploração e violência cometidas contra as mulheres que não vivem no rural, mas demonstrar que isso se dá em contextos diversos, a forma como essas desigualdades de gênero acontecem sofre nuances devido a cultura, a religião, a classe socioeconômica e os modos de viver. Assim, entender como a assimetria de gênero atinge essas mulheres rurais a partir de suas interseccionalidades facilita ações e políticas públicas mais específicas para essa realidade.

Outro ponto que surgiu em nossa investigação foi a influência de instituições socializadoras, como a família, a escola e a igreja nas práticas e concepções e na construção da sexualidade desses jovens.

Constituindo o corpus principal da pesquisa, descrevemos como esses corpos vistos, pelos textos sobre o rural, como força de trabalho, são também corpos constituídos de desejos, afetos e vivências sexuais. Formada por jovens que se revelaram “virgens” a jovens que “fugiram de casa”, a sexualidade rural é multifacetada e vem sofrendo transformações advindas da chegada da internet no rural e as facilidades de deslocamento até a área urbana em busca de lazer e de novas práticas e vivências sexuais.

As sexualidades não normativas, costumeiramente vinculadas à urbanidade se mostrou presente no rural pesquisado. Esses corpos ainda sofrem a ação dos

mecanismos que naturalizam e reiteram posições normativas, mas vem apresentando resistência a esse modelo de corpo camponês pré-determinado. O heterossexismo, apresentado a partir da pressuposição de que todos são, nascem, ou deveriam ser heterossexuais, é destacado nas concepções de alguns dos jovens da pesquisa. O não reconhecimento, a invisibilidade e o estranhamento ainda fazem parte das violências que esses jovens não heterossexuais têm sofrido no campo.

Os dois jovens que representam a diversidade sexual no rural pesquisado, representam as muitas vozes silenciadas, suas falas e a maneira que vivenciam a sexualidade causam uma ruptura no silêncio que imposto a diversidade é e reivindicam um lugar de visibilidade nos discursos e estudos sobre o rural da região.

Esta dissertação indica também que a temática de sexualidade camponesa requer ainda muitas investigações para responder às inquietações, haja vista a plasticidade da sexualidade, bem como das categorias juventude e campesinidade e suas constantes modificações no espaço tempo.

Destacamos também a relevância destes e de novos trabalhos sobre a temática, haja vista a consolidação de um período que assustadoramente tem vivido e revivido as ações obscurantistas do conservadorismo fundamentalista que insiste em destilar seu ódio. Enquanto pesquisadora, desse tema, não foi possível fechar os olhos e não expressar contundente preocupação para com os desmantelamentos das políticas de educação sexual pensadas e construídas com a participação de diversos segmentos sociais. E no contexto de uma pesquisa, em um Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional é contundente ressaltar que esse radicalismo conservador e essa massa de imposições advindas desses grupos tem atingido os âmbitos regionais.

Retirar o debate da orientação sexual e da identidade de gênero de documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tanto nacionais quanto estaduais e municipais, que regem a educação mascara a situação real que existe na escola hoje e enseja o aumento dos números da LGBTfobia, machismo e sexismo. Essa exclusão representa, não apenas uma afronta brutal a um grande complexo de princípios constitucionais e a instrumentos internacionais de direitos humanos, mas coloca o Brasil e, portanto, a nossa região na contramão do compromisso de ensinar às crianças, aos adolescentes e aos jovens o respeito à diferença, constituindo sujeitos efetivos que se identifiquem politicamente pela vontade coletiva de romper com sua condição de subalternidade.

Quando comecei a construir essa dissertação, algo começou a aparecer constantemente na minha escrita e nas minhas leituras, não podia falar do campo sem descrever as mudanças pelas quais este está perpassando nas configurações espaciais e econômicas, não podia falar de sujeitos do campo sem descrever as mutações sociais e culturais enfrentadas por esses na contemporaneidade, não podia falar em juventude sem remeter a uma fase de intensas mudanças corporais ou identitárias, não podia falar de sexualidade sem revelar o quanto esse dispositivo é metamórfico. Foi assim que me propus, para além de responder ao objetivo dessa pesquisa, provocar outra mudança por meio deste trabalho, a mudança de concepção.

Espero quebrar estereótipos criados em torno de quem são esses jovens camponeses, esses corpos tão ligados à terra, que produzem na terra, mas também são produzidos por ela, como bem descrevem Arroyo e Fernandes (1999, p. 21), quando poeticamente declaram que “a terra é mais do que terra. A produção é mais do que produção. Por que? Porque ela produz gente. A cultura da roça, do milho, é mais do que cultura. É cultivo do ser humano. É o processo em que ele se constitui sujeito cultural” e, acrescentamos, sujeito sexual.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian. **Juventude e sexualidade** / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena. Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

_____; SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.) **Trabalho de Gênero: mudanças, persistências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-375.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária. Campinas, v. 28 e 29, n. 1, 2 e 3 e n. 1, p. 49-67. 1999.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec. 1992

_____. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998

ALMEIDA, João Ferreira de. Párcos, agricultores e a cidade: dimensões da religiosidade rural. **Análise Social**, vol. XXIII, 96: 229-240, 1987.

AMARAL, Maria Clara Estanislau do. **Percepção e significado da menstruação para as mulheres**. 2003. 147 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP.

ANGELIN, Rosângela. Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 5, nº 58. 2006.

ARROYO, Miguel G.; Bernardo Mançano Fernandes. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Col. Por uma Educação Básica do Campo, n. 2.

BARDUNI FILHO, J. et al. A transformação das relações afetivas no meio rural: breves anotações das relações oficiosas, e oficiais na perspectiva de gênero. **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

BERALDO, Flávia Nunes de Moraes. Sexualidade e escola: espaço de intervenção. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**, vol.7, n.1 pp. 103-104. 2003.

BONFIM, Claudia Maria. **Desnudando a educação sexual**. Campinas/SP: Papirus, 2012.

BORBA, Sara Ingrid. **Educação Rural: uma realidade no chão sem-terra da escola do campo**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luiza. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, Maria. LUIZA et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006. p. 155-206.

BRÊTAS, José Roberto S. et al. Aspectos da sexualidade na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, 2011, p. 3221-3228.

BRITZMAN, Deborah. **O que é essa coisa chamada amor**: identidade homossexual, educação e currículo. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jul. 1996.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. AS AGRICULTORAS DO SUL DO BRASIL. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171, jan. 2004.

BRUZAMARELLO B. Educação sexual de adolescentes nas escolas: um olhar sobre o cenário brasileiro. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Monografia). Curso de Graduação em Enfermagem. Porto Alegre, 2010. 38p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade / Judith; tradução, Renato Aguiar. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 176p. 2000.

CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**. B. S. Flowers (org.). C. F. Moisés (trad). São Paulo: Palas Athena. 1990

CARNEIRO, Maria J. **O ideal rurbano**: a relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais. XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 1998.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 53-66.

_____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural: apenas uma palavra ou mais que uma palavra. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2005a. p. 1-15.

CHAYANOV. Alexander. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974, 342 p.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORONA, HIEDA MARIA PAGLIOSA. **As estratégias dos agricultores familiares do sudoeste do paraná frente   moderniza o no campo**. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. UNICAMP, Campinas, SP. 2003.

CORREIA, Joana Mendes. **O Processo do Coming Out dos Jovens LGB A Rede de Suporte e a sua Influência nos Comportamentos de Risco e Qualidade de Vida**. 2012. 57 f. Disserta o (Mestrado) - Curso de Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade da Beira Interior Ciências Sociais e Humanas, Covilhã, 2012.

D'AMORIM, M. A. Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. **Temas em Psicologia**, n. 3, p. 121-134. 1997.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. **Estudos e Pesquisas em Psicologia- Uerj**, Rio de Janeiro, p. 700-728, dez. 2010.

DAVIES, Bronwyn; GANNON, Susanne. Feminismo/pós-estruturalismo, In: BRIDGET, Somekt; CATHY, Lewin. **Teoria e métodos da pesquisa Social**. 2015.

DEBESAITIS, Enio. **Idas e vindas ao meio rural: sucessão familiar**. 2013. 61 f. TCC (Gradua o) - Curso de Tecnólogo em Desenvolvimento Regional, Faculdade de Ciências Econ micas da, UFRGS, Três Passos, RS, 2013.

DURSTON, John. **Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual**. Santiago: CEPAL, 1998a.

_____. **Juventud Rural y Desarrollo en América Latina Estereotipos y Realidades**. CEPAL, 1998b.

_____. **Adolescencia y juventud en América Latina** /Solum Donas Burak, Compilador; Cartago: Libro Universitario Regional, 2001. 508 p.

ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com Marcas de Transgressões Ancoradas em Mulheres Assentadas. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 185-216.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradu o Procopio Abreu; editor José Nazar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FARIAS, Maria Isabel. **A desterritorializa o da educa o do campo nas décadas de 1990 e 2000 no Sudoeste do Paraná**. Erechim, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calib  e a bruxa. Mulheres, corpo e acumula o primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Notas sobre a colonização das sexualidades:** em busca de uma chave interpretativa. Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interioranos e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas – novos descentramentos, outras axialidades. In: XXX Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa (PB), 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas, vol 2: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo e Brasília: Editora da Unesp e Nead, 2009, 369 p.

FERNANDES, Bernardo. **Delimitação conceitual de campesinato.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/biblioteca>>. Acesso em: dd mm 2004.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. **Os afectos mal-ditos:** o indizível das sexualidades camponesas. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del yo – Y otros textos afines.** Tradução de Mercedes Allendesalazar. 1a. ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990. 150p. (Coleção Pensamiento Contemporáneo, 7).

_____. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

_____. **A história da sexualidade 1:** a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 4. ed. São Paulo: Paz e terra, 2017.

FRAZÃO, Pedro; ROSÁRIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. **Análise Psicológica**, p. 25-45. 2008.

FRANÇA, Matheus Gonçalves. **Além De Dois Existem Mais: Estudo Antropológico Sobre Poliamor.** Em Brasília/DF. (Dissertação). Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/UnB, 2016. 136p.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1993.

GONTIJO, Fabiano. As experiências da diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. **Cienc. Cult.** vol.69, n.1, pp.50-53. 2017.

GOOGLE MAPS. Localização das Escolas. [2017].

JUSTO, José Sterza. O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. **Revista do Departamento de Psicologia - Uff**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.61-67, 2005.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124-36, 2004.

KIYOTA, Norma et al. A sucessão geracional da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: um estudo de caso no município de Itapejara d'Oeste entre 2005 e 2010. In: **Congresso da SOBER**, 50º, 2012, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES, 2012.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel A. Sucessão geracional na agricultura familiar. Uma questão de renda? In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1011-1045.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2ª ed. SP: Cortez, 2002.

LENIN, V. I. A desintegração do campesinato. In: **Obras completas escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

LEWIS, E. S. "Eu quero meu direito como bissexual": a marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do movimento LGBT e propostas para fomentar a sua aceitação. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, Campinas, 2012, **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares". In: Luiz Heron Silva (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 33-47.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** / Guacira Lopes Louro (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **ProPosições**, v. 19, n. 2, ago. 2008, pp.17-23.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, jan. 2015. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: jul. 2017.

MALUF, R; CARNEIRO, M J. (orgs). **Para além da produção**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MARQUES, Marta I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, São Paulo. vol. 2, n. 19, jul/dez. p. 95-112. 2002a.

MARQUES, M. I. M. Atualidade do uso do conceito de Camponês. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM GEOGRAFIA. A Geografia no século XXI. **Anais...** ANPEGE, São Paulo. 2002b.

MARTINS Emerson; ROSA, Rogério Machado; ORLANDI, Renata. Jovens homens homossexuais na zona rural e heteronormatividade: Resistências e processos de subjetivação. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

MARTINS, Emerson; ROSA, Rogério Machado. Juventude Gay na Zona Rural: a dobra como processo de subjetivação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36. 2013, Goiania. **Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Goiania: Anped, 2013. p. 1 - 12.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. A Igreja face a política agrária do Estado. In: PAIVA, V. (org.) **Igreja e Questão Agrária**, São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

_____. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: **Comissão Pastoral da Terra, A Luta pela Terra: a CPT 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Larissa Pinto; SANTOS, Ana Valéria Goulart dos; TEIXEIRA, Bel. Rylanneive Leonardo Pontes. Homossexualidade e Corpos Estereotipados. **Rrelacult – Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 1, p.370-380, dez. 2016.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol 1. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Vera Zaslitch e Karl Marx. In: FERNANDES, Rubem César (Org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. P. 169-188. 1982.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**. Goiânia: Editora UFG. 2003.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; AZEVEDO, Leticia Fátima de. A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. In: SOBER, 48. 2010, Campo Grande Ms. **Anais Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande: 2010. p. 1-15.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NASCIMENTO, S. de S. **Faculdades Femininas e Saberes Rurais**. Uma Etnografia sobre Gênero e Sociabilidade no Interior de Goiás. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Social – Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOVAES, Regina. **Os jovens e a religião: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos**, Estudos Avançados, São Paulo, n.52 (Set/Dez), pp.321-329, 2004.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd. n. 68, 2017.

OLIVEIRA, Denize Cristina et al. “Pegar”, “ficar” e “namorar”: representações sociais de relacionamentos entre adolescentes. **Rev Bras Enferm**., Brasília, v. 5, n. 60, p.497-502, out. 2007.

PAIVA, Vanilda. A Igreja moderna no Brasil. In: _____. (Ed.) **Igreja e Questão Agrária**. 1985.

PAIVA, Pedro Henrique Azevedo da Silva. Arco-íris no campo: etnografia da “homossexualidade” masculina no ambiente rural. **Revista Cadernos de gênero e diversidade**. Volume I. 2015.

PAULILO, Maria Igenes S. **Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio**. UFSC, 2000.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro/abril, 2004.

PAULILO, Eliane Tomiasi. Modernização da agricultura e recriação do campesinato: um aparente paradoxo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005.

PAULO, Maria de Assunção Lima de; SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. Juventude rural, corpo, sexualidade e saúde: vivências, sentimentos e significados. In: 35º Encontro anual da ANPOCS, 35, **GT31**. 2012. p. 1-22.

PEREIRA, Amarildo Nunes. **Territorialidades da Educação do campo na região Sudoeste do Paraná na última década (2000-2010)**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação Stricto-sensu em Geografia-Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.

PEREIRA, Amarildo Nunes; ROSSETTO, Edimar Rodrigo; SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. A educação do campo no sudoeste do estado do Paraná: novas experiências curriculares no Colégio São Francisco da Bandeira. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012, Uberlândia- MG. **Anais...** . Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-17.

PERROT, Michelle. **Minhas História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PISCITELLI, Adriana. "Gênero: a história de um conceito". In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. pp. 116-148.

PLOEG, J. D. Van der. O modo de produção camponês revisitado. p.13-54. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.

_____. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. Porto Alegre: **Revista Sociologias**, ano 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

POLETTI, Ivo. A Terra e a Vida em Tempos Neoliberais. Uma releitura da história da CPT. In: Comissão Pastoral da Terra, *A Luta pela Terra: a CPT 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

PONTES, Ângela Felgueiras. **Sexualidade: vamos conversar sobre isso?** 2011. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências de Saúde Mental, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Porto, 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo. Editora Cortez, 2ª edição. 2012. 147 p.

PRIORI, A., et al. **A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-12.pdf>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder. In: LANDER, Edgardo (Org). **A Colonialidade de Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colecion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: Conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**. Natal: v. 4, n. 5, p. 17-44. jan./jun. 2010.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D. Menino, guri ou piá? Um estudo diatópico nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. **Alfa: Revista de Linguística**, v.58, n.2, 2014.

ROTTA, Mariza; ONOFRE, Sideney Becker. Perfil da educação do campo: na escola do São Francisco do Bandeira no Município de Dois Vizinhos-PR. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p.75-84, jun. 2010.

RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, C. (Ed.) **Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality**, p. 267-319. New York: Routledge & Kegan, Paul. 1984.

SABBATO, A. di; MELO, H. P. de; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, DF: MDA, 2009. 168p. Biblioteca(s): Embrapa Semiárido

SALES, Shirlei Rezende; PARAÍSO, Marlucy Alves. O Jovem Macho e a Jovem Difícil: governo da sexualidade no currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p.603-625, jun. 2013.

SANTOS, Jael dos. **Práticas e representações religiosas: o catolicismo no Sudoeste do Paraná (1930-2013)**. 2014. 266 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Marechal Candido Rondon, 2014.

SAVEGNAGO, Sabrina dal Ongaro; ARPINI, Dorian Mônica. Conversando sobre sexualidade na família: olhares de meninas de grupos populares. **Cadernos de Pesquisa**, [s. L.], v. 43, n. 150, p.924-947, set. 2013.

SCHAAF, Van Der Alie, Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 412-442. 2003.

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, Roselí Alves dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. p. 71-99. 1995.

SILVA, José Grazziano da. **A industrialização e urbanização da agricultura brasileira**. São Paulo em perspectiva, julho/setembro de 1993, nº 7.

SILVA, Catarina Malheiros da. Ser jovem moça, ser jovem rapaz- socialização e modos de vida na área rural da Bahia. In: FAZENDO GENERO, 9. 2010, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: Ufsc, 2010. p. 1-8.

SILVA. João Roberto de Souza; ASSIS, Silvana Maria Blascovi de. Grupo focal e análise de conteúdo como estratégia metodológica clínica-qualitativa em pesquisas nos distúrbios do desenvolvimento. **Cadernos de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.146-152, 2010.

SILVA, Moacir Motta. O caboclo no Sudoeste do Paraná: sua identidade e memórias tombadas. **Revista Semina**, V. 01 nº01-2012.

SPAVANELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

STOCKMANN, Maria de Lourdes, PIRES, Ariel José, SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. **A revolta dos posseiros no sudoeste do paraná: encontros e desencontros na luta pela terra**. PDE: SEED/UNICENTRO. 2007

STROPASOLAS, Valmir. Liuz. **O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do reconhecimento social e da cidadania**. Jul. 2003. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com...task...>

VENDRAMINI, Célia Regina. Educa o e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno CEDES** . vol.27, n.72, 2007.

VIEIRA, Rosângela Steffen. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disserta o (Mestrado). Florianópolis: PPGE-UFSC, 2004.

ZANONI, Magda. A questão ambiental e o rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 10, dez. 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em constru o. p.37-57. **Reforma Agrária**. n.2 e 3, v.25, maio-dez, 1995.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000, p. 87-145.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Una nueva ruralidad en América Latina. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Ciudad Aut noma de Buenos Aires, Argentina. 2001, pp. 31-44.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61. 2003.

_____. O Campesinato brasileiro: Uma história de Resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52 supl. 1. Brasília, 2015.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais. Mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p. (Estudos Nead, 7).

WELZER-LANG, D. The construction of the masculine: women's domination and homophobia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Ed. UnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os pais ou responsáveis dos estudantes

Informação geral: Este termo demonstra a sua cooperação, enquanto responsável legal, para participação de menor em uma pesquisa.

Título da pesquisa: Sexualidade e Campesinidade: a educação sexual em Escolas do Campo do Sudoeste do Paraná.

Investigadora. Andréia Belusso

Local da Pesquisa: (Preencher com os dados da Escola do Campo correspondente ao participante).

a) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Estamos o consentimento para o estudante que está sob sua tutela participar de uma pesquisa sobre Educação Sexual em Escolas do Campo. O Consentimento significa que você compreende e concorda que o menor estudante, que está sob sua tutela, faça parte de um grupo de estudantes que irá participar desta pesquisa. O direito do menor e seus direitos serão respeitados e você receberá todas as informações necessárias. Pode ser que este documento denominado TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

O objetivo central desse estudo é investigar o processo de educação sexual vivenciado por estudantes de escolas do campo do Sudoeste do Paraná. O convite a participação do seu filho ou menor que está sob sua responsabilidade se deve à ele ser aluno do ensino fundamental II da escolas do campo (nome da escola que o aluno faz parte). Salienciamos a importância de sua colaboração, contribuindo assim tanto para a área de pesquisa em desenvolvimento voltada para a educação e estudos de gênero e diversidade, como também, para promover a democratização de saberes.

Como será feita esta pesquisa? A pesquisadora observará as aulas e as participações e socializações no espaço da escola anotando o que observar referente a educação sexual, sexualidades, afetividades e diálogos consonantes ao tema.

Condições para inclusão como participante: Ser estudante matriculado no ensino fundamental II da Escola do Campo (nome da escola que o aluno faz parte). Município de _____, Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão – Pr.

Quais serão seus benefícios? A participação na pesquisa não trará nenhum benefício direto. Portanto, o benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é, o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda sobre as relações de gênero, sexualidade e educação sexual nas escolas do campo.

Compreensão esta necessária à construção de propostas que possam futuramente, ser integradas à formação continuadas de professores, que lecionam nas escolas do Campo, no que se refere ao desenvolvimento de competências necessárias para lidar com as questões de gênero e sexualidade nesse contexto. Além de que a presente pesquisa-ação irá fomentar e democratizar saberes e o debate sobre a vivência da sexualidade no Campo.

Rubrica da pesquisadora

Rubrica do participante

Quais os riscos para o menor? Os riscos são considerados mínimos e equivalentes aos riscos das atividades cotidianas da escola. Faz-se importante esclarecer que o sujeito observado poderá sentir desconforto em compartilhar informações e

expressões. De toda forma, a pesquisadora deixará claro que o sujeito não precisa responder a qualquer pergunta, caso considere que a informação é muito pessoal ou sentir desconforto em manifestar-se.

Haverá acompanhamento e assistência ao participante? Os alunos continuarão tendo o acompanhamento da equipe pedagógica e direção da escola normalmente durante e após o encerramento da pesquisa e/ou interrupção da pesquisa. Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum custo previsto. Estará garantido o ressarcimento de eventuais despesas e a indenização de eventuais danos devidos sua participação. Qualquer custo advindo dessa pesquisa será coberto pela pesquisadora.

Os dados estarão seguros? O registro das atividades será feito por observação da pesquisadora e anotadas em um diário, serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. Seu nome e do menor NÃO aparecerão em nenhum momento da pesquisa. Não será tornada pública nenhuma informação pessoal ou que possa identificar o participante.

VOCÊ TEM A LIBERDADE DE SE NEGAR A PARTICIPAÇÃO DO MENOR E PODE, AINDA, SUSPENDER A MESMA EM QUALQUER FASE DA PESQUISA, SEM QUAISQUER PREJUÍZOS OU REPRESÁLIAS.

Posso ter acesso aos resultados da pesquisa? Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

- quero receber os resultados da pesquisa (e-mail _____)
- não quero receber os resultados da pesquisa

Se tiver dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados, você deve contatar a pesquisadora Andréia Belusso, pelo telefone (46)999195811.

Se tiver dúvidas sobre seus direitos como participante da pesquisa, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA: O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41) 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

Rubrica da pesquisadora

Rubrica do participante

APÊNDICE B - Termo de assentimento livre e esclarecido (tale) para os alunos participantes

Informação geral: Este termo demonstra a sua cooperação na pesquisa. O consentimento livre e esclarecido assinado pelo seu responsável ou representante legal permitirá sua participação.

Título da pesquisa: Sexualidade e Campesinidade: Percepções e vivências de jovens de Escolas do Campo do Sudoeste do Paraná

Investigadora: Andréia Belusso

Local da Pesquisa: Colégio Estadual do Campo São Francisco do Bandeira

a) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Estamos convidando você para participar de uma pesquisa sobre Educação Sexual em Escolas do Campo. O assentimento significa que você compreende e concorda em fazer parte de um grupo de estudantes que irá participar desta pesquisa. Seus direitos serão respeitados e você receberá todas as informações necessárias. Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

O objetivo central desse estudo é entender quais saberes e práticas os jovens da escola do campo (des)construem e acionam para viver sua sexualidade. Nesse sentido, pretendemos que ao pensar sobre esses saberes os jovens (re)pensem práticas de respeito, criticidade e valores próprios do seu espaço de vivência frente a sua sexualidade e a do próximo.

O convite à sua participação se deve a você ser aluno(a) do ensino Médio do Colégio do Campo São Francisco do Bandeira município de Dois Vizinhos, Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos –PR. Salientamos a importância de sua participação, contribuindo assim tanto para a área de pesquisa em desenvolvimento voltada para a educação e estudos de gênero e diversidade, como também, para promover a democratização de saberes.

Como será feita esta pesquisa? Serão feitos dois grupos, um de meninos e outro de meninas. Você será convidado a participar do grupo de conversa condizente com o seu sexo (feminino ou masculino), denominado grupo focal, para debater sobre questões referentes a respeito, diversidade, divisão sexual do trabalho, valores e afetividades.

SUA PARTICIPAÇÃO NÃO É OBRIGATÓRIA E VOCÊ PODE DECIDIR SE QUER OU NÃO PARTICIPAR, BEM COMO DESISTIR DA COLABORAÇÃO DESTE ESTUDO NO MOMENTO EM QUE DESEJAR, SEM NECESSIDADE DE QUALQUER EXPLICAÇÃO E SEM NENHUMA FORMA DE PENALIZAÇÃO.

Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Sua participação é voluntária e serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. Seu nome não aparecerá em nenhum momento da pesquisa.

Quais serão seus benefícios? A participação na pesquisa não lhe trará nenhum benefício direto. Portanto, o benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda sobre as relações de gênero, sexualidade e educação sexual nas Escolas do Campo. Compreensão esta necessária à construção de propostas que possam, futuramente, ser integradas à formação continuada de professores que lecionam nas escolas do campo, no que se refere ao desenvolvimento de competências necessárias para lidar com as questões de gênero e sexualidade nesse contexto. Além de que a presente pesquisa irá fomentar e democratizar saberes e o debate sobre a vivência da sexualidade no Campo.

Quais os riscos para você? Os riscos são considerados mínimos e equivalentes aos riscos das atividades cotidianas da escola. Faz-se importante esclarecer que se você vier a sentir desconforto em compartilhar informações e expressões a pesquisadora deixará claro que não precisa responder a qualquer pergunta, caso considere que a informação é muito pessoal ou sentir desconforto em manifestar-se.

Garantia de ressarcimento: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum custo previsto. Estará garantido o ressarcimento de eventuais despesas e a indenização de eventuais danos devidos à sua participação.

Posso ter acesso aos resultados da pesquisa? Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

Quero receber os resultados da pesquisa (e-mail _____)

Não quero receber os resultados da pesquisa

Eu li e discuti com a investigadora responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito. Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas. Eu receberei uma cópia assinada e datada deste documento de ASSENTIMENTO INFORMADO.

Nome do participante: _____

Assinatura: _____ **Data:** ____/____/____

Nome da investigadora: _____

Assinatura: _____ **Data:** ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Se tiver dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados, você deve contatar a pesquisadora Andréia Belusso, pelo telefone (46)99933-0193.

Se tiver dúvidas sobre seus direitos como participante da pesquisa, pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA: O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41)3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

APÊNDICE C – Guia empregado no grupo focal

Esse roteiro de questões norteou o grupo focal realizado com os alunos das escolas do Campo pesquisadas. O momento de realização do grupo será registrado com o uso de um gravador de voz após assinatura do TCLE pelo responsável e do TALE pelo estudante.

- 1- O que é sexualidade para vocês?
- 2- O que vocês aprenderam sobre sexualidade em casa, na escola, com os amigos, com as tecnologias (citar)?
- 3- Qual seria a proposta que vocês dariam para ter mais aprendizado sobre sexualidade?
- 4- Vocês questionam os professores sobre temas gerais relacionados ao corpo, sexualidade e sexo? E como eles correspondem aos questionamentos?
- 5- Vocês acham que há diferença na educação sexual dos meninos e das meninas? Por quê?
- 6- Vocês acham que na cidade é diferente essa questão da sexualidade? Por quê?
- 7- Você percebe relações de homoafetividade no campo? Tem casos para relatar? Houve preconceitos? Por quê?

APÊNDICE D – Imagens utilizadas no grupo focal

Trabalho:



Imagem disponível em <<http://www.rsim.com.br/elas-as-mulheres-que-fazem-acontecer-na-area-rural/>>

Sucessão geracional:



Imagem disponível em <<http://cedejor.blogspot.com/2013/06/sucessao-na-agricultura-familiar.html>>

Lazer e mudanças de hábitos no rural:



Imagem disponível em <<http://www.pt.org.br/governo-federal-quer-ampliar-acesso-a-internet-aos-jovens-do-campo/>>

Namoro e sexo:



Disponível em <https://co.pinterest.com/pin/6262886954211577/>

Homossexualidade:



Imagem disponível em <<http://www.unasus.ufma.br/site/servicos/noticias/9-geral/889-ministerio-da-saude-e-una-sus-lancam-o-curso-saude-da-populacao-lgbt>>

APÊNDICE E – Cartazes produzidos no grupo focal com as jovens mulheres sobre feminismo camponês



APÊNDICE F - Roteiro da entrevista semiestruturada

- 1- Como foi assumir a bissexualidade/homossexualidade para os colegas?
- 2- Você vê alguma diferença sobre ser bissexual/homossexual na área rural e na cidade?
- 3- Você conversa com seus pais/responsáveis sobre sua orientação sexual? Por quê?
- 4- Você conhece outras pessoas não heteronormativas que vivem no campo?
- 5- Quais são os maiores desafios na luta pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais na área rural?
- 6- Você acredita que a escola e a igreja interferem nas vivências afetivas da população homossexual camponesa? Explique

Anexo A – Atividade sobre não violência no namoro realizada com o grupo focal dos jovens homens

*Atividade adaptada do recurso educativo Coolkit - Jogos para a Não-Violência e Igualdade de Gênero- Disponível em: <http://www.coolabora.pt/publicacoes/coolkit.pdf>

Namorar dá que falar...

Tema: Violência no namoro

Objetivos: Promover a compreensão da importância dos afetos e da expressão dos sentimentos; facilitar o posicionamento em situações de namoro abusivas.

Materiais: Duas folhas de cartolina coladas em cantos opostos da sala com as palavras “concordo e discordo”.

Explicar aos/às participantes que irão participar num debate sobre o namoro e que o/a dinamizador/a irá ler uma frase de cada vez. Os/as participantes devem posicionar-se junto da folha de cartolina que melhor refletir a sua opinião. As pessoas que ficarem junto do “Concordo” e do “Discordo” deverão argumentar, de forma a ajudarem as que se colocaram junto ao “Não Sei” a formarem a sua opinião, ou aquelas que estão no grupo contrário a mudarem de opinião e de sítio. Dar início ao debate. Quando todos/as os/as participantes estiverem posicionados/as de acordo com a sua opinião, moderar o debate gerado. Em seguida, ir retirando novas frases do saco. Depois da discussão de diferentes frases, proceder ao debate final.

Frases para discussão

- Os namorados às vezes gritam, mas isso é normal.
- Se a minha namorada ou o meu namorado me pedir para ter relações sexuais com ele, devo aceitar para provar o meu amor.
- A minha namorada é só minha/ O meu namorado é só meu.
- Os rapazes não mostram os sentimentos. Se eu tiver namorada ou namorado não posso ser muito amigo de outras meninas ou outros rapazes.
- Tenho o direito de ver as mensagens do celular da minha namorada ou namorado.
- Se uma menina ou menino “se fizer” ao meu namorado/namorada tenho o direito de a insultar publicamente.
- Se a minha namorada tiver ciúmes das minhas amigas, devo evitá-las.
- Quem tem muitos ciúmes, tem uma grande paixão.
- Não deixo que a minha namorada use decotes grandes ou saias curtas, para a proteger dos olhares dos outros.